

Organização
Internacional
do Trabalho

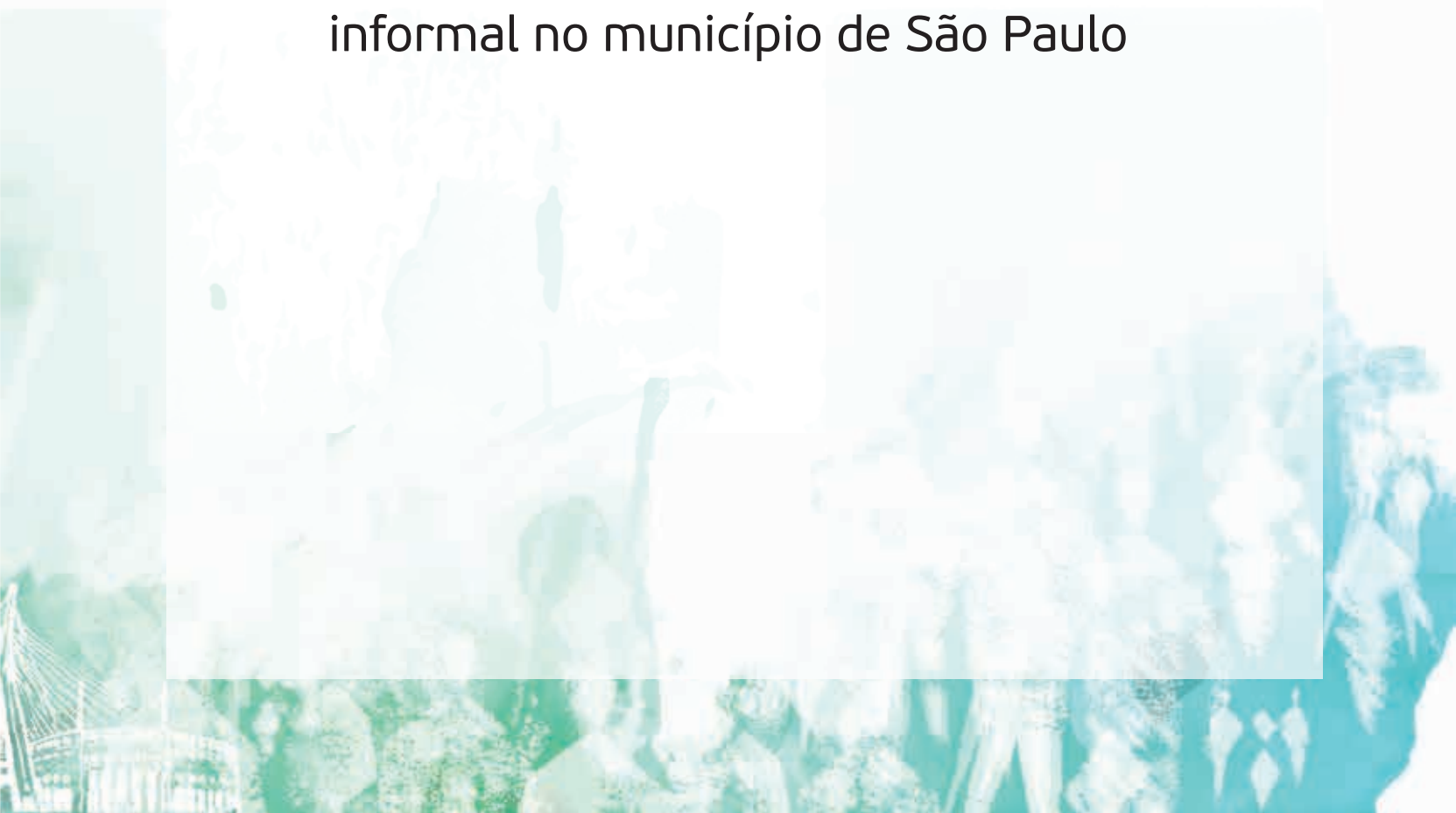
Inserção Laboral de Migrantes Internacionais:

transitando entre a economia formal e
informal no município de São Paulo



Inserção Laboral de Migrantes Internacionais:

transitando entre a economia formal e
informal no município de São Paulo



Copyright © Organização Internacional do Trabalho 2017

Primeira edição: 2017

As publicações da Organização Internacional do Trabalho gozam de proteção de direitos de propriedade intelectual em virtude do Protocolo 2 da Convenção Universal sobre Direitos Autorais. No entanto, pequenos trechos dessas publicações podem ser reproduzidos sem autorização, desde que a fonte seja mencionada. Para obter direitos de reprodução ou de tradução, solicitações para esses fins devem ser apresentadas ao Departamento de Publicações da OIT (Direitos e permissões), International Labour Office, CH-1211 Geneva 22, Suíça, ou por correio eletrônico: rights@ilo.org. Solicitações dessa natureza serão bem-vindas.

As bibliotecas, instituições e outros usuários registrados em uma organização de direitos de reprodução podem fazer cópias, de acordo com as licenças emitidas para este fim. A instituição de direitos de reprodução do seu país pode ser encontrada no site www.ifrro.org

ISBN: 978-922-830797-9 (web pdf)

As denominações empregadas e a forma na qual dados são apresentados nas publicações da OIT, segundo a praxe adotada pelas Nações Unidas, não implicam nenhum julgamento por parte da Organização Internacional do Trabalho sobre a condição jurídica de nenhum país, zona ou território citado ou de suas autoridades e tampouco sobre a delimitação de suas fronteiras.

A responsabilidade pelas opiniões expressadas nos artigos, estudos e outras colaborações assinados cabe exclusivamente aos seus autores e sua publicação não significa que a OIT as endosse.

Referências a empresas ou a processos ou produtos comerciais não implicam aprovação por parte da Organização Internacional do Trabalho e o fato de não serem mencionadas empresas ou processos ou produtos comerciais não implica nenhuma desaprovação.

As publicações e produtos eletrônicos da OIT podem ser obtidos nas principais livrarias e em redes de distribuição digital, enviando pedidos para: ilo@turpin-distribution.com. Para mais informações, visite o nosso site ilo.org/publns.

Impresso no Brasil



Ficha Técnica

Esta publicação foi produzida no âmbito do escrito da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil.

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Peter Poschen

Diretor do escritório da OIT no Brasil

Cyntia Sampaio

Anne Caroline Posthuma

Coordenadoras do Projeto

Thais Fortuna

Oficial do Projeto

Rosana Baeninger

Duval Fernandes

Elaboração

Roberta Peres

Pier Francesco De Maria

Joice de Oliveira Santos Domeniconi

Luís Felipe Aires Magalhães

Camila Rodrigues da Silva

Andressa de Faria

Marília Pimentel Cotinguiba

Geraldo Cotinguiba

Gabriela Oliveira

Natália Belmonte Demétrio

Guilherme Pereira Botacini

Equipe

Brasília, setembro de 2017.

Índice

1. Introdução	07
2. Aspectos Teóricos	15
2.1. O pano de fundo da Migração internacional no século XXI: a reestruturação produtiva e os mercados mundiais de trabalho migrante	17
2.2. Informalidade e os novos fluxos migrantes	20
2.3. São Paulo: reestruturação produtiva, nova informalidade e migração internacional	22
3. Metodologia	25
4. Mapeamento exploratório das estatísticas disponíveis sobre trabalhadores migrantes residentes no Brasil: Estado de São Paulo	31
4.1. Censo Demográfico de 2010: estoque de migrantes internacionais no mercado de trabalho formal e informal	31
4.2. PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio: estoque de migrantes internacionais no mercado de trabalho formal e informal	37
4.3. Relação Anual de Informações Sociais/MTE: vínculos de empregos de migrantes internacionais no mercado de trabalho formal	41
4.4. Autorização de Trabalho No Brasil, Sistema de Tráfego Internacional e Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros: conhecendo a Migração internacional	47
4.4.1. Autorização de trabalho a estrangeiros no Brasil: autorização com residência em São Paulo	47
4.4.2. Sistema de Tráfego Internacional: registros para o Estado de São Paulo	54
4.4.3. Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros: Migração internacional e localização espacial	57
5. Pesquisa exploratória de campo	64
5.1. Migrantes do Haiti	66
5.2. Nicho étnico da costura	68
5.3. Nicho étnico dos restaurantes	69
5.4. Nicho étnico do comércio/ambulante	70
5.5. O caderno de campo	70

6. Diagnóstico das condições sócio-laborais da Migração internacional na cidade de São Paulo 82

6.1. Perfil dos entrevistados	82
6.2. Sexo	84
6.3. Ano de chegada	84
6.4. Idade	85
6.5. Nacionalidade	86
6.6. Motivo para a vinda ao Brasil	87
6.7. Registro em carteira	88
6.8. Número de Empregos no Brasil	88
6.9. Ocupação no país anterior e ocupação atual no Brasil	89
6.10. Trajetórias migratórias e ocupacionais	90
6.11. Categorias das Ocupações declaradas	91
6.12. Tempo na ocupação	95
6.13. Horas trabalhadas na ocupação	96
6.14. Contrato de trabalho	98
6.15. Vida social	99
6.16. Comparação das variáveis segundo a classificação ocupacional dos migrantes	101

7. Considerações advindas do estudo 102

Referências Bibliográficas 107

Anexo 1 – Roteiro Preliminar da pesquisa de campo	113
Anexo 2 – Formulário da Pesquisa de Campo	116



Introdução

O contexto atual das migrações internacionais no país, com sua crescente diversidade e incremento na chegada de trabalhadores migrantes, tem propiciado a ampliação de debates com diferentes setores da sociedade. A proposta de elaboração deste estudo pela OIT surgiu, justamente, por ocasião do Fórum Social Mundial das Migrações em São Paulo, em 2016¹. Logo, por meio de um esforço conjunto de duas áreas temáticas do escritório da OIT Brasil – Informalidade e Migração – foi possível construir evidências empíricas sobre a situação dos trabalhadores migrantes no mercado de trabalho informal em São Paulo com vistas a promover o fortalecimento da proteção e da igualdade laboral dos trabalhadores migrantes através da formalização da economia informal.

Assim, este estudo objetivou compreender a situação dos trabalhadores migrantes² na economia informal e os obstáculos que enfrentam nos processos de transição para a formalização, a partir dos seguintes elementos de análise: mapeamento do perfil de trabalhadores migrantes que se encontram no mercado de trabalho informal em São Paulo; identificação dos setores produtivos onde há uma inserção expressiva dos trabalhadores migrantes em situação de informalidade; identificação das causas e dos motivos que levam trabalhadores migrantes a se inserirem no mercado de trabalho informal; reflexão sobre os obstáculos encontrados pelas iniciativas que visam promover a transição destes trabalhadores informais em trabalhadores formais; e. levantamento de instituições, políticas, incentivos e boas práticas que promovam um ambiente propício à formalização dos trabalhadores migrantes em situação de informalidade; recomendações de estratégias e ações em diversos campos das políticas setoriais voltadas a atender as necessidades dos trabalhadores migrantes em seu processo de transição da economia informal para a formal.

As reuniões, que se seguiram no decorrer deste estudo, com a equipe da OIT e com parceiros institucionais em São Paulo - Coordenação de Política para Migrante da Prefeitura de São Paulo (CPMig) da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania; Centro de Referência e Acolhimento para Migrante (CRAI); Centro de Apoio ao Migrante (CAMI); Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo; Aliança Empreendedora; Programa Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo; Auditoria Fiscal do Ministério do Trabalho; Central Única de Trabalhadores (CUT) e Missão Paz - contribuíram enormemente para conhecer as especificidades

¹ Nesta oportunidade foi realizada roda de conversa, no dia 8 de julho de 2016 na cidade de São Paulo, em uma atividade paralela do Fórum Social Mundial das Migrações com representantes dos trabalhadores e empregadores, atores governamentais (esfera federal e municipal), trabalhadores migrantes em situação de informalidade laboral, entidades da sociedade civil e acadêmicos, entre outros.

² De acordo com a Convenção 143 da OIT, de 1975, no Artigo 11 está a definição do termo trabalhador migrante: "the term migrant worker means a person who migrates or who has migrated from one country to another with a view to being employed otherwise than on his own account and includes any person regularly admitted as a migrant worker".

de migrantes no mercado de trabalho informal, suas características, nacionalidades e temporalidades. Tais discussões indicaram um caminho profícuo de identificação de diferentes contingentes migrantes nos setores e atividades econômicas na cidade, possibilitando eleger os setores da economia para o aprofundamento sobre informalidade e migração na cidade de São Paulo³.

Partindo da Recomendação 151 - Migrant Workers Recommendation (1975) e da Convenção 143 - Migrant Workers -Supplementary Provisions (1975) da OIT, a contextualização geral do estudo tem como foco a promoção da formalização da economia informal para trabalhadores migrantes e seus desafios e iniciativas para estender a proteção dos direitos trabalhistas e da igualdade laboral para esses contingentes migrantes no município de São Paulo. A escolha por São Paulo se deveu, basicamente, por sua histórica concentração da migração internacional no país e pela expressão atual da presença migrante internacional na cidade e sua inserção informal nas atividades laborais.

Há um contexto mais amplo, onde expressiva parcela dos trabalhadores em geral está inserido na economia informal. De fato, a economia informal compreende aproximadamente de metade a três quartos de todos os empregos não-agrícolas gerados nos países em desenvolvimento. A informalidade do trabalho desenvolve-se e cresce em condições de elevadas taxas de desemprego, subemprego, pobreza, desigualdade de gênero e trabalho precário. Segundo a OIT, a “economia informal” se refere a “todas as atividades econômicas dos trabalhadores e unidades econômicas que - na lei ou na prática - não estão abrangidas ou estão insuficientemente cobertas por disposições formais. As atividades da economia informal não estão incluídas na lei, o que significa que operam fora do âmbito formal da legislação, ou não são abrangidas por essas normas na prática, seja porque a lei não lhes é aplicada ou assegurada; ou desestimula seu seguimento porque é inapropriada, onerosa ou impõe custos excessivos”.

Evidências empíricas, baseadas na experiência de várias economias em desenvolvimento e em transição, apontam que a economia informal pode coexistir com a economia formal em paralelo, ou em interação através de relações comerciais de fornecimento ou subcontratação de bens e serviços, sendo impactado com a expansão e contração da economia formal. Mais ainda, o crescimento econômico que tende a surgir com a integração de setores e economias nacionais na economia global não necessariamente tem impacto propício a induzir uma maior transição para o emprego formal.

A expansão econômica é um fator importante mas não necessariamente suficiente de garantir uma transição das empresas e dos empregos para a economia formal; outros fatores como o marco legislativo, as instituições de fiscalização e organização dos trabalhadores informais também têm um papel importante (OIT, 2015). A economia informal abrange uma ampla diversidade de trabalhadores, empresas e empresários com características e desafios que variam em intensidade entre contextos nacionais, setoriais, rurais e urbanos e contextos político e institucional diferentes. Assim, essa diversidade e contextualização devem ser levadas em conta para formulação de políticas públicas que visem enfrentar essa questão. Por um lado, a informalidade para os trabalhadores pode desempenhar um papel importante nessas circunstâncias, facilitando acesso a fontes de renda, devido à relativa facilidade de entrada e aos baixos requisitos de escolaridade, qualificações, tecnologia e capital. Por outro lado, existem desafios em garantir as condições de trabalho decente para as pessoas que trabalham na economia informal.

Pesquisas apontam que grande parte dos trabalhadores que entram na economia informal, não o fazem por escolha, mas como forma de acesso a atividades laborais que lhe assegurem a obtenção de rendimentos mínimos para fins de subsistência. De fato, a economia informal caracteriza-se por déficits elevados de trabalho decente e pela presença maciça de trabalhadores em situação de pobreza. Enquanto algumas atividades da economia informal podem oferecer meios de subsistência e rendimentos razoáveis, a grande parte dos trabalhadores da economia informal está exposta a condições de trabalho inadequadas e inseguras; possui baixo nível de qualificação, patamar de rendimentos inferiores, estando também mais sujeito a incerteza do vínculo empregatício.

³ Pesquisa Exploratória de campo realizada entre outubro de 2016 a janeiro de 2017

Dados levantados pela OIT afirmam a realidade que, como um todo, esses trabalhadores possuem jornadas mais extensas de trabalho, não estão cobertos pelo processo de negociação coletiva e não têm direitos de representação. Eles são também mais física e financeiramente vulneráveis que os demais trabalhadores, uma vez que o trabalho na economia informal não está coberto pela legislação trabalhista, nem protegido pelos sistemas de proteção social, saúde e segurança do trabalho, licença maternidade e outros direitos trabalhistas.

Os trabalhadores da economia informal caracterizam-se por diferentes graus de vulnerabilidade. Trabalhadores mulheres, jovens, migrantes e idosos são especialmente vulneráveis aos mais graves déficits de trabalho decente na economia informal. Essa vulnerabilidade e falta de proteção legal tendem a expor ainda mais esses trabalhadores informais a situações de violência, incluindo assédio sexual e outras formas de exploração e abuso, corrupção e suborno. O trabalho infantil e o trabalho escravo também se encontram na economia informal.

Estudo da OIT (2016 p. 16) afirma que “la mayoría de los trabajadores y trabajadoras migrantes suelen insertarse en aquellos sectores y actividades económicas que poseen menores salarios y, en términos generales, peores condiciones laborales. En tal sentido, los niveles de informalidad laboral a los que están expuestos -y como consecuencia de ello la falta de protección social- en muchos de los países de destino, son sustancialmente más elevados que los de los trabajadores y trabajadoras nacionales. Adicionalmente, los trabajadores y trabajadoras migrantes se enfrentan a afectaciones a sus derechos humanos que van más allá de las cuestiones estrictamente laborales, entre las que se encuentran violaciones a los derechos sociales en general (salud, educación, vivienda, etc.), restricciones y/o de cultades para acceder a la justicia, situaciones de detención arbitraria y expulsiones sin posibilidad de recurso alguno, separaciones familiares forzadas por su condición migratoria y, en términos más generales, situaciones de violencia, xenofobia y discriminación que, en muchos casos, está sustentada en marcos normativos que ven a la migración como una potencial amenaza”.

A promoção da formalidade e extensão da proteção da lei para os trabalhadores migrantes na economia informal é uma parte fundamental da promoção do trabalho decente no Brasil. No contexto latino-americano e caribenho há milhares de trabalhadores migrantes na economia informal. Os dados mostram que os trabalhadores migrantes estão sobre-representados na economia informal em empregos sem contrato de trabalho ou sem acesso à proteção social. Na Argentina, de acordo com a OIT, 754.880 ou 67,4% de todos os migrantes provenientes da América do Sul estavam trabalhando no setor informal. Na Costa Rica, a OIT estima que 29% de todos os trabalhadores migrantes e 32% das mulheres trabalhadoras migrantes estejam na economia informal. Em geral, estes trabalhadores e trabalhadoras migrantes não estão cobertos pelas leis trabalhistas e podem estar sujeitos a condições de trabalho precárias e inseguras, baixos salários e acesso inadequado serviços de saúde e habitação. A proteção social também pode ser negada por lei ou na prática, aumentando o risco de regressar ao seu país de origem em condições de pobreza, especialmente nos casos que sofrem acidentes.

Em muitas situações, a migração indocumentada é acompanhada pela informalidade do trabalho, o que pode ser um obstáculo na transição para a formalidade de acordo com as políticas e práticas migratórias de cada país. OIT (2016 p. 43) destaca “la regularización de la situación migratoria se convierte en una condición necesaria para que los trabajadores y trabajadoras migrantes puedan formalizar su situación laboral. En algunos países de la región este problema ha sido abordado recientemente a través de programas de regularización migratoria o amnistías migratorias (entre ellos cuatro de los países comprendidos en el proyecto: Argentina, Brasil, Chile y Costa Rica). El nivel de éxito de dichas iniciativas ha sido dispar, y en algunos casos fue sucedido por otros programas e intentos de regularizar la situación de la población migrante en condición irregular. El análisis en detalle de estas experiencias también podría aportar elementos para llevar adelante programas de regularización migratoria en otros países, incluso considerando aquellos casos en los que la exigencia de requisitos excesivos parece haber conspirado contra su efectividad (como por ejemplo el caso de Costa Rica). Al mismo tiempo, la repetición de estos programas en el tiempo marca la existencia de un problema sistémico que, en tanto no sea abordado

de tal manera seguirá replicándose en el tiempo. Finalmente, es necesario incorporar un conjunto de recomendaciones referidas específicamente a los derechos de los y las migrantes. En primer lugar, el abordaje de las condiciones en las que se desempeñan laboralmente constituye un punto central sobre el que los Estados deben intervenir activamente. El fortalecimiento de la inspección laboral debe incluir la perspectiva migratoria como un punto específico en tanto, como hemos señalado, los trabajadores y trabajadoras migrantes suelen ocupar los puestos de trabajo expuestos a las peores condiciones laborales en general. De esta manera, la intervención de las autoridades laborales debe apuntar no solo a reducir la informalidad laboral, sino también a facilitar los mecanismos de regularización migratoria y a garantizar derechos tales como el salario mínimo, la jornada limitada, condiciones de salud e higiene laboral adecuadas, la cobertura de convenciones colectivas de trabajo y la representación sindical, cobertura del sistema de seguridad social etc.”

Os trabalhadores migrantes apresentam índices de informalidade significativamente maiores do que os trabalhadores nacionais, concentrando-se em setores com forte presença de trabalho informal. Ademais, existem casos de migrantes com alta qualificação profissional no seu país de origem, que acabam executando tarefas para as quais estão sobrequalificados nos países de destino. Em geral, a estimação de trabalho migrante, documentado ou indocumentado, é complexa devido à falta de dados confiáveis dificultando ainda mais a produção de informações de qualidade que suportem a formulação de políticas para esse grupo de trabalhadores.

Como resalta OIT (2016 p. 37) “las relaciones existentes entre informalidad laboral e irregularidad migratoria. Se trata de dos dimensiones que poseen fuertes vínculos entre sí, pero que deben ser abordadas en forma independiente. Por un lado, la inexistencia de mecanismos de regularización migratoria, o su dificultad extrema, conduce en términos normativos a una prohibición de trabajar que empuja a muchos trabajadores y trabajadoras migrantes a desempeñarse en el sector informal. Este último presenta habitualmente una sobre representación de migrantes, que asimismo suelen ubicarse en actividades con mayores tasas de informalidad. La retroalimentación del círculo de la informalidad encuentra así, en la dificultad o imposibilidad de regularizar la situación migratoria, un factor de potenciación ineludible”.

Apesar dessas dificuldades para a formalização do trabalho migrante, conquistas na formalização de trabalhadores migrantes na economia informal têm ocorrido em alguns dos países da região da América Latina e Caribe, que vêm adotando mudanças legislativas e outras medidas que têm resultado na extensão ou reforço da proteção dos direitos dos trabalhadores migrantes. Algumas dessas iniciativas ocorreram no âmbito do mercado de trabalho caracterizadas por uma presença significativa de trabalhadores migrantes no setor informal. Mas também incluíram programas destinados a aumentar os níveis de formalização do trabalho, o que pode favorecer as políticas de inclusão social e regularização migratória dos trabalhadores migrantes. Na Argentina foram aprovadas leis sobre trabalho doméstico e para trabalhadores do setor agrícola; na Costa Rica, foi aprovada uma lei para regularizar a jornada de trabalho das trabalhadoras domésticas; no Equador, está vigente desde 2008, a inscrição obrigatória das trabalhadoras domésticas remuneradas, e desde 2013, o Ministério do Trabalho realiza inspeções a nível nacional para verificar o cumprimento das obrigações trabalhistas destas trabalhadoras; no Uruguai, os mecanismos de inspeção laboral das condições das trabalhadoras doméstica têm sido aprimorados.

As recomendações da OIT (2016 p. 41) ressaltam que “la consideración de un enfoque de derechos en la legislación migratoria local implica incorporar una serie de dimensiones que van más allá de la perspectiva estrictamente laboral. En particular, dicha legislación debe reconocer los siguientes aspectos: El derecho a migrar y a no migrar; El derecho a contar con igualdad de trato y oportunidades con respecto a los trabajadores nacionales; La creación de instancias que le permitan a los trabajadores y trabajadoras migrantes hacer efectivos sus derechos laborales, tanto en materia de salarios, jornada, tiempo de trabajo diario y semanal, descansos, condiciones de salud e higiene, seguridad y salud ocupacional, afiliación y representación sindical, negociación colectiva, etc.; El derecho de los y las migrantes de acceder a los servicios de salud, educación, y en términos más generales a la tutela de sus derechos económicos y sociales, independientemente de su condición migratoria; El derecho a acceder a la justicia sin importar su

condición migratoria, previéndose a su vez mecanismos idóneos que permitan operativizar este derecho en la práctica; El establecimiento de mecanismos de regularización sencillos y poco onerosos, facilitando de esta manera que los trabajadores y trabajadoras migrantes puedan romper el círculo irregularidad migratoria – informalidad laboral; La prohibición de la detención por razones de irregularidad migratoria y la garantía de que toda medida de expulsión sea dictada por la autoridad judicial competente”.

No contexto brasileiro, desde o início deste século, o Brasil recuperou a sua capacidade de atrair migrantes internacionais, tanto intra como extra-regionais, por meio de diversos fatores, entre eles: o crescimento econômico pujante no início do século junto com aumento do salário mínimo no Brasil; aumento das restrições de imigração e dificuldades econômicas principalmente depois da crise de 2008/2009 nos países mais desenvolvidos; e a crescente presença de empresas brasileiras em outros países. Parte dos imigrantes que atualmente chega ao Brasil vem da região das Américas, como dos países da região sul-americana (Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai) e, recentemente, o Haiti. Outra parte importante é composta dos chamados “migrantes internacionais de retorno”, ou seja, os cidadãos brasileiros que retornam ao país, principalmente a partir de Portugal, Estados Unidos, Japão, Espanha, Itália, Paraguai e Bolívia. Além disso, os números mais recentes mostram um aumento significativo na chegada de imigrantes dos países do Sul da Ásia e da África (SINCRE-OBMigra, 2014).

Estas características destacam a importância do corredor migratório para o Brasil, pois os fluxos de migrantes internacionais são cada vez mais diversificados. Embora a última década tenha sido um importante período para promoção no trabalho formal no Brasil, a partir de 2012 se observa uma estabilização desta tendência, com a queda no número de contratos formais na indústria e o crescimento no setor dos serviços. De fato, a reversão dessa tendência pode ser mais claramente observada no último biênio, quando o país entrou em um período de recessão econômica. Dados do Boletim do Mercado de Trabalho (IPEA) apontam que o nível de informalidade médio da população ocupada em 2015 ficou em 44,80%, representando um crescimento de 1,60% em relação a 2014. Vale ainda destacar que a taxa de informalidade no quarto trimestre de 2015 encontra-se em um patamar superior às taxas observadas em 2014 e 2013, igualando o nível de 2012, e vem apresentando crescimento desde o 2º trimestre de 2014, quando atingiu seu menor valor (43,90%). Inclusive, algumas evidências empíricas com relação a imigrantes do Haiti que estavam no Brasil, já indicaram a saída desses pela fronteira Norte em direção ao Chile e aos Estados Unidos. De todo modo, é um tema que merece maior profundidade, em especial a relação entre a crise atual da economia brasileira e o impacto em reduzir a atração do Brasil como destino para os trabalhadores migrantes.

A OIT está empenhada na promoção da formalização da economia informal. A Recomendação 204 sobre “A Transição da Economia Informal para a Economia Formal” identifica os trabalhadores migrantes como um dos grupos de trabalhadores particularmente vulneráveis aos mais graves déficits de trabalho decente na economia informal. De acordo com a OIT, não são apenas os trabalhadores migrantes em situação indocumentada que se encontram em trabalho na economia informal em grande número, mas também migrantes em situação regular como solicitantes de refúgio; dependentes dos requerentes de residência; migrantes em situação regular com residência e autorização para trabalhar mas que não conseguem encontrar trabalho na economia formal; migrantes em situação indocumentada que não desejam eles mesmos, ou seu empregadores, pagar as contribuições da seguridade social, os encargos e os impostos adicionais; migrantes trabalhando por conta própria.

Diante desse cenário, o presente estudo procurou investigar as relações entre a informalidade laboral e a população migrante no município de São Paulo, inclusive com uma perspectiva setorial. O estudo se dá no marco de importantes avanços efetuados no Brasil e pela OIT nos anos recentes sobre ambos os temas. No que se trata da informalidade, se tem realizado importantes estudos, identificação de boas práticas e implementação de atividades sobre a promoção da formalização do trabalho, inclusive a aprovação em 2015 da Recomendação No. 204 – a primeira norma internacional de trabalho a tratar da economia informal.

Nesse sentido, OIT (2016 p. 9) afirma que “es importante destacar que la protección de los derechos de los y las trabajadoras migrantes también contribuye a limitar un deterioro creciente en las condiciones laborales de todos los trabajadores. A modo de ejemplo, las políticas orientadas a regularizar la situación migratoria de trabajadores y trabajadoras migrantes se complementan con aquellas dirigidas a disminuir el trabajo informal. Ambas, complementariamente, coadyuvan a satisfacer los objetivos legítimos más importantes de políticas públicas comprometidas con el trabajo decente y el crecimiento socio-económico desde un enfoque de desarrollo humano sostenible y de respeto y promoción de los derechos humanos”.

No que se trata do trabalho migrante, existem importantes observações empíricas por partes dos atores envolvidos no atendimento a esta população e por parte de migrantes quanto às dificuldades relatadas em sua busca por emprego decente no município de São Paulo.

Somado a isto, as inquietações provenientes do pouco conhecimento sobre o fenômeno e de sua invisibilidade nas estatísticas oficiais do mercado laboral ensejaram as perguntas iniciais:

Quem são esses trabalhadores migrantes em São Paulo? Como esses trabalhadores migrantes percebem sua situação laboral? Qual influência o projeto migratório em seu trabalho atual no mercado informal ou vice-versa? Quais são os setores produtivos que detém maior concentração de migrantes? Quais são as características do trabalho informal entre este contingente populacional? Quais os obstáculos enfrentados para a formalização dos trabalhadores migrantes? Quais seriam as estratégias eficientes para a formalização deste trabalhadores (tanto as boas práticas de políticas e ações já implementadas quanto novas estratégias que poderiam ser adotadas)?

O contexto das migrações internacionais no século XXI traz a necessidade de estudos que contemplem sua complexidade, características e especificidades. Contingentes de migrantes internacionais, cada vez mais heterogêneos, têm chegado ao Brasil, apresentando perfis socioeconômicos e laborais diversificados, distintas nacionalidades, diferentes percursos e histórias migratórias. Tais fluxos refletem a inserção do Brasil na rota das migrações internacionais em âmbito global⁴.

De fato, o Brasil tem se consolidado, desde o início deste século, como um importante espaço da Migração internacional, através das seguintes modalidades migratórias⁵:

- 1) fluxos emigratórios consolidados nos anos 1980 e 1990, tendo como principais lugares de destino os Estados Unidos, Japão e Europa;
- 2) fluxos imigratórios internacionais de latino-americanos, asiáticos, africanos, europeus, populações refugiadas;
- 3) fluxos de trânsito migratório, como é o exemplo recente da Migração haitiana.

Para acompanhar essa nova dinâmica das migrações internacionais, o Conselho Nacional de Migração (CNIg) aprovou, em 2010, a Política Nacional de Migração e Proteção ao(a) Trabalhador(a) Migrante⁶, com apoio técnico do escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, frente ao do Estatuto do Estrangeiro, a Lei 6815, de 1980. Esta lei está ainda em vigor no Brasil, uma vez que a Lei de Migração, sancionada em maio de 2017 está em fase de regulamentação. As ações oriundas desta Política Nacional tem permitido ao CNIg criar Resoluções Normativas (RN) que, de fato, expressam as necessidades imediatas impostas pela intensa dinâmica migratória atual, atendendo demandas específicas, em especial para trabalhadores migrantes.

4 Baeninger (2012).

5 Veja-se, dentre outros autores, Margolis (1993); Sales (1999); Rossini (1995); Sazaki (1998); Patarra, (1995); Silva (1996); Fernandes e Ribeiro (2015); Baeninger e Peres (2015).

6 Estudo detalhado acerca da Política Nacional de Migração e Proteção ao(a) Trabalhador(a) Migrante encontra-se em Organização Internacional do Trabalho (2017). Análise e Recomendações para a atualização da Política Nacional de Migração e Proteção ao(a) Trabalhador(a) Migrante.

Nesse cenário, um dos principais desafios é conhecer o perfil de trabalhadores migrantes internacionais no Brasil no século XXI. A identificação e a análise da inserção laboral deste contingente populacional no mercado de trabalho requerem que diferentes procedimentos metodológicos sejam explorados; em particular, dados secundários e pesquisa exploratória de campo, que envolva agentes institucionais e sujeitos migrantes. De fato, os cenários migratórios internacionais estão cada vez mais dinâmicos gerando, inclusive, enorme dificuldade em captar o fenômeno, em função, por vezes, de sua curta temporalidade, rotatividade ou localização espacial. Ariza e Gandini (2012) destacam a importância de esforços que contemplem metodologias mistas para analisar a complexidade da Migração internacional, com mapeamento, exploração, análises tanto de informações censitárias e de registros administrativos quanto de pesquisas de campo.

Desse modo, através deste estudo, foi possível nos aproximarmos da realidade das condições de inserção de trabalhadores migrantes em alguns setores da economia na cidade de São Paulo, buscando contribuir para o conhecimento acerca de suas características segundo país de nascimento, sexo, idade, distribuição espacial, ocupação, especificidades do trabalho informal para esses contingentes populacionais, dificuldades para a formalização do seu trabalho e a complexa relação triplíce entre: o projeto migratório, a expectativa temporal de migrantes⁷ e a informalidade da sua inserção no mercado de trabalho.

De acordo com a Recomendação 204 da OIT, a economia informal “refere-se a todas as atividades econômicas dos trabalhadores e das unidades econômicas que, na lei ou na prática, não estejam cobertas ou estejam insuficientemente cobertas por disposições formais” (OIT, 2015 p. 4). Com a orientação e objetivo de facilitar a transição de trabalhadores e unidades econômicas da economia informal para a economia formal, a Recomendação chama atenção “para a necessidade de especial atenção às pessoas especialmente vulneráveis aos défices de trabalho decente mais graves da economia informal” (OIT, 2015 p. 6), incluindo os migrantes.

De fato, a presença de migrantes internacionais na economia informal apresenta concentração crescente, em particular pelas formas de organização das cadeias migratórias, suas redes e a dinâmica dos nichos étnicos nas sociedades receptoras (Waldinger, 1993). Assim, a participação de parcela expressiva de migrantes no mercado de trabalho enfrenta, dentre outros fatores, a inserção informal nas atividades econômicas. Nesse contexto, é importante destacar que a Recomendação 204 da OIT reforça a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório e a necessidade de garantia de direitos e proteção social aos trabalhadores, estendendo “progressivamente a todos os trabalhadores da economia informal, tanto na lei como na prática, a segurança social, a proteção da maternidade, as condições de trabalho decente” (OIT, 2015 p. 9).

A inserção do Brasil na rota das migrações internacionais no século XXI passa, necessariamente, pela cidade de São Paulo: lugar privilegiado da concentração da atividade econômica, incluindo a forte base de indústria, comércio e serviços, com reflexos no seu mercado de trabalho, e que compõe a hierarquia das cidades inseridas na mobilidade do capital e da força de trabalho em âmbito mundial⁸. Assim, São Paulo acrescenta aos seus elementos da histórica Migração europeia do século XIX⁹, a chegada de novos migrantes da periferia do capitalismo¹⁰ em sua conformação social contemporânea. Ao mesmo tempo, São Paulo convive com a presença da mão-de-obra altamente qualificada nas empresas transnacionais¹¹. Esta é a nova face das migrações internacionais, com fluxos compostos por migrantes que apresentam diferentes níveis de escolaridade e de qualificação profissional, refletindo processos mais amplos de reestruturação da economia global¹².

⁷ Roberts (1995)

⁸ Sassen (2001).

⁹ Fausto (1977)

¹⁰ Basso (2003)

¹¹ Domeniconi e Baeninger (2017)

¹² Sassen (2010)

As análises presentes neste estudo privilegiam os grupos migrantes inseridos em setores da economia, onde há a concentração de formas informais de inserção laboral. Os aspectos teórico-metodológicos para a compreensão da Migração internacional se baseiam na reestruturação econômica, destacando os focos setoriais do trabalho precário e informal e os novos fluxos de migrantes no século XXI¹³. Para o entendimento da inserção de trabalhadores migrantes no mercado de trabalho, este estudo parte do conceito de nichos étnicos¹⁴, que permitirá uma aproximação da inserção formal-informal-subcontração para determinados contingentes migrantes.

O documento está dividido em sete seções. Partindo da discussão teórico-metodológica que aponta a conformação do mercado de trabalho migrante global no âmbito do transnacionalismo, afinando para uma discussão acerca da informalidade no Brasil e da reestruturação produtiva em São Paulo. Segue a metodologia do estudo, as análises das informações sobre Migração internacional advindas das fontes de informações exploradas (Censo Demográfico de 2010, PNAD, RAIS, CNIq, STI e SINCRE), a pesquisa exploratória de campo, o diagnóstico com os resultados da pesquisa de campo e, finalmente, apresenta-se as considerações advindas dos resultados e análise deste estudo.

¹³ Basso (2003).

¹⁴ Waldinger (1993)



2. Aspectos teóricos

A participação de parcela expressiva de migrantes no mercado de trabalho enfrenta, dentre outros fatores, a inserção informal nas atividades econômicas¹⁵. É nesse sentido, que a Recomendação 204 da OIT afirma “que a transição da economia informal para a economia formal é essencial para alcançar o desenvolvimento inclusivo e concretização do trabalho decente para todos” (OIT, 2015 p. 3). Especificamente no que tange ao acesso ao mercado laboral, a população migrante – composta por diversos grupos étnicos, nacionalidades, idades, sexo, grau de instrução – utiliza-se de suas redes migratórias, na origem e no destino, para adentrar nos nichos étnicos¹⁶ formado por e para migrantes. Contudo, a própria inserção através desse nicho em atividades laborais para migrantes pode ser mais um elemento presente nas barreiras que impedem o acesso a empregos formalizados. Além disso, fatores relativos à sociedade receptora - como a discriminação, a vulnerabilidade dos trabalhos oferecidos e a ausência de documentação oficial para migrante - são também preponderantes para definir se um trabalhador migrante conseguirá um emprego com sua carteira de trabalho assinada, ou se será relegado à informalidade à precariedade das condições de trabalho.

A respeito desta relação entre migração e acesso ao mercado de trabalho, a qual se configura cada vez mais de maneira informalizada no âmbito mundial¹⁷, é preciso considerar que a economia informal, de modo geral, tem se difundido não só nos países em desenvolvimento, mas também nos países centrais¹⁸. Krein e Proni (2010, p. 34), ressaltam que é necessário “separar as atividades que são características do setor informal tradicional das novas expressões de informalidade advindas das transformações no capitalismo contemporâneo”, nas quais atividades que, inicialmente formais, passam por um processo de precarização e informalidade. Nesse sentido, migrantes se deparam com economias onde o mercado de trabalho é constituído por altos níveis de informalidade e subemprego combinados a fatores discriminatórios¹⁹.

Assim, é de fundamental importância identificar as características gerais da migração laboral, que segundo a Organização Internacional do Trabalho (2016) são constituídas pelas características de:

- crescente fluxo com a presença de mulheres;
- expressivas parcelas de migrantes indocumentados;

¹⁵ Portes e Sassen (1987); Guarnizo et al (2003); Portes (1996).

¹⁶ Waldinger (1993)

¹⁷ Guarnizo et al (2003)

¹⁸ Krein e Proni (2010)

¹⁹ Waldinger (1993)

- forte associação entre migrante indocumentado e informalidade;
- maior participação de migrantes no setor informal que os nacionais;
- sobrequalificação, isto é a inserção em ocupações que exigem menor qualificação;
- tendências a se concentrar em setores com menor presença de nacionais;
- parcela majoritária desse contingente migrante sem acesso à proteção social;
- tendências a migrantes documentados se inserirem no mercado de trabalho informal.

Chammartin (2014, p. 19-21) aponta dimensões relativas às condições de trabalho e às características do migrante internacional inserido no mercado laboral, que completam as tendências apontadas pela OIT (2016), dentre as quais: jornadas de trabalho semanais acima do estabelecido pela lei trabalhista; ausência de descanso semanal e férias, em especial para migrantes em situação indocumentada; salários abaixo do contratado ou, em diversos casos, retidos por muitos meses; e, condições precárias de trabalho e prejudiciais à saúde.

Considerando que a informalidade atinge quase 50% de todos os trabalhadores da América Latina e do Caribe (OIT, 2015), os trabalhadores migrantes tendem a ter acesso à inserção neste mercado de trabalho. A evolução histórica da informalidade no Brasil é ainda uma característica importante para a realidade laboral nacional²⁰, traço que impõe à parcelas expressivas da população migrante sua presença em atividades informais²¹.

De acordo com Santos (2008), o mercado de trabalho brasileiro entrou, no século XXI, com uma proporção de ocupados informais e precários jamais vista, passando a informalidade a assumir a feição de “traço característico do mercado de trabalho brasileiro” (p. 156). Ainda que tenha crescido o total de empregados com carteira assinada nos anos 2000, a redução do desemprego não gerou ocupações formais na mesma proporção: grande parte dos trabalhadores ainda tem na informalidade sua, e por vezes única, possibilidade de inserção no mercado de trabalho²². Costa (2010) analisa que o aumento da formalização ainda é bastante dependente de um crescimento econômico minimamente robusto e prolongado. De fato, Infante (2017 p. 33) afirma que “si bien los países [da região] han logrado avances en el ámbito de la reducción de la informalidad durante el período analizado, aún se mantienen los desafíos de , por un lado , promover un cambio estructural progresivo, que coloque en el centro de la dinámica económica a los cambios cualitativos en la estructura productiva, que permita crear más y mejores empleos y que genere un crecimiento sostenible e inclusivo, tanto económica como socialmente y, por otro, aplicar políticas de formalización laboral congruentes con estos cambios”.

Araújo e Lombardi (2013) apontam que a informalidade no Brasil apresenta concentração na população negra, com idade abaixo dos 20 anos e acima dos 50 anos, com baixos níveis de escolaridade e predominantemente com ocupações informais nos serviços domésticos, agricultura, serviços coletivos, construção civil, setor de comércio e o de alojamento e alimentação²³.

As análises de Kon (2008, p.7) adicionam outros dois pontos para o debate da transição da informalidade para a formalidade no Brasil: a necessidade de “políticas públicas que priorizem a continuidade da estabilização econômica” e “transformações estruturais intensificadas e mais velozes podem afetar e modificar as formas de inserção no mercado laboral”. Além disso, é preciso considerar que, por não haver um sistema de proteção social universal ao trabalhador, se favorece a inserção informal, com reflexos na proteção social dos mesmos²⁴.

²⁰ Krein e Proni (2010)

²¹ Silva (1996).

²² Araújo e Lombardi (2013)

²³ Barbosa Filho e Moura (2012); Araújo e Lombardi (2013).

²⁴ Pochmann (2009).

Para Krein e Proni (2010, p. 33), a informalidade varia também conforme “o papel das instituições públicas atuantes na área do trabalho, o marco regulatório e o poder [de] pressão das entidades de classe e da sociedade”. Para os autores, dado o atual ritmo de crescimento da economia formal, a informalidade ainda será relevante para o trabalhador no curto-médio prazo, como “uma das poucas opções de trabalho e renda para parcela da população” (KREIN; PRONI, 2010, p. 33). De fato, entre o segundo trimestre de 2014 e terceiro trimestre de 2015, Amorim e Corseuil (2016) indicaram uma nova elevação na informalidade, com a transição do trabalho formal para o informal, sobretudo, nos setores da construção civil, serviços domésticos, comércio, agricultura e educação.

É, portanto, nesse cenário de informalidade - como traço característico do mercado de trabalho brasileiro - que se deparam trabalhadores migrantes no país. À esta grande proporção de trabalho precário existente, se somam aos migrantes a falta de legislações, nacionais e internacionais, que facilitem e protejam o trabalhador migrante de situações de exploração e vulnerabilidade. Ressalte-se a importância de organizações voltadas para a fiscalização do cumprimento de leis e normas trabalhistas como, principalmente, a Inspeção do Trabalho²⁵, a Superintendência Regional do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, no combate à exploração do trabalho migrante na economia informal.

2.1. O pano de fundo da Migração internacional no século XXI: a reestruturação produtiva e os mercados mundiais de trabalho migrante

O cenário da reestruturação produtiva, de fins do século XX para o século XXI, segundo Sassen (1988), intensificou a mobilidade do capital e da força de trabalho em âmbito mundial, com mudanças implementadas a partir da reestruturação produtiva²⁶. O conjunto de transformações praticadas pelo novo regime de acumulação capitalista se impôs, para Harvey (1993), com a descentralização e internacionalização da produção por meio da transferência das plantas produtivas para países em desenvolvimento, com impactos diretos no trabalho e na mobilidade da força de trabalho, impulsionando as migrações internacionais²⁷.

A transnacionalização das empresas já estava presente no cenário mundial desde a década de 1970 e foi o traço mais marcante de décadas posteriores²⁸, com a dispersão geográfica da produção²⁹. Como resultado do processo de reestruturação produtiva e da acumulação flexível, o mercado de trabalho precisou se adequar à nova situação e também passou por modificações que derivaram novas formas de trabalho mais flexíveis e uma aparente redução do emprego regular em direção do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado com alta taxa de rotatividade de funcionários³⁰.

A tendência no novo cenário, como aponta Harvey (1993), tem sido reduzir os números de trabalhadores centrais e empregar cada vez mais trabalhadores temporários, com uma força de trabalho que entra e sai da cadeia produtiva sem muitos custos às corporações. De acordo com o autor, a empregabilidade varia conforme o mercado e a situação econômica, ampliando em momentos de crescimento da demanda e contraindo em momentos de redução, sem, no entanto, que as empresas precisem arcar com os altos encargos sociais e fiscais. Acrescenta que as transformações na estrutura do mercado também possibilitaram transformações na organização industrial, uma vez que a subcontratação organizada abriu oportunidades para a formação de pequenos negócios e a volta de sistemas antigos de trabalho doméstico, artesanal e familiar. O autor enfatiza que a atual organização industrial tornou essas pequenas empresas - baseadas

²⁵ Pires (2011)

²⁶ Castles e Miller (2009)

²⁷ Sassen (1988)

²⁸ Sassen (2010)

²⁹ Sassen (2001)

³⁰ Harvey (1993)

em trabalho subcontratado - em peças centrais do sistema produtivo, o qual tem se espalhado nos países mais avançados e nos países em desenvolvimento, tornando-se central no sistema produtivo.

Barrientos (2013 p. 1069) destaca que “as redes globais de produção e as cadeias de valor fornecem uma forma específica de interação entre as operações comerciais avançadas de empresas e sua terceirização de produção de mão-de-obra intensiva para países em desenvolvimento”. A produção global torna-se, assim, o motor de *labour contracting* (recrutadores – tradução livre) e sua relação com *unfree labour* (aprisionamento – tradução livre), em especial quando as práticas são formalmente indiretas e os trabalhadores atraídos para a produção através de redes de recrutadores. A autora destaca que nas “cadeias do trabalho”, a contratação de mão-de-obra pode se sobrepor a atividades ilícitas, incluindo servidão por dívidas e contrabando de pessoas.

Sassen (1988) analisa que a mobilidade internacional do capital e a transnacionalização das empresas – ensejadas pela reestruturação produtiva – contribuíram e promoveram a mobilidade internacional do trabalho ao romper as estruturas tradicionais do trabalho e estabelecer profundas relações entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. A disseminação das relações econômicas e sociais e as transformações tecnológicas, em nível mundial, para De Hass (2013), contribuem para a complexidade da Migração internacional, em especial com origem nos países pobres. O autor enfatiza que a mudança tecnológica e de comunicação reduz os custos associados à migração, permitindo a diversos grupos sociais o acesso a migrar. Além disso, as relações transnacionais entre migrantes possibilitam que migrantes permaneçam em contato com sua família e os seus locais de origem, mandem e recebam recursos financeiros, bem como tenham informações sobre os locais de destino e as oportunidades nesses países. De Hass (2013) analisa que a migração internacional reflete a globalização da economia mundial e de seus mercados de trabalho.

A consolidação de centros globais de produção, segundo Sassen (2001), tem gerado uma reestruturação da demanda pelo trabalho, criando, portanto, condições para a absorção/presença do trabalho do migrante internacional, em função dos tipos de empregos demandados. Para a autora, a expansão do setor de serviços especializados, incluindo o setor financeiro gera demanda para empregos não qualificados no próprio setor de serviços e também para atender a nova classe social de trabalhadores altamente qualificados e seu estilo de vida. Além disso, a substituição do serviço qualificado pelo não qualificado na indústria e produção, em busca de sobrevivência, também teria aumentado a demanda pela mão de obra não qualificada³¹.

De um lado, a expansão dos setores altamente qualificados no topo da estrutura econômica e, de outro lado, a ampliação de setores não qualificados – na base da estrutura econômica - alteraram a demanda da força de trabalho. Segundo Sassen (2001) o crescimento da demanda por mão de obra não qualificada foi fundamentalmente resultado do crescimento do setor de serviços e depois, secundariamente, como resultado do declínio do setor industrial. Esse aumento da demanda por mão de obra não qualificada tem, justamente, criado as condições de absorção de novos fluxos de migrantes internacionais, que acabam por se inserir nesses setores que necessitam de força de trabalho não qualificada, tanto nos serviços como na indústria, mas também nos trabalhos gerados dentro e pela própria comunidade migrante³².

Sassen (2001, p.33) enfatiza que o emprego de migrantes internacionais, tanto altamente qualificados como não qualificados, é um componente da mobilidade do capital e não uma alternativa a esta mobilidade. “I have argued that the employment of immigrants workers, from highly trained personnel to unskilled labors, may appear in this regard as a functional equivalent to the mobility of capital; but it is in fact a component of, rather than an alternative to, capital mobility insofar as (a) on the most general level, international capital mobility contributes to the formation of an international labor market and (b) more specifically, the economic restructuring associated with the current phase of capital mobility has

³¹ Sassen (2001)

³² Waldinger (1993)

generated a large supply of jobs and casual labor markets that facilitate the employment of disadvantaged foreign workers, and it has also generated a demand for specific high level skills that can be met by workers from anywhere, as long as they have the required education”.

Para Chesnais (2006), o deslocamento transnacional do capital tem implicado em enorme competição entre trabalhadores do mundo inteiro, com a mundialização do exército industrial de reserva. Nesse sentido, o acesso do migrante internacional ao mercado laboral nacional está fortemente condicionado aos processos de reestruturação produtiva e ao lugar da produção³³ que cada localidade ou país ocupa na divisão internacional do trabalho.

Consideramos, nesse contexto transnacional do século XXI, que compreender a inserção de migrantes no mercado de trabalho formal e informal de determinado país requer que se analise a complexidade do fenômeno migratório em âmbito mundial³⁴, para o conhecimento das migrações internacionais locais, regionais e nacionais³⁵ e sua inserção laboral.

A inserção laboral ou não de migrantes no mercado de trabalho formal e informal no país de destino está condicionada pela posição que este país/localidade ocupa no mercado global e a correspondente participação do trabalho migrante formal ou informal neste mercado. É o que Huws (2012) denomina de exército de reserva global. Desse modo, Sassen (1988) afirma que a migração internacional é um elemento de (re)produção do capital internacional e da reprodução social de contingentes migrantes no mundo.

O novo paradigma informacional³⁶ e a flexibilização da produção e dos contratos de trabalho traz novos olhares para a precarização do trabalho e com mudanças no próprio significado de trabalho³⁷, de desemprego, de contrato por tempo parcial ou determinado, de informalidade, de desregulamentação, de diminuição ou ausência de direitos trabalhistas. Antunes (2013 p. 17) afirma “uma vez que concebemos a informalidade como ruptura com laços formais de contratação da força de trabalho, podemos acrescentar que, se a informalidade não é sinônimo direto de condição de precariedade, sua vigência expressa, com grande frequência e intensidade, formas de trabalho desprovidas de direito, as quais, portanto, apresentam clara similitude com a precarização. Desse modo, a informalização da força de trabalho vem se constituindo como mecanismo central utilizado pela engenharia do capital para ampliar a intensificação dos ritmos e dos movimentos do trabalho e ampliar seu processo de valorização. E, ao fazê-lo, desencadeia um importante elemento propulsor de precarização estrutural do trabalho”.

É, portanto, nesse contexto geral de precarização estrutural do trabalho em âmbito global e, conseqüentemente, na sociedade receptora, que se estabelece a relação entre o novo regime de acumulação capitalista – com a intensificação, aceleração e novas dimensões espaço-temporais da circulação do capital internacional – e a dinâmica específica que assume a força de trabalho migrante, que lhe é inerente.

Félix (2016 p. 252) afirma “as formas que assume hoje a circulação mercantil de força de trabalho tendem a fazer diminuir cada vez mais a distância entre exército ativo e exército de reserva, constituindo uma classe trabalhadora constantemente sem emprego ou entre empregos”. O autor explica que não há mais fronteiras entre ativo-reserva, mas trânsito, movimento: “dado o processo de ‘flexibilização’ ou precarização dos contratos de trabalho, essa aproximação [ativo-reserva] não implica necessariamente um trânsito formal-informal. A distinção ativo-reserva pode ser intermitente ou, certos casos, até mesmo praticamente indistinguível dentro do próprio mercado formalizado de compra e venda da força de trabalho”.

³³ Sassen (1988)

³⁴ Wimmer e Glick-Schiller (2003)

³⁵ Baeninger (2015)

³⁶ Castells, 1999

³⁷ Senett (2010).

É no âmbito dessas novas relações de trabalho e das relações sociais da própria força de trabalho que buscamos compreender a alocação de contingentes migrantes internacionais no mercado de trabalho brasileiro, em particular em São Paulo. Consideramos que esta mão-de-obra oscila entre estar “dentro” ou “fora” do mercado formal de trabalho, em função dos circuitos de subcontratação presentes nos nichos étnicos³⁸ a que estão inseridos. Esta mão-de-obra migrante está nas fronteiras, na sobreposição, nas porosidades, nas rugosidades, nas capilaridades entre o exército ativo e o exército de reserva e entre o mercado formal e informal para trabalhadores migrantes. A consequente rotatividade migratória entre espaços e a inserção laboral é a expressão do “excedente populacional necessário” para a reprodução capitalista³⁹.

Lindbeck e Snower (2002) analisam, a partir da teoria *insider-outsider* do mercado de trabalho, que os custos da rotatividade do trabalho acabam por proteger os trabalhadores que já estão dentro do mercado de trabalho (*insider*), ao mesmo tempo que aqueles que estão fora do mercado formal (*outsider*) têm uma influência indireta na formação de salários. A crescente presença migrante internacional no Brasil e as mais recentes reformas trabalhistas podem indicar um cenário de ampliação das dificuldades de inserção de migrantes nos circuitos *insiders*.

2.2 Informalidade e os novos fluxos migratórios

A precarização do trabalho no contexto atual do capitalismo e na nova estrutura de organização da produção em cadeias produtiva, com níveis de subcontratação e terceirização, tem conduzido ao entendimento de novas feições da informalidade. Como afirma Lima (2002 p.21) “a desregulamentação dos mercados de trabalho e a flexibilização dos contratos minaram direitos sociais historicamente constituídos. Trabalho temporário, parcial, eventual, subcontratado integram o novo paradigma do trabalho globalizado”.

Castel (1998) denomina de “a nova questão social”, a qual é engendrada por transformações na dinâmica produtiva e não mais fenômeno marginal a ser superado pelo progresso. A precarização do emprego e o desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização, através das reestruturações e competitividade industriais.

No cenário dos novos processos de precarização do trabalho e os novos fluxos migratórios, as cadeias produtivas em âmbito global contribuem para a expansão da economia informal. No bojo desse novo processo de informalidade, os novos fluxos migratórios internacionais constituem a formação de um excedente migrante no mercado de trabalho mundial. Portes e Sassen-Koob (1987, p 54) afirmam “o fluxo migratório foi decisivo para o processo de informalização das indústrias baseadas em trabalho intensivo e afetadas pela competição estrangeira, mas logo se estendeu para outras que não eram afetadas. Nas áreas urbanas em que os migrantes estão concentrados, outros setores intensamente organizados, como a construção civil e as altamente competitivas indústrias de serviços, como restaurantes, logo começaram a fazer uso dessa nova fonte de força de trabalho barata e dócil” (tradução livre).

De acordo com os autores, a formação de amplos circuitos de subcontratação para o trabalho em pequenas oficinas, nos grandes centros urbanos do capitalismo mundial, ultrapassam as fronteiras nacionais para garantir os padrões de competitividade, que passam a se sustentar a partir de processos de exploração da força de trabalho como cerne desses circuitos de subcontratação.

Os circuitos da produção mundial se estabelecem desde os locais de origem da força de trabalho migrante, direcionando fluxos imigratórios para atividades econômicas específicas nas sociedades de destino. A economia étnica, para Light (1972) e Bonacich (1973), inclui a presença migrante como empregador, empregado por conta própria ou empregado de co-nacionais/co-étnicos e passa a compor um dos aspectos para o entendimento da incorporação laboral de migrantes nas sociedades de destino.

³⁸ Waldinger (1993;1994; 2003)

³⁹ Baeninger (2008)

De acordo com Bonacich (1973) a exclusão de migrantes do mercado de trabalho formal contribui para que busquem seu sustento no comércio ou através de emprego por conta própria, provocando no grupo étnico o fortalecimento de redes intra-grupo. A solidariedade étnica, na definição de Light e Bonacich (1988), consiste em uma das formas onde co-étnicos encontram no comércio e serviços informais atividades para seus nacionais. Waldinger (1984) aponta que tais atividades e negócios estão relacionadas às novas demandas para prover produtos alimentícios para os co-étnicos bem como outros tipos de bens culturais - como música, roupa, livros - onde essa distribuição e abastecimento conforma um nicho étnico entre os próprios migrantes. Outras necessidades também estão presentes, surgindo serviços de tipo jurídico, administrativo com proprietários de mesma nacionalidade.

Assim, a partir da solidariedade étnica, de acordo com Bonacich (1973), é possível que migrantes se tornem empreendedores étnicos – definidos pela autora como minorias intermediárias. Esta é a face bem sucedida da economia étnica, através da qual determinado grupo migrante se insere em negócios étnicos.

O enclave étnico baseado no mercado secundário de trabalho, com os estudos de Piore (1974), é de difícil reconceitualização no âmbito da economia atual. Nesse sentido, Waldinger (1994) aponta que o conceito de economia étnica⁴⁰ é mais abrangente, sendo o enclave étnico um caso específico dentro da economia étnica.

Os novos fluxos migratórios e suas formas de inserção socioeconômica - relativamente autônomas nas sociedades de destino - estão articuladas, de acordo com Waldinger (1993), à presença de nichos econômicos nos países de destino – que já presentes nas sociedades com migrantes internos – passam a se configurar como nichos étnicos, com o predomínio de determinadas nacionalidades.

Waldinger (1993, p.358) aponta que “o nicho étnico mostra que a etnicidade não é simplesmente uma importante característica cultural, mas que é o princípio de uma organização social, mostrando profundamente o papel que migrantes jogam na dinâmica econômica dos países no século XXI” (tradução livre).

Assim, o autor define que os nichos étnicos representam “um conjunto de atividades econômicas, nas quais os migrantes estão fortemente concentrados” (p.349; tradução livre) e onde ocorre a centralidade das redes de subcontratação.

Através das redes de (sub)contratação se organizam as trajetórias laborais de migrantes internacionais. Bailey e Waldinger (1991, p. 436, tradução livre) explicam “as redes de contratação são mais do que fontes de informação – elas são também fatores independentes que constroem e moldam o trabalho e os processos de treinamento no local de trabalho. As redes de contratação reduzem a incerteza (...) facilitam o treinamento porque o intermediário que atua como recrutador pode se responsabilizar por fazer os novos empregados entrarem no sistema”.

Para os autores, os nichos étnicos propiciam ‘sistemas de treinamento’ que permitem a circulação de informação, recrutamento do trabalho, transmissão das habilidades necessárias para as novas entradas de migrantes no nicho étnico, através de canais institucionais formais e informais, bem como com conhecimento de informações sobre a empresa interna ou externamente. Assim, o recrutamento dos trabalhadores migrantes e a circulação de informações estão baseadas no que Light e Gold (2000, p.108) denominam de relações baseadas em compensação diferida no âmbito economias étnicas. “Em comunidades [de migrantes] nas quais o emprego de compatriotas é comum, conflitos entre os empregadores e empregados são regulados pela ‘compensação diferida’, processo por meio do qual os trabalhadores recebem baixos salários por um período de tempo e depois são recompensados ao serem auxiliados a montar o seu próprio negócio” (tradução livre).

Nesse sentido, consideramos que os nichos étnicos consistem em dispositivos sociais⁴¹, um mecanismo de poder no âmbito da comunidade migrante, bem como no contexto da sociedade receptora, onde, as

⁴⁰ Light e Bonacich (1988); Zhou (2004)

⁴¹ Foucault (1997)

ações sociais não são dos indivíduos e sim do campo social do dispositivo. As redes sociais presentes nos nichos étnicos constituem um dos elementos que o configura como um dispositivo social, com relações de dominação e poder entre co-nacionais nas oportunidades de trabalho, treinamento e acesso ao mercado de trabalho no destino migratório.

2.3 São Paulo: reestruturação produtiva, informalidade e migração internacional

Na relação entre migração e acesso ao mercado de trabalho, é preciso considerar, para o caso brasileiro, em particular São Paulo, que a virada do século XX para o XXI, trouxe um novo cenário para o país, com a entrada de migrantes internacionais, especialmente aqueles de origem latino-americana naquele momento. Já a primeira década do século XXI apresenta incremento de distintas modalidades migratórias internacionais, como: a migração de fronteira que se deslocou, posteriormente, para São Paulo; as imigrações asiáticas; a migração haitiana e africana; o fluxo de refugiados.

Assim, São Paulo no século XXI agrega em seus espaços urbanos o que Sassen-Koob (1993) denomina da “cidade dos migrantes”. Como expressões socioespaciais da reestruturação produtiva e urbana, as grandes cidades hoje sobrepõem: a cidade corporativa, a cidade antiga industrial, a cidade dos migrantes. É esta última, para a autora, o espaço do Terceiro Mundo, com a estreita articulação entre a nova informalidade, os novos fluxos migratórios internacionais e os novos tipos de precarização do trabalho.

A reestruturação produtiva em São Paulo, a partir dos anos 1990, implicou a diminuição nos empregos industriais e na realocação da força de trabalho para o setor de serviços, bem como na transformação de diversas cadeias produtivas. São emblemáticos, no caso da cidade de São Paulo, os reflexos da reestruturação produtiva na indústria têxtil, da confecção e do vestuário, em particular pela conformação de nicho étnico para migrantes latino-americanos⁴².

Segundo Garcia e Cruz-Moreira (2003), a abertura comercial no Brasil, na última década do século XX, facilitou a entrada de produtos estrangeiros culminando na entrada de produtos de origem asiática a preços muito baixos que acabaram por exercer enorme pressão no complexo têxtil-vestuário. Para fazer frente a essa pressão, as empresas no país adotaram uma política de redução dos custos por meio principalmente da verticalização do processo, recorrendo a práticas de subcontratação de mão-de-obra e serviços, dentre as quais a contratação de mão-de-obra migrante internacional não documentada, como a migração boliviana⁴³. Além disso, a Migração coreana passava a dominar a indústria da confecção em São Paulo com a subcontratação de bolivianos e latino-americanos todos fazendo parte do mesmo circuito internacional da cadeia produtiva da indústria do vestuário⁴⁴. A prática de subcontratação envolveu, naquele momento, coreanos, bolivianos e latino-americanos para a diminuição dos custos de produção, com a terceirização do trabalho na costura, repassando aos migrantes bolivianos e latino-americanos atividades do setor⁴⁵.

Diversos autores⁴⁶ analisam que a terceirização da mão-de-obra migrante para a costura em São Paulo abriu uma nova fase no recrutamento da força de trabalho: recrutar e contratar essa força de trabalho passou a ficar a cargo dos próprios migrantes bolivianos, com redes onde circulam informações e pessoas que vão ao país de origem para trazer parentes e amigos para trabalhar no setor de confecção em São Paulo. Assim, a conformação deste nicho étnico é marcado pela rede de relações entre co-nacionais para o emprego na produção de peças de vestuário.

⁴² Silva (1996)

⁴³ Silva (1996)

⁴⁴ Freitas (2014)

⁴⁵ Silva (1997)

⁴⁶ Silva (1997); Freitas (2014); Bassegio (2004); Buechler (2003); Freire (2008) dentre outros.

Com o fluxo migratório consolidado de bolivianos e bolivianas para o setor da costura em São Paulo, em especial a partir do Acordo de Residência do Mercosul em 2009, o início do século XXI aponta que o nicho étnico da costura se terceiriza com as oficinas de costura passando, em sua grande maioria, a ser de propriedade dos migrantes bolivianos, que subcontrata migrantes bolivianos e latino-americanos. Os migrantes coreanos passaram a ser responsáveis pelo desenvolvimento do produto e dos insumos necessários a produção, terceirizando a produção para os bolivianos⁴⁷.

Freitas (2014) enfatiza que “essa divisão do trabalho no setor da confecção é um atributo da produção mundial, com a produção intensiva e mão-de-obra migrante boliviana e latino-americana pouco qualificada, de um lado, e, de outro lado, com o centro coordenador que realiza as atividades relacionadas a design e tecnologia, como são os coreanos no setor”. A especialização no setor da confecção fez alterar também, nos últimos anos, as rotas e sentidos da Migração boliviana para São Paulo e a precarização do trabalho (Begnami, 2014), revelando uma circulação migratória entre La Paz e São Paulo apenas para trabalhos temporários e com habilidades próprias para determinadas máquinas de costura especializadas.

Na “cidade paulistana dos migrantes”, a informalidade e a precariedade do trabalho migrante estão presentes também na construção civil e nos serviços. No caso da construção civil, este setor da economia sempre foi marcado pela migração interna em São Paulo (nordestinos, mineiros e paranaenses) e agora também passa a contar com a presença migrante internacional, em especial migrantes haitianos e africanos.

Costa (2010) aponta que “a construção civil sempre foi uma ‘porta de entrada’ para migrantes e para migrantes de origem camponesa, sem qualificação profissional reconhecida. Indivíduos oriundos de migrações definitivas, temporárias ou, ainda, derivadas da alternância entre atividades rurais e urbanas, sempre encontraram, na construção civil, o primeiro emprego, sobretudo, devido à simplicidade de algumas de suas tarefas (...) A construção civil, contudo, deve ser entendida dentro de um contexto mais amplo de mudanças ocorridas no mundo do trabalho, sobretudo, nas últimas décadas. O fato é que a informalidade tem se consolidado como um importante mecanismo de regulação do mercado de trabalho, no qual o crescimento do desemprego e das atividades não-institucionalizadas se revela uma constante”.

No setor dos serviços, a informalidade se articula com a concentração de migrantes em determinadas atividades, vinculadas à emergência de nichos étnicos no âmbito dos distintos setores da economia e do mercado formal e informal de trabalho.

A compreensão da Migração internacional em São Paulo e suas formas de inserção laboral partem, portanto, neste estudo, dos seguintes pressupostos teóricos:

- heterogeneidade dos fluxos migratórios⁴⁸;
- inserção diferenciada do migrante no mercado de trabalho informal a partir das redes de informação e recrutamento⁴⁹;
- conformação de cadeias globais de produção e nicho étnico⁵⁰;
- identificação do nicho étnico no mercado de trabalho⁵¹ com atividades laborais com co-nacionais, emprego com co-nacionais, utilização das competências de formação profissional do país de origem aqui no Brasil, possuir Registro Nacional de Estrangeiro, falar português no trabalho;
- dimensões da vida privada do nicho étnico⁵²: amigos de mesma nacionalidade, assiste programas de TV ou mantem contato com o noticiário na língua nativa, lê regularmente jornais e mídias na língua nativa, fala a língua materna em casa, religião com co-nacionais;

⁴⁷ Freitas (2010)

⁴⁸ Castles e Miller (2003)

⁴⁹ Guarnizo et al (2003)

⁵⁰ Bonacich (1972); Waldinger (1993); Portes (1996); Waldinger (1993)

⁵¹ Kushnirovich (2010)

⁵² Kushnirovich (2010)

- “sistemas de treinamento”⁵³ existentes nos nichos étnicos: circulação de informações a respeito das atividades laborais vinculadas ao nicho étnico, recrutamento para o trabalho, transmissão de habilidades necessárias para as novas entradas de migrantes no nicho étnico, canais formais e informais, relações com empresas, intermediários e as respectivas formas de subcontratação existentes no nicho étnico.

⁵³ Bailey e Waldinger (1991)



3. Metodologia

A partir do panorama teórico-conceitual, apresentado anteriormente, a metodologia para investigar as relações entre a informalidade laboral e a população migrante em uma perspectiva setorial em São Paulo contemplou a metodologia mista proposta por Ariza e Gandini (2012).

As autoras destacam a importância de metodologias mistas como “estratégia metodológica comparativo-qualitativa” (p.497), a fim de compor um quadro de informações empíricas (primárias e secundárias) e conceituais capazes de indicar a complexidade do fenômeno migratório. Além disso, permite identificar especificidades de contingentes migrantes, a partir também de trajetórias laborais ou de inserção ocupacional nos espaços de destino e de trânsito migratório.

A metodologia mista traz um conjunto de recuperação de informações primárias e secundárias como forma de identificar e conhecer tanto o perfil socioeconômico e demográfico desses contingentes migrantes quanto as configurações da Migração internacional. Os dados censitários, registros administrativos, fontes alternativas consistem valioso acervo que deve ser explorado para a construção do panorama da Migração internacional. Soma-se a este panorama, como destacam Ariza e Gandini (2012), a importância de se complementar e aprofundar dimensões presentes nas relações sociais da migração, que as informações secundárias não permitem identificar, com informações qualitativas a partir da observação direta, entrevistas, conversas com agentes institucionais e migrantes.

Assim, para o mapeamento das fontes de informações acerca da Migração no Brasil exploramos diferentes bases e registros de dados. O novo cenário da migração internacional de e para o Brasil, do final do século XX e início do século XXI, tem sido construído, em grande medida, a partir de dados censitários e suas estimativas⁵⁴. Contudo, os desafios se apresentam de forma evidente, sobretudo, para a identificação da entrada de migrantes após a realização do censo demográfico de 2010, bem como para a construção do panorama de fluxos migratórios que adentram pelo Brasil, em anos recentes.

As seguintes fontes de informações, abaixo indicadas, serão exploradas neste estudo para o conhecimento do panorama da Migração internacional em São Paulo.

Censo Demográfico, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)

Maguid (1994) ressalta os censos demográficos como importantes fontes de dados para o estudo do estoque de migrantes internacionais, uma vez que representa o universo dessa população. No entanto,

⁵⁴ Carvalho (1996); Oliveira et al (1996); Patarra (2005); Garcia (2013)

o panorama da migração internacional é um desafio que ainda exige avanços metodológicos para seu estudo, além do censo ser realizado a cada 10 anos.

Embora o censo demográfico seja uma fonte que pode captar e apontar o perfil de migrantes internacionais no país todo, suas limitações se referem a uma possível subenumeração, uma vez que migrantes indocumentados podem não responder ao censo (Villa e Rodriguez, 2000) e, portanto, há uma seletividade migratória nos dados e resultados advindos desta fonte. As informações censitárias podem, contudo, apresentar tendências sobre a Migração internacional. Para a migrantes internacionais, os quesitos do Censo Demográfico brasileiro são: país de nascimento, tempo de residência no Brasil e país de residência anterior.

Outra fonte de informações que se podemos utilizar é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), que é uma pesquisa amostral realizada nos anos em que não acontece o censo demográfico. Sua abrangência é nacional desde 2004, ainda que, em função de sua amostra reduzida, apresenta estimativas confiáveis para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e o conjunto de municípios de cada Região Metropolitana.

Além de providenciar informações sobre a população nos anos em que não se tem o Censo, o módulo sobre mercado de trabalho e rendimentos é muito mais aprofundado em relação a outras pesquisas amostrais. A PNAD fornece informações adicionais àquelas providenciadas pelo censo, além de preencher o período intercensitário com dados fundamentais para o acompanhamento da dinâmica sociodemográfica nacional. Algumas das informações complementares que a PNAD fornece dizem respeito ao número de horas trabalhadas na semana de referência.

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho é um registro administrativo, cujas informações se referem às a um conjunto de declarações de todas as empresas que compõe o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) no país e, portanto, indicam os vínculos de emprego no mercado de trabalho formal brasileiro.

Os dados da RAIS representam registros administrativos de responsabilidade do empregador e com periodicidade anual; há uma abrangência nacional, desagregável por país, grandes regiões, Unidades da Federação e municípios. Segundo o Comitê de Estatísticas Sociais (CES/IBGE), as informações nessa base têm melhorado em qualidade e quantidade, sobretudo, pela ampliação do uso de meios eletrônicos, e representariam, hoje, aproximadamente 97% do mercado formal brasileiro. A RAIS apresenta, portanto, dados de estoque (número de empregos) e de movimentação da mão de obra empregada (contratações e desligamentos), por sexo, faixa etária, grau de instrução, entre outros (Comitê de Estatísticas Sociais s.f. s.a.). Entre suas limitações, ressalta-se que os registros dizem respeito aos vínculos ativos estabelecidos com as empresas até 31 de dezembro do ano anterior ao considerado. Há a informação de nacionalidade e informações socioeconômicas do empregado. Existem possíveis omissões, erros de preenchimento ou divulgação de dados fora do período de declaração por parte dos empregadores (Comitê de Estatísticas Sociais s.f. s.a.) e não abarca profissionais autônomos e a informalidade do trabalho.

Registros Administrativos: Sistema de Cadastro e Registros de Estrangeiros (SINCRI), Sistema de Tráfego Internacional (STI) e Registros de autorização de trabalho a estrangeiros

Em um contexto cada vez mais complexo, como o das migrações internacionais no Brasil, é preciso avançar na discussão e no uso de fontes de dados que possam acompanhar e atualizar a dinâmica e transformações do fenômeno migratório. Este início de século XXI exige que se avance ainda mais na composição e combinação de diferentes fontes de dados, para que, minimamente, se possa construir o mosaico dos fluxos de migrantes internacionais que hoje entram e saem do país.

Segundo Maguid (1995, p. 194), “é interessante que comecemos a discutir, entre os países da América do Sul, a possibilidade de se criar metodologias inovadoras que nos permitam realmente captar as

mudanças que se operam e as que vão ocorrer em relação às características da mobilidade territorial da população em um novo cenário mundial”.

Os registros administrativos são amplamente utilizados para o estudo de outros componentes da dinâmica demográfica (fecundidade e mortalidade, sobretudo) e passam também agora a auxiliar na identificação das novas imigrações internacionais no Brasil. Contudo, registros administrativos de entradas e saídas de pessoas – não somente em postos de fronteira, mas também aeroportos e portos – apresentam limitações quanto à qualidade e à cobertura na maioria dos países, como aponta Maguid (1995).

Já Hakkert (1996, p.51) afirma que “a migração internacional teoricamente poderia ser estudada com a ajuda da documentação mantida pela Polícia Federal”; as limitações quanto à periodicidade e metodologia de coleta de informações, bem como de acesso, são desafios ainda a serem superados para o uso mais amplo dessas informações.

Nesse contexto de aumento de contingentes migrantes chegando ao país e a complexidade desses processos sociais, os registros administrativos passam a se constituir em fontes básicas para identificar a Migração em anos recentes (OBMigra/CNIq-MTb)⁵⁵. No Brasil tem sido possível explorar os dados de migrantes internacionais a partir do:

- Sistema de Cadastro e Registros de Estrangeiros (SINCRe), com registros de permanência documentada no país do Departamento da Polícia Federal/Ministério da Justiça;
- Sistema de Tráfego Internacional (STI), através das entradas e saídas de estrangeiros pelos postos de controle terrestres, marítimos e aeroportuários do Departamento da Polícia Federal/Ministério da Justiça;
- Registros de autorização de trabalho a estrangeiros do Conselho Nacional de Migração (CNIq) do Ministério do Trabalho.

No caso desses registros administrativos, Oliveira et al (1996) já produziram análises acerca da Migração internacional, bem como Baeninger e Leoncy (2001) para o período de 1993-2000. As informações de autorizações de trabalho a estrangeiros no Brasil passaram a estar disponíveis e atualizadas ano a ano na página do CNIq desde 2003. Trata-se, portanto, de um importante conjunto de informações que permite indicar as tendências da Migração no país, em especial em períodos intercensitários.

Para o Sistema de Cadastro e Registros de Estrangeiros (SINCRe) e para o Sistema de Tráfego Internacional (STI), a possibilidade de sua utilização foi novamente viabilizada, em 2015, pelo OBMigra - Observatório das Migrações Internacionais/ CNIq-Ministério do Trabalho /Ministério da Justiça⁵⁶. Tivemos também a possibilidade de acesso à base de dados destes registros, de forma desagregada, através de nossa participação no Projeto Migração Transfronteiriça no Brasil (MT Brasil) do International Centre for Migration Policy Development (ICMPD/União Europeia) e o Ministério da Justiça⁵⁷, atualizando as entradas e saídas de estrangeiros no país, e em São Paulo, ano a ano para o período 2000-2015.

No caso do Sistema de Tráfego Internacional (STI), o registro ocorre no momento da chegada a um dos postos de controle, incluindo todos os tipos de vistos, inclusive turistas e solicitantes de refúgio; ressalte-se que nas tabelas aqui apresentadas estão excluídos turistas e tripulação. Para o STI, a maior vantagem é poder se identificar as entradas e as saídas de brasileiros e de estrangeiros nos postos de controle de fronteiras terrestres, portos e aeroportos (não indica município de residência), além de captar os migrantes com diferentes tipos de visto.

Já o Sistema de Cadastro e Registros de Estrangeiros (SINCRe) se refere aos registros de migrante documentado que tem autorização de permanecer por tempo determinado ou definitivo no Brasil – com

⁵⁵ <http://obmigra.mte.gov.br/index.php/relatorios-cgig-e-cnig>.

⁵⁶ <http://acesso.mte.gov.br/obmigra/home.htm>

⁵⁷ Projeto MT Brasil -ICMPD em parceria com a PUC Minas, através do Professor Duval Fernandes.

visto temporário ou permanente; estrangeiros têm até trinta dias para fazer este registro para a obtenção do Registro Nacional de Estrangeiros (RNE). Uma das principais potencialidades do Sistema de Cadastro e Registros de Estrangeiros (SINCRe) desta base de dados - com informações desagregadas a partir de 2000 e até 2015 - se refere às descrições dos amparos legais que definem o status de permanência desses estrangeiros no país e o local de entrada e de residência de migrantes documentados e com pretensão de permanência por tempo determinado ou definitivo no país. Embora consistam em registros de entrada para migrantes com vistos permanente e temporário, sem a indicação justamente tempo de permanência no país, possibilitam conhecer a origem dos fluxos migratórios, sua crescente diversidade e o município de residência.

Assim, os dois sistemas de informações, SINCRe e STI, podem ser complementares, embora tenhamos sempre que considerar as limitações dos respectivos registros administrativos.

Para as informações advindas das autorizações de trabalho a estrangeiros no Brasil do Conselho Nacional de Migração (CNIg) é importante ressaltar que são registros para atuação de profissionais com direitos legais para atuar no mercado de trabalho formal no Brasil, cujos vistos são solicitados por empresas à Coordenação Geral de Migração (CGI). Tais informações espelham, basicamente, a Migração qualificada documentada, evidenciando a crescente entrada de migrantes da Europa, Estados Unidos e Ásia. Acompanhar a evolução e atualização desses registros é de suma importância para o entendimento das diferentes modalidades da Migração internacional, que se processam concomitantemente aos fluxos de migrantes de menor qualificação e no mercado de trabalho informal; são, portanto, fluxos distintos que compõem o mesmo mercado global do trabalhador migrante⁵⁸.

Pesquisas qualitativas

Como indicam Ariza e Gandini (2012), o estudo da migração internacional requer o uso de metodologias mistas, tanto para identificar e acompanhar o fenômeno migratório quanto para captar aspectos microsociais presentes nas migrações. A combinação de dados secundários e também do conjunto de evidências empíricas coletadas em pesquisas de campo, a partir de diferentes técnicas, oferecem ao investigador a possibilidade de discutir os aportes teóricos e metodológicos para o estudo das migrações internacionais.

Nesse sentido, estudos qualitativos são um importante pilar para a captação de fluxos migratórios internacionais na atualidade. Pesquisas elaboradas a partir de pressupostos teóricos que considerem este novo cenário da migração internacional brasileira podem contribuir para o preenchimento de lacunas deixadas por dados resultantes de censos demográficos, pesquisas domiciliares e registros administrativos.

Desse modo, compreender que a migração é um fenômeno social exige uma busca por informações quantitativas e qualitativas que permitam o olhar empírico sobre aspectos teóricos. De fato, é preciso considerar a origem do movimento, as diferentes inserções laborais na sociedade de destino, as formas de contratação do trabalho migrante para o entendimento da incorporação diferenciada de migrantes no mercado de trabalho brasileiro, formal e informal.

Segundo Martins (2004, p. 292), “realizando um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador. Neste caso, a preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la. Se há uma característica que constitui a marca dos métodos qualitativos ela é a flexibilidade, principalmente quanto às técnicas de coleta de dados, incorporando aquelas mais adequadas à observação que está sendo feita”.

⁵⁸ De Hass (2010)

Este tipo de abordagem qualitativa, com um instrumento de coleta de informações concebido à luz de pressupostos teóricos, permite que o pesquisador avance na construção de um conjunto de evidências empíricas que não estão disponíveis em outras fontes de dados. Justamente por isso, são fundamentais as pesquisas qualitativas, surveys e entrevistas realizadas tanto no lugar de origem dos migrantes, quanto nos espaços de destino. Esta abordagem metodológica pode permitir a percepção não apenas da presença migrante e sua inserção laboral, mas também as especificidades de cada fluxo migratório, como por exemplo as experiências de homens e mulheres migrantes.

Neste estudo, partimos da heterogeneidade dos processos sociais migratórios, bem como do amplo arcabouço teórico acerca do tema. A perspectiva qualitativa, para o avanço na interpretação e conhecimento das especificidades da inserção laboral de diferentes contingentes de migrantes internacionais em São Paulo, foi composta por visitas a campo, aplicação de questionários, entrevistas em profundidade, observação direta e rodas de conversa. Denominamos de ‘pesquisa exploratória qualitativa’ por se configurar como uma primeira aproximação dos atores sociais envolvidos na questão da Migração internacional em São Paulo, com contatos e entrevistas com instituições e migrantes⁵⁹.

Para a formatação do desenho da pesquisa, as reuniões preparatórias com a OIT e instituições em São Paulo, que tratam da questão da atual Migração internacional, foram de extrema relevância para a condução da pesquisa de campo⁶⁰.

O desenho da pesquisa exploratória qualitativa não se constituiu em uma amostra estatística, mas sim em entrevistados selecionados: a partir do setor da economia foi possível a identificação dos nichos étnicos do trabalho migrante, através dos quais concentramos a pesquisa qualitativa com entrevistas semi-estruturadas e aplicação de questionários. Antes da elaboração do roteiro do questionário, realizamos 17 entrevistas semi-estruturadas com migrantes em São Paulo, a fim de identificarmos os setores/nichos econômicos que priorizaríamos neste momento do estudo e conhecer aspectos do trabalho migrante na informalidade⁶¹.

Focalizamos a presença migrante internacional e sua inserção laboral no destino migratório, que por vezes pode ser um lugar de trânsito migratório, como afirma Fernandes (2014), a cidade de São Paulo. Desse modo, buscamos identificar na “cidade dos migrantes” em São Paulo – marcada pela informalidade e a precarização do trabalho migrante⁶² - a inserção laboral de migrantes internacionais de diferentes nacionalidades. Utilizamos como recurso metodológico teórico-operacional os nichos étnicos⁶³, os quais denotam a inserção de populações migrantes no mundo do trabalho e no mundo social em sua interação com o lugar de destino⁶⁴.

Abarcamos nas preocupações da pesquisa migrantes na condição de solicitantes de refúgio com autorização de residência; migrantes em situação regular com residência e autorização para trabalhar, mas que não conseguem encontrar trabalho na economia formal; migrantes que não desejam eles mesmos, ou seus empregadores, pagar as contribuições da seguridade social, os encargos e os impostos adicionais; migrantes trabalhando por conta própria; migrante que fez a opção pelo trabalho informal, mesmo possuindo a carteira de trabalho; migrantes documentados desempregados e que esperam por um emprego formal.

Com estes pressupostos teórico-metodológicos, elaboramos um formulário para pré-teste, que se encontra no Anexo 1. Nesse momento, entrevistamos 10 migrantes internacionais de distintas nacionalidades e não houve a preocupação de termos como ‘porta de entrada’ os nichos étnicos do trabalho migrante,

⁵⁹ As entrevistas guardam sigilo de informações para a não identificação dos/das entrevistados/as.

⁶⁰ Foram realizadas reuniões preparatórias no período deste estudo: novembro de 2016 a março de 2017.

⁶¹ A pesquisa exploratória de campo, no período de dezembro de 2016 a janeiro de 2017.

⁶² Sassen-Koob (1993)

⁶³ Waldinger (1994)

⁶⁴ Kushnirovich (2010)

mas sim sentirmos a receptividade dos entrevistados para as questões presentes no roteiro da pesquisa exploratória, bem como aprimorá-las. Elaboramos um primeiro roteiro que nos apontou a situação de informalidade no trabalho e possíveis condições análogas ao de trabalho escravo na inserção laboral de migrantes em São Paulo.

No Anexo 2 encontra-se o formulário final para as entrevistas com os migrantes, dividido em 4 módulos:

Módulo 1 - Identificação e trajetória ocupacional

Módulo 2 – Sobre a ocupação atual

Módulo 3 – Condições de Trabalho

Módulo 4 - Vida social

A partir da identificação dos nichos étnicos – identificados pelas entrevistas semi-estruturadas e preparação do campo – selecionamos os seguintes nichos étnicos para as entrevistas com migrantes: costura, comércio ambulante, serviços, restaurantes e o nicho econômico da construção civil. Foram realizadas outras 52 entrevistas e conversas, totalizando um total de 71 entrevistas com migrantes e sua inserção laboral.

Assim, a combinação destes diferentes procedimentos metodológicos, desde a exploração de fontes de informações até pesquisa exploratória de campo, resultou no conhecimento e especificidades acerca da presença migrante e suas relações com a informalidade no trabalho.



4. Mapeamento exploratório das fontes de informações: migrantes internacionais nas bases de dados

Nessa seção apresentaremos os resultados e análises da exploração de diferentes fontes de dados, nas quais são possíveis identificar migrantes internacionais nos últimos quinze anos, visando atualizar e conhecer a Migração internacional em anos recentes.

4.1. Censo Demográfico de 2010: migrantes internacionais no mercado de trabalho formal e informal

No caso do censo demográfico é possível fazermos uma aproximação da inserção do migrante no mercado formal e informal de trabalho, muito embora tenhamos que considerar as limitações dessas fontes de dados para o estudo da migração internacional.

Embora tais fontes possibilitem identificar o perfil de migrantes internacionais no país todo, suas limitações se referem a uma possível subenumeração, uma vez que migrantes indocumentados podem não responder ao censo (Villa e Rodriguez, 2000). Há uma seletividade migratória nos dados e resultados advindos desta fonte. Além disso, é uma fonte de dados que apresenta estoques, não captando os movimentos recentes de entradas e saídas e tendo informações apenas a respeito dos que estavam vivos e não tinham emigrado na data de realização do levantamento censitário. As informações censitárias podem, contudo, apresentar tendências sobre a Migração internacional e nos permite delinear o panorama dos que residiam de fato no país, sendo estas informações extremamente detalhadas e confiáveis.

O Censo Demográfico é a principal fonte de dados demográficos disponível, sendo realizado com regularidade a cada 10 anos (salvo em casos excepcionais). Por meio desta fonte, é possível fazer um levantamento mais preciso sobre a população, com desagregações municipais, o que nos permite avaliar as desigualdades espaciais segundo características da população. Ademais, por meio desta fonte, é possível levantar informações a respeito de ocupação, rendimentos, deslocamento até o trabalho e – ainda que de forma restrita – a informalidade do trabalho.

As informações aqui analisadas do Censo Demográfico de 2010 se referem às pessoas que declararam não ter nascido no Brasil e que estavam residindo no Estado de São Paulo, em 2010; as análises estão ainda desagregadas em Região Metropolitana de São Paulo (capital e outros municípios) e interior (total).

A Tabela 1 apresenta o estoque de migrantes internacionais em São Paulo de acordo com os países de nascimento. Os maiores estoques de migrantes no Estado de São Paulo tinham, em 2010, como países de nascimento Portugal (64.240 pessoas), Japão (33.463), Bolívia (27.734), Itália (19.183), Espanha (16.753), China (12.553), indicando forte concentração do estoque desses migrantes na cidade de São Paulo (Tabela 1).

**Tabela 1 – Estoque de migrantes internacionais, segundo país de nascimento.
Estado de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo, Capital e Interior, 2010.**

País de nascimento	Local de residência em 2010			
	Região Metropolitana de São Paulo		Interior	Estado de São Paulo
	Capital	Outros		
Portugal	54,8	17,6	27,6	64.240
Japão	39,0	21,5	39,4	33.463
Bolívia	78,2	15,1	6,8	27.734
Itália	52,2	16,0	31,8	19.183
Espanha	47,2	19,8	33,1	16.753
China	76,5	5,5	18,1	12.553
Chile	43,5	22,9	33,6	8.879
Argentina	54,9	14,5	30,6	8.566
Coréia	93,7	3,3	3,0	7.532
Líbano	62,7	14,9	22,4	6.498
Outros	55,5	11,8	32,7	60.972
Total	56,7	15,5	27,8	266.373

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Ressalte-se que, por se tratar de estoque e não incluir a dimensão temporal da Migração nestes volumes de migrantes, nestes totais estão mesclados diferentes momentos da chegada desta Migração: desde as migrações históricas, como podem ser os casos de Portugal, Itália, Japão e Espanha – embora estes fluxos também tenham se renovado no século XXI – até as imigrações atuais como da Bolívia, China e Coréia. A capital paulista, em diferentes tempos da Migração, guarda sua marca de porta de entrada da Migração internacional no Estado de São Paulo, respondendo por mais da metade dos migrantes das diferentes nacionalidades.

Apesar da centralidade paulistana na migração internacional, é possível notar na Tabela 1 que no interior paulista também estão presentes japoneses, italianos, espanhóis, chilenos e argentinos. A cidade de São Paulo, por sua vez, apresenta as novas imigrações de maneira mais contundente: Bolívia, Coréia, China, Líbano. De todo modo, é já se inicia um processo de dispersão da Migração internacional para o entorno metropolitano, em especial para o caso da Migração da Bolívia com presença maior que no interior paulista. De fato, as oficinas de costuras de proprietários bolivianos saíram do centro da cidade de São Paulo em direção a outros municípios da Região Metropolitana de São Paulo já no final dos anos 1990⁶⁵, sendo que no caso do interior, a Migração boliviana começa a se dirigir para centros têxteis como Americana e Indaiatuba⁶⁶.

⁶⁵ Souchaud e Baeninger (2004)

⁶⁶ Oliveira e Baeninger (2014)

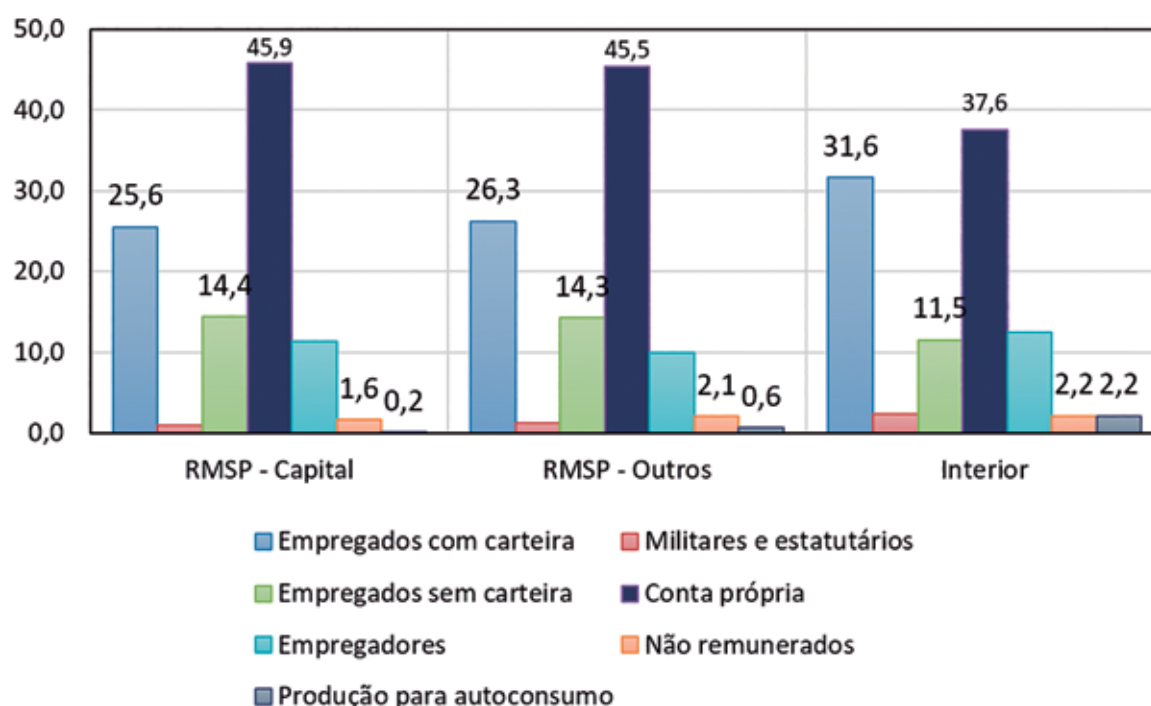
Do estoque de 266.373 migrantes internacionais recenseados em 2010 no Estado de São Paulo, pouco mais de 117 mil migrantes, responderam sobre a ocupação no trabalho principal, em função desta variável ser aplicada para aqueles com mais de 10 anos de idade e que estavam empregados ou procurando emprego (Gráfico 1).

A grande maioria (entre $\frac{1}{3}$ e $\frac{1}{2}$ dos respondentes) declarou ser conta própria, cerca de 1 em cada 7 migrantes informou ser empregado sem carteira e uma proporção entre 2% e 5% trabalha sem remuneração ou para a produção para próprio consumo.

Do total do estoque de migrantes internacionais, apenas uma proporção que varia entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{3}$ (a depender de a localização do município ser na RMSP ou no interior, respectivamente) declarou ser empregada com carteira assinada. Contudo, é importante destacar que a categoria 'trabalho por conta própria' pode mesclar muitas situações laborais, desde o profissional liberal até o ambulante, sendo justamente nesta categoria que estão inseridos quase a metade dos migrantes internacionais na cidade de São Paulo e na metrópole. No interior, o trabalho por conta própria representa 37% das ocupações dos migrantes e os empregados com carteira 31%.

Sem considerarmos a categoria 'conta própria', nota-se que os migrantes internacionais empregados sem carteira (em torno de 14% na RMSP e capital e 11% no interior), os não-remunerados (ao redor de 2%) e os trabalhadores na produção para consumo próprio (menos de 1% na RMSP e capital e 2% no interior) podem ser considerados como integrantes do mercado laboral informal.

Gráfico 1 – Distribuição relativa do estoque de migrantes internacionais, por posição na ocupação no trabalho principal. Estado de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo, Capital e Interior, 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

É de se ressaltar, novamente, a seletividade migratória presente nas informações do censo demográfico, ainda mais em se tratando de estoque de migrantes, pois estão ainda presente em tais localidades os “sobreviventes da migração”; muitos deles podem ter saído de São Paulo, outros, falecido. Há também um volume significativo neste estoque de migrantes em São Paulo acima dos 50 anos, o que significa que pode estar havendo reinserção – após se aposentarem – no mercado de trabalho a partir de ocupações conta-própria ou sem carteira assinada.

Considerando, contudo, trabalhadores migrantes que declararam ocupação na categoria ‘conta própria’ e que não contribuam para a previdência, a proporção de migrantes inseridos no mercado informal de trabalho alcança 60% do estoque de migrantes internacionais na cidade de São Paulo e 50% no interior paulista. De acordo com o IPEA, o trabalho por conta própria se subdivide entre os trabalhadores que contribuem para a previdência social e os que não contribuem, sendo que o aumento de trabalhadores por conta própria pode ser um indicativo do crescimento da informalidade. Assim, se a inserção de migrantes internacionais, particularmente vindos de países do Sul, já residentes no Brasil estiver atrelada ao mercado informal de trabalho isto pode significar que a colocação dos recém-chegados se dê em condições iguais ou até piores, à medida que a tendência é, de modo geral, reproduzir as condições encontradas dos co-nacionais no destino migratório, através das redes migratórias estabelecidas previamente à chegada desses trabalhadores migrantes (Massey et al, 1988).

Algumas questões adicionais aparecem quando se analisam os diferenciais por sexo nos rendimentos de todos os trabalhos no total do estoque de migrantes internacionais em São Paulo, em 2010. Os homens migrantes percebem maiores rendimentos que as mulheres migrantes, ainda que a variabilidade dos rendimentos seja expressivamente maior entre homens que entre mulheres. O rendimento médio é maior na RMSP do que no interior, sendo que é na capital que os valores são ainda mais elevados. De modo geral, no estoque de migrantes, em 2010, os migrantes homens empregados sem carteira ganham, em média, entre 3 (R\$ 1.530,00) e 5 salários mínimos (R\$ 2.550,00), enquanto as mulheres na mesma condição recebem, em média, abaixo de 3 salários. Para o caso da RMSP, 27,6% do estoque de migrantes internacionais vivem em famílias do tipo “casal sem filhos”; 42,5% em famílias “casal com filhos”; 9,8% nas chamadas “famílias monoparentais”; e, 9,9% em outros arranjos, familiares ou não-familiares.

Desagregando os rendimentos do estoque de migrantes internacionais, em 2010, por posição na ocupação e nível de instrução verifica-se o significativo diferencial de renda de uma faixa de instrução para outra: na cidade de São Paulo, migrantes internacionais empregados com carteira e com ensino médio completo ganham por volta de R\$ 2.600, enquanto os migrantes em trabalhos em conta-própria recebem cerca de R\$ 1.000; no interior, os primeiros recebem por volta de R\$ 2.200, enquanto os segundos, em torno a R\$ 1.100.

Com relação à distribuição das posições na ocupação segundo os principais países de nascimento e a localização (capital-interior), nota-se diferenças entre as nacionalidades (Tabela 2). Considerou-se, no estoque de migrantes internacionais, como trabalhador informal todo aquele que declarou, como posição na ocupação do trabalho principal, uma das seguintes opções: empregado sem carteira; conta-própria (que não contribua para a previdência); não remunerado; ou trabalhador na produção para o próprio consumo.

Tabela 2 – Distribuição do estoque de migrantes internacionais por país de nascimento e posição na ocupação. Capital e Interior do Estado de São Paulo, 2010

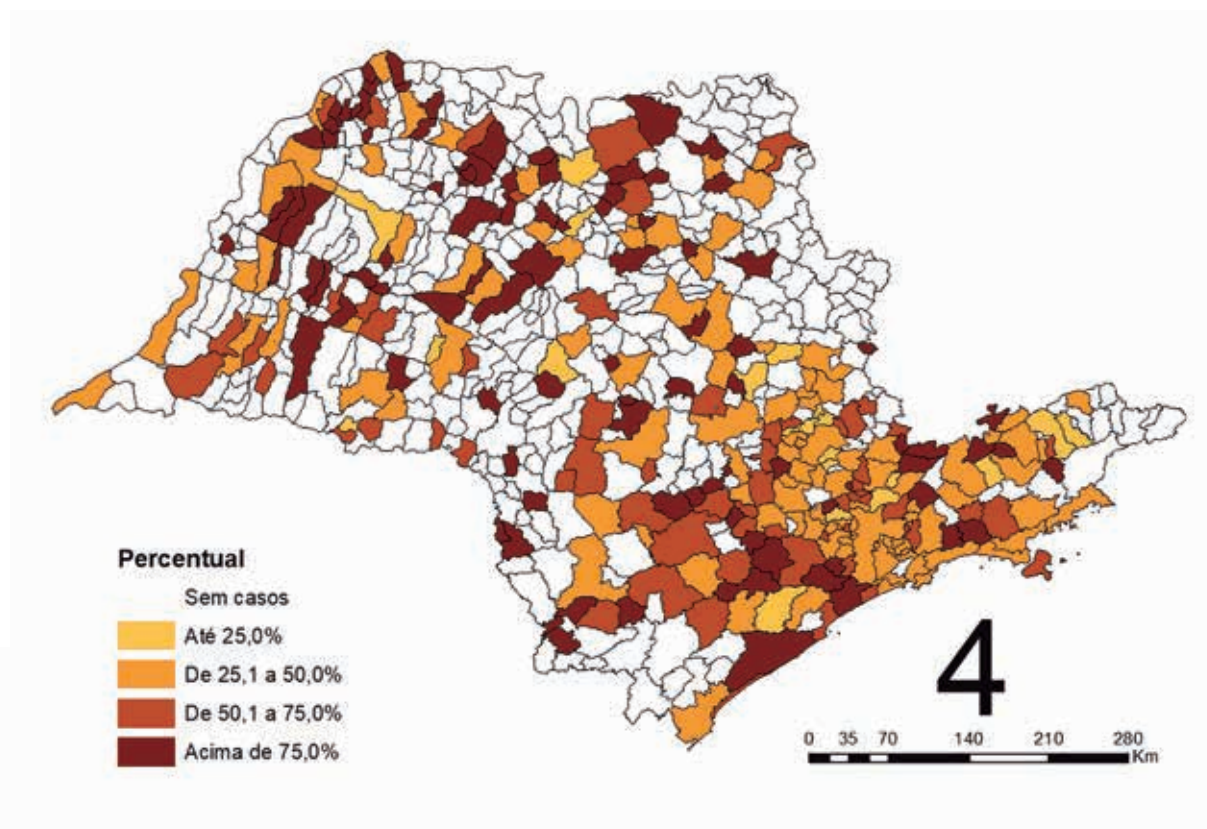
Localização e país de nascimento		Posição na ocupação no trabalho principal			Volume
		Formais	Empregadores	Informais	
Capital	Bolívia	14,6	1,2	84,2	15.813
	Portugal	27,8	15,1	57,1	11.664
	China	16,7	17,2	66,1	6.536
	Coréia do Sul	18,1	23,5	58,5	4.334
	Japão	34,4	15,0	50,7	3.563
	Itália	34,4	18,6	47,0	3.071
	Argentina	37,2	9,7	53,1	3.057
	Chile	48,3	7,9	43,8	2.635
	Líbano	16,7	21,4	61,9	2.380
	Peru	19,7	2,5	77,7	2.279
Interior	Portugal	25,8	19,4	54,9	5.068
	Japão	16,5	12,3	71,2	3.013
	Chile	49,7	3,4	46,9	1.903
	Itália	24,0	13,8	62,1	1.885
	Argentina	46,9	6,7	46,4	1.654
	Espanha	32,8	16,5	50,7	1.572
	China	19,6	20,8	59,6	1.480
	Paraguai	54,0	2,0	44,0	1.180
	Alemanha	50,1	9,6	40,3	705
	EUA	43,7	6,2	50,1	515

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Na capital mais de 84% do estoque de migrantes oriundos da Bolívia e 77% do Peru estarem alocados no setor informal, seguidos pelo chineses e libaneses em torno de 60%, nacionalidades predominantes no comércio em São Paulo.

Considerando que os migrantes trabalhadores por conta-própria que contribuem para a previdência são trabalhadores formais, temos a representação espacial da informalidade no estoque de migrantes internacionais no estado de São Paulo conforme o Mapa 1.

Mapa 1. Proporção de trabalhadores migrantes internacionais no setor informal por município, São Paulo, 2010

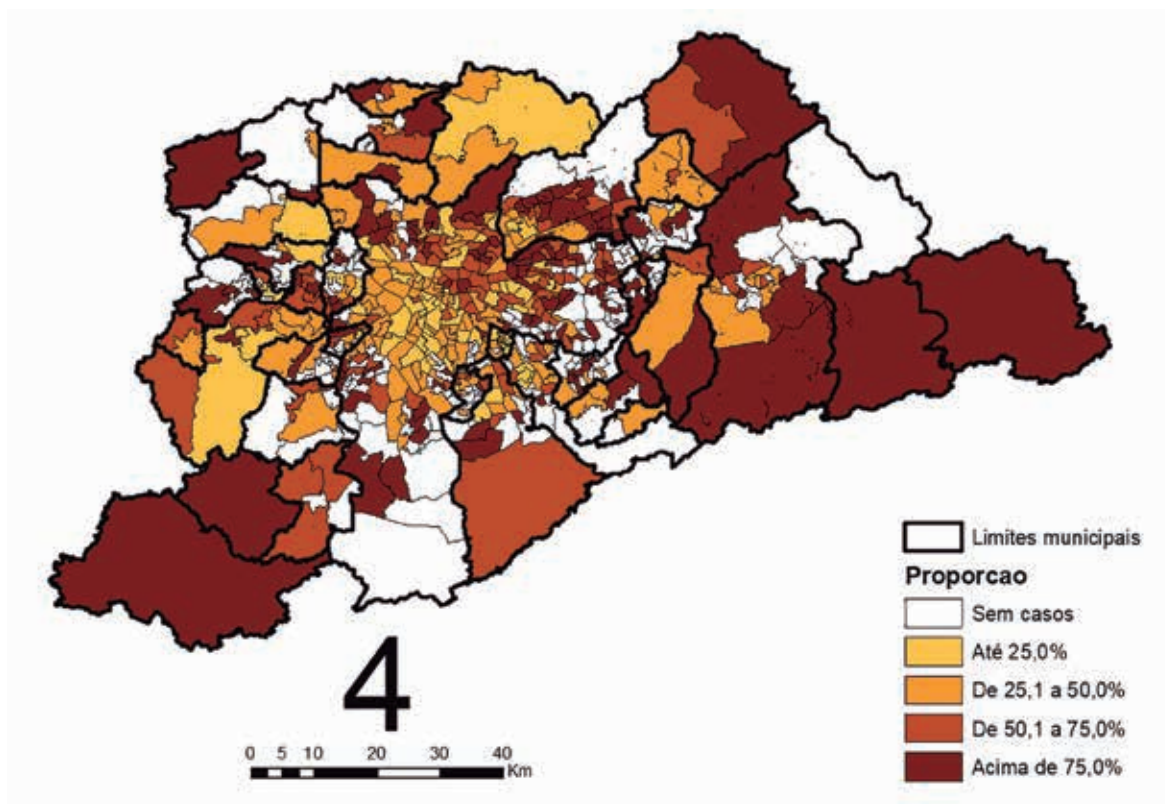


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Do estoque de migrantes internacionais nos municípios do Estado de São Paulo, nota-se expressivo número de municípios com proporções acima de 50% de trabalhadores migrantes na informalidade. Proporções acima de 75% podem ser observadas em municípios próximos e mais longínquos da RMSP. De todo modo, há um espraiamento da informalidade do trabalho migrante por todo o Estado de São Paulo de acordo com as informações do censo demográfico de 2010.

No Mapa 2 pode-se visualizar a espacialização do total do estoque de migrantes internacionais segundo a proporção de migrantes inseridos na informalidade na Região Metropolitana de São Paulo por áreas de ponderação. Nota-se a expressiva participação de população migrante na informalidade na maior parte das áreas de ponderação, prevalecendo proporções acima de 75% de migrantes na maior parte da metrópole. É revelador também da "cidade de imigrantes" que as maiores proporções de informalidade do trabalho migrante estejam nas áreas de ponderação no histórico centro paulistano, bem como nas franjas da periferia metropolitana.

Mapa 2 – Proporção de trabalhadores no setor informal segundo as áreas de ponderação, Região Metropolitana de São Paulo, 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

4.2. PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

A PNAD é uma pesquisa amostral que é realizada nos anos em que não acontece o Censo Demográfico. Sua abrangência é nacional desde 2004, ainda que, em função de sua amostra reduzida, apresenta estimativas confiáveis para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e o conjunto de municípios de cada Região Metropolitana. Além de providenciar informações sobre a população nos anos em que não se tem o Censo, o módulo sobre mercado de trabalho e rendimentos é muito mais aprofundado em relação a outras pesquisas amostrais.

Desse modo, a PNAD fornece informações adicionais àquelas providenciadas pelo Censo, além de preencher o período intercensitário com dados fundamentais para o acompanhamento da dinâmica sociodemográfica nacional. Algumas das informações complementares que a PNAD fornece dizem respeito ao número de horas trabalhadas na semana de referência, à idade com a qual a pessoa começou a trabalhar e ao número de anos consecutivos que o entrevistado está no trabalho principal.

De acordo com a PNAD, em 2011 o estoque de migrantes internacionais ocupados eram 82.917 na Região Metropolitana de São Paulo e 110.658 migrantes internacionais no Estado de São Paulo; em 2014 este estoque passou para 124.741 e 171.341, respectivamente. Em termos de horas trabalhadas durante a semana (Tabela 3), no total do estoque de migrantes internacionais a maioria dos ocupados trabalha de 40 a 44 horas por semana, porém em torno de 25% dos migrantes internacionais apresentam mais que 45 horas trabalhadas por semana, tanto na RMSP quanto no Estado de São Paulo.

Tabela 3 – Distribuição (%) do estoque de migrantes internacionais, com mais de 10 anos de idade, ocupados na semana de referência por horas trabalhadas. Estado de São Paulo e RMSP, 2011-2014.

Localização	Jornada de trabalho	2011	2012	2013	2014
Região Metropolitana	Até 14 horas	1,3	4,0	3,8	10,0
	15 a 39 horas	16,5	13,9	7,7	19,2
	40 a 44 horas	48,1	54,5	41,3	46,7
	45 a 48 horas	8,9	9,9	15,4	11,7
	49 horas ou mais	25,3	17,8	31,7	12,5
	Estoque total de migrantes internacionais	82.917	105.175	110.656	124.741
Estado de São Paulo	Até 14 horas	3,0	3,0	4,5	9,2
	15 a 39 horas	17,6	15,6	10,5	20,4
	40 a 44 horas	44,4	50,9	41,5	41,7
	45 a 48 horas	11,9	12,6	14,0	9,8
	49 horas ou mais	23,1	17,8	29,5	18,8
	Estoque total de migrantes internacionais	110.658	136.866	146.293	171.341

Fonte – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2011 a 2014.

Se considerarmos que a jornada de trabalho, por lei, é de 44 horas semanais, trabalhar sistematicamente acima do legalmente estabelecido é um sinal de que o migrante está em condição vulnerável; porém seria preciso verificar a posição na ocupação desses migrantes, pois se forem proprietários, provavelmente, estarão mais tempo envolvidos com o seu trabalho. De todo modo, entre 25% e 45% do estoque dos estrangeiros que trabalham no estado de São Paulo tem trabalhado acima do definido em lei.

Considerando o tempo consecutivo no trabalho principal do estoque de migrantes internacionais captados pela PNAD entre 2011 e 2014 na Região Metropolitana de São Paulo, cerca de 50% desses migrantes está no atual trabalho há menos de 5 anos, dos quais a metade está entre 1 a 3 anos no trabalho. Ainda que haja um estoque de migrantes internacionais inseridos há mais tempo no mesmo trabalho, ao longo dos anos 2011-2014, podendo indicar tanto a rotatividade no trabalho quanto a incorporação de recém-chegados. Há uma concentração de rendimentos no estoque de migrantes internacionais entre 1 a 3 salários mínimos em 2014. Com relação à possuir registro em carteira de trabalho, os dados da PNAD para os anos de 2011 a 2014 apontam que cerca de 30% do estoque de migrantes possuem registro em carteira. Já no que diz respeito à ocupação sem registro em carteira cabe outros 30% a 50% de migrantes internacionais na Região Metropolitana de São Paulo.

O estoque de migrantes internacionais, com mais de 10 anos de idade, inseridos no mercado de trabalho no Estado de São Paulo e na Região Metropolitana de São Paulo, é composto por trabalhadores que iniciaram suas atividades laborais concentrados entre 15-19 anos de idade (Tabela 4). No Estado de São Paulo e na RMSP em torno de 25% do estoque dos migrantes internacionais ocupados inseriram-se no mercado de trabalho antes dos 15 anos de idade.

No que se refere à distribuição do estoque de migrantes internacionais em atividades laborais no Estado de São Paulo e na RMSP segundo a Classificação Brasileira de Ocupação (Tabela 5), verifica-se que cerca de 20% desse estoque de migrantes internacionais trabalha no setor público ou como dirigente/gerente de empresa e outros 20% como profissional das ciências com formação superior.

Todavia, dois grupos chamam atenção para o estoque de migrantes internacionais no mercado de trabalho paulista: de um lado, aquele de vendedores e prestadores de serviços do comércio, que tem sofrido redução – lenta, porém gradual – ao longo do período 2011-2014 e, de outro lado, o de trabalhadores têxteis, do vestuário e da gráfica, o qual (ainda que com oscilações) tem crescido nos últimos anos. A participação de ambos os grupos tem variado, no período, entre 29% e 45% na RMSP e entre 24 e 35% no total geral do Estado.

Tabela 4 – Distribuição da população migrante internacional, com mais de 10 anos de idade, segundo a idade em que começou a trabalhar. Região Metropolitana de São Paulo e Estado de São Paulo, 2011-2014

Localização	Faixa etária	2011	2012	2013	2014
Região Metropolitana	Antes dos 10 anos	2,5	6,8	1,9	2,3
	10 a 14 anos	24,7	27,2	28,3	25,0
	15 a 17 anos	29,6	31,1	25,5	32,0
	18 a 19 anos	21,0	15,5	22,6	22,7
	20 a 24 anos	17,3	15,5	14,2	14,8
	25 a 29 anos	2,5	1,9	6,6	1,6
	Após os 30 anos	2,5	1,9	0,9	1,6
	Estoque de migrantes internacionais	85.016	107.257	112.784	133.058
Estado de São Paulo	Antes dos 10 anos	3,8	6,0	5,2	2,4
	10 a 14 anos	28,3	28,7	30,3	25,3
	15 a 17 anos	27,9	30,0	22,9	32,4
	18 a 19 anos	18,5	15,0	20,8	21,7
	20 a 24 anos	14,8	16,6	14,4	15,3
	25 a 29 anos	3,8	2,3	4,9	1,2
	Após os 30 anos	2,8	1,5	1,5	1,8
	Estoque de migrantes internacionais	115.069	141.212	150.719	179.658

Fonte – IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Tabela 5 – Distribuição relativa (%) do estoque de migrantes internacionais com mais de 10 anos de idade, por grandes grupos da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Estado de São Paulo e RMSP, 2011-2014.

Grandes grupos da CBO	RMSP				Estado de São Paulo			
	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014
Membros superiores do poder público, dirigentes e gerentes	13,9	18,4	19,2	22,4	16,9	18,7	18,9	21,5
Profissionais das ciências com formação de nível superior	24,1	14,3	14,1	20,7	22,4	14,7	14,2	21,6
Comunicadores, artistas e religiosos	2,5	2,0	4,0	3,4	4,0	2,5	3,9	3,3
Técnicos e professores de nível médio nas áreas das ciências	11,4	7,1	13,1	6,0	11,8	8,2	12,6	8,6
Escriturários e trabalhadores de atendimento ao público	1,3	1,0	1,0	0,9	1,0	0,8	0,8	0,6
Trabalhadores dos serviços	12,7	4,1	8,1	7,8	9,6	6,7	11,2	8,5
Vendedores e prestadores de serviços do comércio	16,5	15,3	12,1	12,9	14,6	12,0	11,8	11,7
Trabalhadores na exploração, na extração e na transformação	1,3	2,0	3,0	4,3	4,1	5,1	4,8	4,6
Trabalhadores têxteis, do vestuário e da gráfica	12,7	29,6	21,2	19,0	9,6	23,2	17,1	16,2
Trabalhadores de funções transversais	3,8	2,0	1,0	1,7	5,0	3,3	1,6	2,0
Outros trabalhadores industriais e de fabricação	0,0	4,1	3,0	0,9	1,1	4,9	3,2	1,3
Total de estoque de migrantes internacionais	82.917	102.061	105.322	120.592	109.502	130.356	137.509	161.646

Fonte – IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Para finalizar a exploração das informações oriundas da PNAD para o estoque de migrantes internacionais no Estado de São Paulo, a Tabela 6 apresenta a proporção de migrantes internacionais que não contribuía para a previdência social, por posição na ocupação, entre 2011 a 2014. O total de não contribuintes vem crescendo: de 35.683 migrantes ocupados e sem contribuição, em 2011 na RMSP, para 61.329, em 2014. Para o Estado de São Paulo, este contingente passou de 43.774 para 79.018, respectivamente. A participação relativa dos não contribuintes no total do estoque dos migrantes ocupados na RMSP também cresceu de 43% em 2011, passou a 58% em 2012, com um pequeno decréscimo em 2013 e 2014, quando representou cerca de 49% dos migrantes ocupados. Para o Estado de São Paulo, a participação de migrantes sem a contribuição para a previdência apresentou patamares ligeiramente mais baixos que para a RMSP, mas de todo modo, correspondeu a 46% do total dos migrantes em 2014.

Tabela 6. Proporção (%) do estoque de população migrante internacional com 10 anos ou mais de idade que não contribuía para previdência social no trabalho principal, por posição na ocupação no trabalho principal no período de referência de um ano. Estado de São Paulo (2011-2014)

Posição na ocupação	2011		2012		2013		2014	
	RMSP	ESP	RMSP	ESP	RMSP	ESP	RMSP	ESP
Empregado - com carteira	0,0	0,0	5,3	3,0	0,0	0,0	0,0	2,4
Funcionário público estatutário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outro empregado - sem carteira	62,5	59,8	84,2	86,5	87,5	85,6	92,0	83,4
Trabalhador doméstico - com carteira	0,0	0,0	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Trabalhador doméstico - sem carteira	-	-	100,0	100,0	100,0	48,1	100,0	100,0
Conta própria	65,7	64,2	72,7	73,5	66,7	63,2	77,8	74,9
Empregador	25,0	21,2	56,2	54,9	42,9	41,1	11,1	12,6
Não remunerado	100,0	100,0	-	100,0	0,0	0,0	100,0	100,0
Produção para autoconsumo	-	100,0	-	0,0	-	-	-	-
Total de migrantes internacionais não contribuintes	35.683	43.774	61.442	72.758	53.200	62.395	61.329	79.078
Participação relativa (%) de não contribuintes no total de migrantes internacionais ocupados	43,0	39,6	58,4	53,2	48,1	42,7	49,2	46,2

Fonte – IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

As classificações na posição na ocupação referentes a “outro emprego sem carteira” e “conta própria” lideram as maiores proporções de migrantes que não contribuem para a previdência social. Os migrantes internacionais em “outro emprego sem carteira” e sem a contribuição para a previdência social, na RMSP, correspondia a 62% dos migrantes nesta classificação em 2011, chegando a 92% em 2014. Para o Estado de São Paulo estas proporções foram de 59,8% e de 83%, respectivamente.

Na classificação “conta própria” e sem contribuição para a previdência social para o total de estoque de migrantes nesta classificação, a proporção era de 65,7% em 2011, alcançando 77,8% em 2014 para a RMSP; para o Estado de São Paulo, de 64,2% para 74,9%, respectivamente.

Esses incrementos na proporção de migrantes em ocupações sem a contribuição para a previdência social sinaliza o contexto da informalidade que se encontra o trabalho migrante, como traço marcante da “cidade de migrantes”, como analisa Sassen-Koob (1993). É de se notar o decréscimo na proporção de migrantes internacionais como “empregador” e sem contribuição para a previdência social na RMSP: de 25% do total de migrantes internacionais com esta posição ocupação, em 2011, para 11%, em 2014. Muito provavelmente, este fenômeno se deva aos esforços de formalização de micro-empresas através do Micro-empreendedor individual (MEI).

4.3. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS/ Ministério do Trabalho: vínculos de empregos de migrantes internacionais no mercado de trabalho formal

A RAIS, Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho, se refere a um conjunto de declarações de todas as empresas que compõem o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) no país, e apresenta informações relativas ao mercado de trabalho formal brasileiro.

Os dados da RAIS representam registros administrativos de responsabilidade do empregador e com periodicidade anual. Há uma abrangência nacional, desagregável por país, grandes regiões, Unidades da Federação e municípios. A RAIS apresenta, portanto, dados de estoque (número de vínculos de empregos ativos) e de movimentação da mão de obra empregada (contratações e desligamentos), por sexo, faixa etária, grau de instrução, entre outros (Comitê de Estatísticas Sociais s.f. s.a.). Entre suas limitações, ressalta-se que os registros dizem respeito aos vínculos ativos estabelecidos com as empresas até 31 de dezembro do ano anterior ao considerado, não o volume de migrantes internacionais.

Concebida para fins de planejamento e avaliação de políticas públicas sobre o mercado de trabalho e emprego, a RAIS apresenta informações sobre todos os trabalhadores, brasileiros e migrantes internacionais (através da variável nacionalidade), formalmente vinculados no mercado de trabalho brasileiro. A importância de explorar esta fonte de dados para este estudo reside no fato de que é importante conhecer migrantes internacionais no mercado de trabalho formal, a fim de que se possa compreender melhor aqueles que estão na informalidade.

Na Tabela 7 é possível observar o número de vínculos ativos de empregos de migrantes internacionais em 2010 e 2015 no Estado de São Paulo. Em 2010 eram 27.952 vínculos de migrantes internacionais, passando para 47.023 em 2015. Os vínculos formais de trabalho de migrantes do Mercosul tiveram expressivos incrementos para as seguintes nacionalidades, parecendo refletir o acordo de residência do Mercosul de 2009:

- boliviana, de 2.399 vínculos em 2010, para 4.998 em 2015;
- paraguaia, de 722 vínculos ativos para 1.505, respectivamente);
- nacionalidades que não apresentavam nenhum vínculo formal de trabalho em 2010 e passaram a ter em 2015: peruana, chegando a 1.453 vínculos formais ativos em 2015; equatoriana 112 vínculos em 2015; e colombiana, 855 vínculos de empregos formais em São Paulo em 2015.

Em 2015 nota-se também a presença de diferentes nacionalidades no mercado formal de trabalho, as quais não constavam com vínculos ativos em 2010, em especial haitiana: 7.788 empregos formais em 2015; venezuelana (347 vínculos formais); bengalesa, congoleza, angolana, ganesa, senegalesa e outras africanas (que totalizaram 3.552 vínculos formais). Nestes últimos casos, estes vínculos formais provavelmente sejam de empregos formais de migrantes com visto de refugiado ou de solicitante de refúgio, que têm documentação para conseguir a carteira de trabalho e para se inserirem no mercado de trabalho formal; tais contingente migrantes ora podem estar no mercado de trabalho formal, ora no mercado de trabalho informal, como veremos adiante com a pesquisa de campo. É de se destacar também a presença de migrantes internacionais europeus, canadenses, norte-americanos, japoneses no mercado de trabalho formal em São Paulo, possivelmente vinculados às empresas transnacionais.

Assim, São Paulo apresenta em seu mercado formal de trabalho tanto migrantes vindos dos países “ricos” quanto dos “periféricos na periferia”, como denomina Basso (2003). Isto ilustra a complexidade tanto deste mercado de trabalho nacional/transnacional quanto das diferentes modalidades migratórias e suas novas lógicas no âmbito do capitalismo global⁶⁷.

⁶⁷ Dumont (2006).

Tabela 7. Número de vínculos ativos de empregos de migrantes internacionais por nacionalidade.
Estado de São Paulo, 2010 e 2015

Nacionalidade	2010			2015		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Argentina	1546	672	2218	1876	872	2748
Boliviana	1697	702	2399	3294	1704	4998
Chilena	1791	868	2659	1602	864	2466
Paraguaia	460	262	722	940	565	1505
Uruguia	535	281	816	517	287	804
Venezuelana	0	0	0	226	121	347
Colombiana	0	0	0	529	326	855
Peruana	0	0	0	947	506	1453
Equatoriana	0	0	0	76	36	112
Alemã	734	191	925	783	196	979
Belga	103	27	130	120	36	156
Britânica	231	78	309	267	107	374
Canadense	67	38	105	86	53	139
Espanhola	793	337	1130	1091	376	1467
Norte-Americana	568	283	851	666	342	1008
Francesa	551	152	703	799	310	1109
Suíça	157	40	197	126	46	172
Italiana	876	328	1204	1015	342	1357
Haitiana	0	0	0	6389	1399	7788
Japonesa	996	319	1315	1240	528	1768
Chinesa	725	436	1161	1095	720	1815
Coreana	216	163	379	358	213	571
Russo	0	0	0	35	49	84
Portuguesa	2837	1657	4494	3047	1628	4675
Paquistânês	0	0	0	57	5	62
Indiano	0	0	0	148	13	161
Outras Latino-Americanas	1040	508	1548	1169	457	1626
Outras Asiáticas	172	75	247	295	125	420
Outras Nacionalidades	3040	1400	4440	0	0	0
Outros Europeus	0	0	0	374	144	518
Bengalesa	0	0	0	1151	404	1555
Angolana	0	0	0	243	102	345
Congolesa	0	0	0	185	54	239
Sul-Africana	0	0	0	305	61	366
Ganesa	0	0	0	27	0	27
Senegalesa	0	0	0	16	0	16
Outros Africanos	0	0	0	909	95	1004
Outros	0	0	0	1367	567	1934
Total	19135	8817	27952	33370	13653	47023

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais –Ministério do Trabalho.

Dos vínculos de empregos formais no Estado de São Paulo em 2010, 83% se encontravam na Região Metropolitana de São Paulo, baixando para 73% em 2015. Predominavam os vínculos ativos de empregos de migrantes latino-americanos na RMSF (10.188 vínculos), seguido de migrantes europeus (7939). O Município de São Paulo concentrava em torno de 77% dos vínculos de emprego dessas imigrações. Em 2015 foram registrados 3.331 vínculos de empregos formais de migrantes do Haiti no Município de São Paulo.

A Tabela 8 apresenta os vínculos de empregos formais de migrantes internacionais segundo a nacionalidade e principais setores da economia no município de São Paulo em 2010 e 2015. Em 2010, a concentração de vínculos de empregos de migrantes internacionais estava no setor de serviços, com 8.895 vínculos, com a predominância da nacionalidade portuguesa nestes vínculos (1.349), ainda refletindo a histórica Migração europeia. Na indústria de transformação estavam 3.194 vínculos, com destaque para a Migração boliviana (788 vínculos) e no comércio, 3.005 vínculos de migrantes, em especial portuguesa, chinesa, chilena. Na construção civil, em 2010, somente 438 migrantes possuíam vínculos de empregos formais.

Em 2015, no Município de São Paulo, os vínculos de empregos formais de migrantes apresentam uma distribuição diferente nos setores da economia, tanto em função da entrada da Migração haitiana quanto de demais nacionalidades. O setor serviços segue com o maior número de vínculos formais de emprego de migrantes internacionais, crescendo para 13.556 vínculos, com 1.209 vínculos de migrantes do Haiti, 1.556 de migrantes de Portugal, em torno de mil vínculos de migrantes da Bolívia e da Argentina, seguidos de vínculos formais de peruanos, chineses, africanos. Destaca-se que houve incremento também de vínculos de emprego no setor serviços de migrantes dos EUA e Europa.

O setor do comércio com 5.400 vínculos de empregos formais de migrantes internacionais no Município de São Paulo, em 2015, ultrapassou o setor da indústria de transformação, com 4.710 vínculos. Foi o setor da construção civil que mais ampliou o número de vínculos de empregos formais para migrantes internacionais, passando para 2.180, em 2015, dos quais 1183, mais de 50%, de migrantes do Haiti.

Tabela 8. Número de vínculos ativos de empregos de migrantes internacionais por nacionalidade e principais setores da economia. Município de São Paulo, 2010.

Nacionalidades	2010				2015			
	Indústria de transformação	Construção Civil	Comércio	Serviços	Indústria de transformação	Construção Civil	Comércio	Serviços
Argentina	273	63	235	697	227	41	298	1047
Boliviana	788	19	192	584	1811	63	582	1046
Chilena	227	64	240	752	140	48	209	818
Colombiano					73	6	81	323
Equatoriano					6	9	10	44
Paraguai	214	7	97	134	363	38	273	267
Peruano	0	0	0	0	114	40	189	509
Uruguai	57	30	65	289	41	17	71	289
Venezuelano					22	2	46	132
Outras L.Americanas	177	20	150	495	115	46	140	480
Haitiana					298	1183	641	1209
Canadense	5	1	5	51	7	2	6	76
Norte-Americana	55	4	71	437	54	20	86	496
Angolano					25	22	53	110

Congolês					24	18	44	92
Ganesa								3
Senegalesa						5		3
Sul-Africana					13	26	36	154
Outras Africanas					83	125	165	254
Alemã	100	7	61	255	94	6	91	281
Belga	16	2	12	38	11	1	14	60
Britânica	19		31	160	27	3	19	218
Espanhola	106	40	92	369	95	61	99	603
Francesa	127	3	135	244	161	8	195	461
Italiana	117	23	104	373	110	27	127	460
Portuguesa	332	63	550	1349	257	173	554	1556
Suíça	27	4	15	91	21	4	14	78
Outras Europeias					26	16	50	214
Bengalesa					117	73	235	437
Chinesa	55	5	298	283	33	16	443	339
Coreana	57		81	142	74	2	107	164
Indiano					6		28	61
Japonesa	169	22	172	295	120	17	278	432
Paquistanês					5	3	2	8
Russo					6	2	6	44
Outras Asiáticas	22	7	38	72	41	11	59	116
Outras Nac.	251	54	361	1785	90	46	149	672
Total	3194	438	3005	8895	4710	2180	5400	13556

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais –Ministério do Trabalho.

Considerando a escolaridade desses vínculos de empregos de migrantes internacionais, de 2010 a 2015, no Município de São Paulo (Tabela 9), nota-se que tais vínculos estão concentrados nas categorias Superior Completo (quase 50% do total de vínculos de empregos formais de migrantes internacionais) e Ensino Médio Completo (em torno de 30% dos vínculos de migrantes), indicando, portanto, o perfil seletivo dessa Migração no mercado formal de trabalho paulistano, mesmo que passe a incluir a Migração Sul-Sul.

Dentre os migrantes latino-americanos e asiáticos com vínculos de emprego formal, predominam este perfil de migrantes com escolaridade elevada. Já para migrantes em condição de refúgio, como haitianos/haitianas (com visto humanitário ou solicitantes de refúgio) e africanos/africanas (com visto de refugiados, solicitantes de refúgio ou sem visto) a concentração da escolaridade está no nível médio (Tabela 10).

Tabela 9 . Número de vínculos ativos de emprego de Migrantes por Escolaridade.
Município de São Paulo, 2010-2015.

Escolaridade	Distribuição relativa (%) com vínculos de emprego formal de migrantes					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Analfabeto	0,04	0,03	0,05	0,08	0,11	0,25
Até 5ª Incompleto	0,45	0,56	0,53	0,94	1,62	1,56
5ª Completo Fundamental	1,44	2,17	1,50	2,22	1,89	1,50
6ª a 9ª Fundamental	1,75	1,70	1,92	2,44	2,55	2,69
Fundamental Completo	5,25	5,64	6,46	8,03	8,42	8,78
Médio Incompleto	3,14	3,36	3,28	4,07	4,78	4,89
Médio Completo	22,30	24,00	24,21	25,23	27,71	29,12
Superior Incompleto	4,53	4,13	3,80	3,26	3,24	3,09
Superior Completo	56,94	54,38	54,05	49,93	46,05	44,11
Mestrado	1,83	1,71	2,19	1,94	1,93	2,22
Doutorado	2,34	2,30	2,02	1,85	1,71	1,78
Total	16.490	18.130	20.553	23.877	25.976	26.541
Distribuição Relativa (%)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais –Ministério do Trabalho.

Tabela 10 . Número de vínculos ativos de emprego de Migrantes por nacionalidade e escolaridade.
Município de São Paulo, 2010-2015.

Nacionalidades	2015							
	Analfabeto	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	Pós-Graduação
Latino Americanas	7	329	908	500	3474	340	4239	359
Haitiana	36	657	798	427	1329	40	76	0
Canadense	0	0	0	0	2	4	71	15
Norte Americana	0	16	1	1	26	18	508	98
Europeias	3	185	214	116	1090	202	4256	440
Africanas	11	141	184	101	604	45	168	14
Asiáticas	7	135	163	124	951	137	1731	91
Outras	3	62	63	30	254	33	659	45
Total	67	1525	2331	1299	7730	819	11708	1062

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais –Ministério do Trabalho.

As ocupações com vínculos de empregos formais de migrantes internacionais no Município de São Paulo, em 2015, apresentaram, para o caso dos latino-americanos a predominância de Operadores de Máquinas de Costura, espelhando o nicho étnico da costura, seguido da ocupação Médicos, que em parte reflete a Migração boliviana de médicos para São Paulo entre os anos 1960/1970.

Para os haitianos, a concentração esteve na ocupação de ajudantes de obras civis. Para os africanos, como trabalhador em serviços de manutenção de edificações e trabalhador de cargas e descargas. Nesses dois últimos casos, trata-se de ocupações que podem, em momentos de crise, passar para a informalidade, tornando esses contingentes migrantes bastante vulneráveis.

Gráfico 1 - Vínculos Ativos para Migrantes Latino Americanos segundo CBO (2015)



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais -Ministério do Trabalho.

4.4. Autorização de Trabalho a Estrangeiros no Brasil, Sistema de Tráfego Internacional (STI) e Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCRE): conhecendo a Migração internacional

As informações advindas de diferentes registros administrativos permitem conhecer o perfil de distintos contingentes de migrantes internacionais no país. Limitações quanto à periodicidade e metodologia de coleta de informações, bem como de acesso, são desafios ainda a serem superados para o uso mais amplo dessas informações. Contudo, a potencialidade destas fontes de informação precisam ser apresentadas e exploradas, de modo, inclusive, a que possam se tornar um registro contínuo de acompanhamento das questões da Migração internacional no Brasil. Para este estudo contemplamos análises para as informações sobre autorizações de trabalho a estrangeiros do Ministério do Trabalho e Emprego; para informações provenientes do Sistema Nacional de Registro de Estrangeiro e do Sistema de Tráfego Internacional, ambos da Polícia Federal/Ministério da Justiça.

4.4.1. Autorização de trabalho a estrangeiros no Brasil: autorizações com residência no Estado de São Paulo

No caso desta fonte de informação cabe, primeiramente, apresentar quem são os/as migrantes internacionais que possuem os direitos legais de atuar no mercado de trabalho formal do Brasil. O passo inicial no Brasil é a concessão de uma autorização de trabalho, solicitada pela empresa e analisada pela Coordenação Geral de Migração (CGI), para emissão do visto por parte do Ministério das Relações Exteriores (Lei 6815/1980 - MTE). Esse visto pode ser tanto temporário, quanto permanente, como determina a Lei 6964/1981.

Palermo et al (2015) sintetizam as Resoluções Normativas (RN) para as quais os vistos temporários são concedidos (Quadro 1).

Quadro 1. Resoluções Normativas para autorização de entrada e permanência no Brasil por menos de um ano – Visto Temporário

(RN 01) Professores, Pesquisadores ou Cientistas estrangeiros;
(RN 35) Chamada de mão de obra a serviço do Governo Brasileiro;
(RN 62) Administradores, diretores, gerentes e executivos com poderes de gestão e concomitância;
(RN 69) Artistas estrangeiros para realização de evento no Brasil;
(RN 71) Profissional estrangeiro para trabalho a bordo de embarcação de turismo estrangeira autorizada a operar no Brasil;
(RN 74) Representante legal da sociedade estrangeira de exploração de transporte aéreo e de serviços acessórios;
(RN 77) Estrangeiro em união estável com brasileiro;
(RN 79) Autorização de trabalho e visto temporário vinculado a grupo econômico cuja matriz situe-se no Brasil, com vista à capacitação e assimilação da cultura empresarial e em metodologia de gestão da empresa chamante;
(RN 80) Visto de trabalho;
(RN 81) Profissional para trabalho a bordo de embarcação de pesca estrangeira;
(RN 84) Investidor pessoa física em atividade produtiva no Brasil;
(RN 87) Treinamento profissional;
(RN 94) Intercambistas;
(RN 98) Profissionais que venham para atuar em eventos como a Copa das Confederações da FIFA (2013); Copa do Mundo (2014) e Jogos Olímpicos (2016);
(RN 61) Profissionais sem contrato de trabalho no Brasil (90 dias) e
(RN 27) Situações especiais e casos omissos analisados pelo CNIg (CGI/CNIg/MTE).

Fonte: Palermo et al. (2015, p.16) e CGI/CNIg/MTE .

É possível destacar, dentre as Resoluções Normativas para vistos temporários, aquelas referentes a indivíduos sem contrato de trabalho para um prazo de 90 dias: professores, pesquisadores e cientistas estrangeiros, aos trabalhadores a bordo de embarcações de turismo ou pesca, representantes de empresas internacionais, administradores, gerentes e diretores executivos, profissionais voltados à capacitação e assimilação de estratégias e métodos de gestão empresarial, treinamento profissional e de participantes de intercâmbios, sejam estudantes, recém-formados ou em regime de estágio.

Já os vistos permanentes são concedidos às pessoas que buscam se instalar definitivamente no país por um período maior ou igual há 12 meses. No entanto, é necessário que estes indivíduos já possuam autorização de trabalho concedida pelo CNIg-Ministério do Trabalho, de modo que, os vistos para esses estrangeiros são outorgados com base em Resoluções Normativas⁶⁸ semelhantes às temporárias (Quadro 2), mas com algumas particularidades, como indicam Palermo et al (2015, p.15).

Como observa Palermo et al. (2015, p.17) “existem ainda RN sob responsabilidade do MRE e do Ministério da Justiça (MJ), que concedem vistos direcionados à reunião familiar (RN 36); à acordos de cooperação de até 2 anos (RN 43); vistos de permanência para aposentados com renda média superior a R\$ 6.000,00

⁶⁸ Mais Informações sobre as Resoluções Normativas Vigentes em: <http://www.mtps.gov.br/trabalho-estrangeiro/normas-aplicaveis-a-cgig/2015-10-08-17-41-57/itemlist/category/470-resolucoes-normativas-vigentes-cgig>.

(RN 45); visto para trabalho voluntário (missionários) de até 2 anos (RN 68); vistos permanentes a dependentes de portador de visto provisório (RN 85); vistos permanentes para refugiados (RN 91) e, por fim, vistos humanitários de permanência no Brasil a nacionais do Haiti (RN 97)”

Quadro 2. Resoluções Normativas para autorização de entrada e permanência no Brasil por um ano ou mais

(RN 01) Professores, Pesquisadores ou Cientistas estrangeiros;
(RN 05) Reunião familiar;
(RN 62) Administradores, diretores, gerentes e executivos com poderes de gestão e concomitância; artistas estrangeiros para realização de evento no Brasil;
(RN 63) Estrangeiro representante de instituição financeira sediada no exterior;
(RN 70) Concessão de visto permanente para estrangeiro designado para administrar entidades sem fins lucrativos
(RN 76) Atleta profissional;
(RN 77) Estrangeiro em união estável com brasileiro;
(RN 80) Visto de trabalho;
(RN 81) Profissional para trabalho a bordo de embarcação de pesca estrangeira;
(RN 84) Investidor pessoa física em atividade produtiva no Brasil;
(RN 93) Permanência no Brasil a estrangeiro considerado vítima do tráfico de pessoas;
(RN 99) Profissionais com contrato de trabalho no Brasil de até 2 anos
(RN 27) Situações especiais e casos omissos analisados pelo CNlg (CGlg/CNlg/MTE).

Fonte: Palermo et al. (2015, p.15) e CGlg/CNlg/MTE.

Nota-se que grande parte das RN diz respeito às autorizações de trabalho para estrangeiros que preencham ocupações referentes a profissionais qualificados. Entre essas RN destaca-se, por exemplo, a RN 01 direcionada a pesquisadores, professores e cientistas, e a RN 62 voltada para cargos de gerência e administração. Assim, com base nos dados do CGlg/CNlg-Ministério do Trabalho (MT) é possível identificar também os migrantes internacionais no mercado formal de trabalho. Do total das autorizações de trabalho para migrantes, mais de 1/3 se dirigiu para o Estado de São Paulo. A evolução das autorizações de trabalho entre 2011 e 2015, segundo tipo de visto, aponta a entrada desses migrantes em São Paulo⁶⁹ (Tabela 11).

Tabela 11. Número de autorizações de trabalho concedidas, segundo tipo de visto.
Estado de São Paulo. 2011-2015

	Tipo de Visto		Total
	Permanente	Temporário	
2011	1.420	32.006	33.426
2012	1.691	28.202	29.893
2013	1.619	26.191	27.810
2014	1.651	16.316	17.967
2015	1.188	12.404	13.592

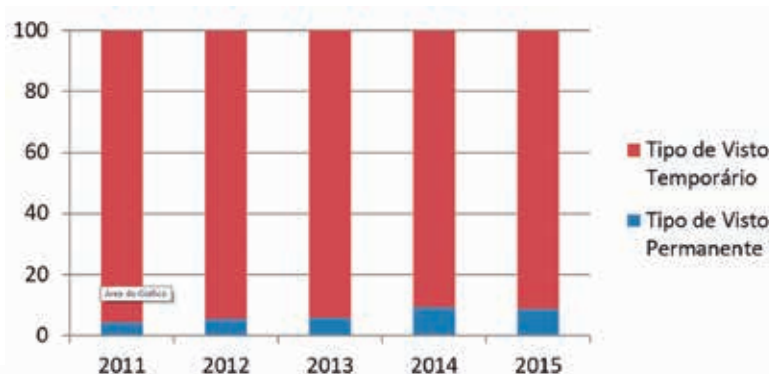
Fonte: CNlg-Ministério do Trabalho.

⁶⁹ As informações estão divulgadas por Unidades da Federação. www.mt.gov.br

Nota-se para o Estado de São Paulo, uma diminuição nas autorizações de trabalho de 33.326, em 2011, para 13.592, em 2015, pois houve alterações em Resolução Normativas como para concessões de visto para artistas e atletas, bem como para casos como reunião familiar - que passou para a alçada do Ministério da Justiça - e os vistos de assistência técnica para 90 dias - que ficaram a cargo do Itamaraty.

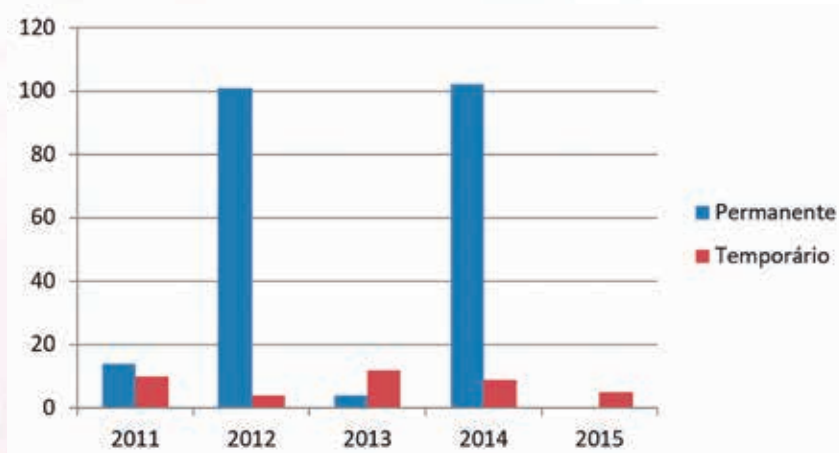
Predominam, no total das autorizações de trabalho a estrangeiros, os vistos temporários (Gráfico 2). Contudo, no caso da Migração haitiana, o visto humanitário é concedido pelo CNIq, quando, então, se observa no Gráfico 3, uma maior participação de vistos permanentes.

Gráfico 2 – Distribuição Relativa (%) dos vistos deferidos segundo tipo de visto (2011-2015)



Fonte: CNIq-Ministério do Trabalho.

Gráfico 3 – Distribuição relativa (%) dos vistos deferidos segundo tipo de visto – País de Nascimento: República do Haiti (2011-2015)



Fonte: CNIq-Ministério do Trabalho.

Ainda com base nas autorizações de trabalho a estrangeiros, o Gráfico 4 apresenta informações referentes à escolaridade de estrangeiros com autorização de trabalho no Brasil entre os anos de 2011 e 2015. Como observado, a maior parte das autorizações no período foi concedida a indivíduos

com ensino superior ou com ensino médio completo. No entanto, é importante destacar que no ano de 2015 observou-se uma diminuição significativa na proporção de autorizações para estrangeiros com ensino superior completo, ao mesmo tempo em que aumentaram àquelas relativas aos migrantes com ensino fundamental ou médio incompletos, podendo revelar característica da Migração haitiana e de trabalhadores de plataformas de petróleo vindos da Filipinas (Gráficos 5 e 6).

Gráfico 4. Distribuição relativa (%) de autorizações de trabalho concedidas segundo escolaridade. Estado de São Paulo, 2011-2015

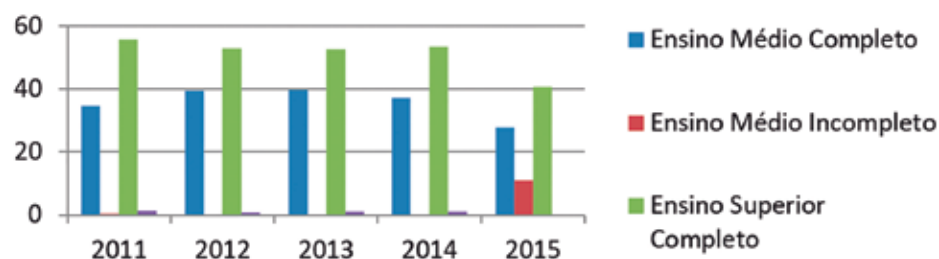


Gráfico 5. Distribuição relativa (%) de autorizações de trabalho concedidas segundo escolaridade para migrantes da República do Haiti. Estado de São Paulo, 2011-2015

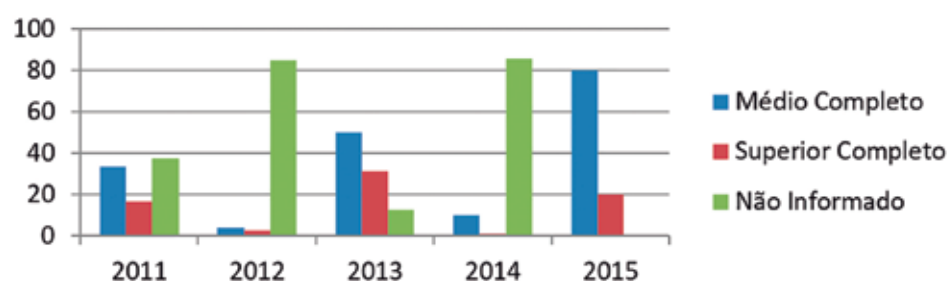
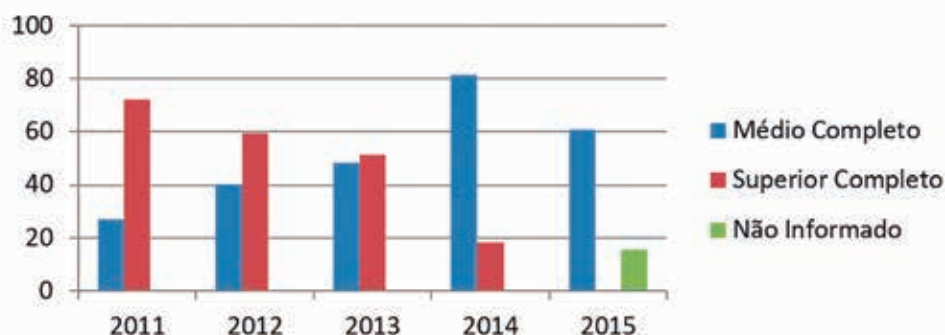


Gráfico 6. Distribuição relativa (%) de autorizações de trabalho concedidas segundo escolaridade para migrantes da Filipinas. Estado de São Paulo, 2011-2015



Fonte: CNIq-Ministério do Trabalho.

Para o Estado de São Paulo, em 2015, as principais nacionalidades de migrantes internacionais com autorização de trabalho foram Estados Unidos, Índia, Japão, Alemanha, França, Espanha, Reino Unido, China, Portugal, Bélgica, Canadá, indicando, de fato, a Migração qualificada, ligada às empresas transnacionais ou investidores. Porém, é revelador da divisão internacional do trabalho que tantos outros país também tenham migrantes com visto de trabalho no Brasil, tanto da América Latina e Caribe quanto de países africanos e Leste Europeu (Tabela 12).

Tabela 12. Autorizações de Trabalho por país de nascimento. Estado de São Paulo, 2015.

País de nascimento	modalidade			Total	País de nascimento	modalidade			Total
	CNIg	Com Contrato	Sem Contrato			CNIg	Com Contrato	Sem Contrato	
AFEGANISTÃO	0	0	1	1	CANADÁ	1	13	195	209
ALBÂNIA	0	0	3	3	CASAQUISTÃO	0	0	5	5
ALEMANHA	3	117	727	847	CHILE	1	1	87	89
ANGOLA	1	2	17	20	CHINA	1	233	241	475
ARÁBIA SAUDITA	0	0	1	1	CINGAPURA	0	1	2	3
ARGENTINA	7	5	120	132	COLÔMBIA	12	5	116	133
ARMÊNIA	0	0	2	2	CORÉIA DO SUL	0	52	209	261
AUSTRÁLIA	2	5	88	95	COSTA RICA	0	11	27	38
ÁUSTRIA	0	1	77	78	CROÁCIA	0	1	27	28
BÉLGICA	1	8	242	251	CUBA	4	16	23	43
BENIN	0	1	10	11	DINAMARCA	0	2	35	37
BOLÍVIA	0	2	2	4	EQUADOR	0	3	5	8
BÓSNIA H.	0	0	12	12	ESLOVÁQUIA	0	1	15	16
BULGÁRIA	4	3	31	38	ESLOVÊNIA	0	0	22	22
CABO VERDE	0	0	14	14	ESPANHA	4	180	425	609
CAMARÕES	0	1	2	3	ESTÔNIA	0	0	5	5
EUA	2	152	2474	2628	PERU	3	6	124	133
FILIPINAS	0	58	6	64	POLÔNIA	2	5	78	85
FINLÂNDIA	0	5	52	57	PORTUGAL	5	227	345	577
FRANÇA	2	186	527	715	QUÊNIA	0	0	5	5
GEÓRGIA	0	0	2	2	REINO UNIDO	10	55	728	793
GRÉCIA	0	3	17	20	REP. ÁRABE E	0	1	5	6
GUATEMALA	1	8	5	14	REP DA ÁFRICA	0	4	56	60
GUIANA	0	0	3	3	R.BIELORRÚSSIA	1	0	7	8
GUINÉ BISSAU	1	0	1	2	Rep MACEDÔNIA	0	0	10	10
HOLANDA	0	16	266	282	R EL SALVADOR	1	4	3	8
HONDURAS	0	0	55	55	REP DE FIJI	0	0	1	1
HUNGRIA	1	1	139	141	REP DE MALTA	0	0	1	1
ÍNDIA	1	76	864	941	R.DEMOCRÁTICA	0	0	2	2
INDONÉSIA	0	0	156	156	REP DO HAITI	0	0	5	5

IRÃ	0	0	1	1	R. DOMINICANA	0	2	9	11
IRLANDA	0	8	63	71	R. GUIANA	0	0	2	2
ISLÂNDIA	0	0	1	1	REP TCHeca	0	0	16	16
ISRAEL	0	8	68	76	ROMÊNIA	0	4	156	160
ITÁLIA	0	101	651	752	RÚSSIA	1	10	249	260
JAMAICA	0	0	31	31	SANTA LÚCIA	0	0	2	2
JAPÃO	1	161	776	938	SÃO CRISTOVÃO	0	0	1	1
LETÔNIA	0	0	6	6	SÃO VICENTE	0	0	4	4
LÍBANO	0	4	6	10	SENEGAL	0	0	5	5
LITUÂNIA	0	0	5	5	SÉRVIA	0	1	23	24
LUXEMBURGO	0	0	2	2	SINGAPURA	0	0	2	2
MALÁSIA	0	0	6	6	SÍRIA	0	0	3	3
MALAWI	0	1	0	1	SUAZILÂNDIA	0	0	1	1
MARROCOS	0	1	8	9	SUÉCIA	0	6	76	82
MAURÍCIO	0	0	13	13	SUIÇA	0	19	76	95
MÉXICO	25	88	192	305	TAILÂNDIA	0	2	4	6
MOÇAMBIQUE	0	1	17	18	TAIWAN	0	1	5	6
MOLDÁVIA	1	0	1	2	TCHECOSLOVÁQUIA	0	1	4	5
MONGÓLIA	9	0	0	9	TOGO	1	0	0	1
MONTENEGRO	0	0	10	10	TRINIDAD E TOBAGO	0	0	6	6
NEPAL	0	1	8	9	TUNÍSIA	0	2	1	3
NICARÁGUA	2	6	22	30	TURQUIA	0	5	32	37
NIGÉRIA	0	1	2	3	UCRÂNIA	0	2	58	60
NORUEGA	0	0	31	31	URUGUAI	0	0	29	29
N. ZELÂNDIA	1	5	12	18	VENEZUELA	1	47	29	77
OUTROS	0	0	1	1	VIETNÃ	0	1	29	30
Out. LATINO-AMERIC	0	0	4	4	ZIMBABWE	0	0	1	1
PAÍSES BAIXOS	0	1	3	4					
PALESTINA	0	0	2	2					
PANAMÁ	0	0	6	6					
PAQUISTÃO	1	2	1	4					
PARAGUAI	1	0	5	6	TOTAL	115	1.964	11.513	13.592

Fonte: CNIg-Ministério do Trabalho.

As informações do CNIg são de suma importância para o acompanhamento das migrações internacionais contemporâneas no Brasil, em especial por apontar a face da Migração qualificada que redesenha o país no cenário internacional.

É de se registrar que nos anos 1990, quando a migração internacional retornava à agenda acadêmica no Brasil⁷⁰ e diante da enorme lacuna de informações acerca da entrada de novos contingentes migrantes, a disponibilização dos dados do CNIg, naquele momento e depois em 2001, permitiram ampliar o entendimento dos novos processos migratórios internacionais que emergiam no país rumo ao século XXI

⁷⁰ Patarra (1995, 1996).

4.4.2. Sistema de Tráfego Internacional (STI): registros para o estudo da Migração internacional

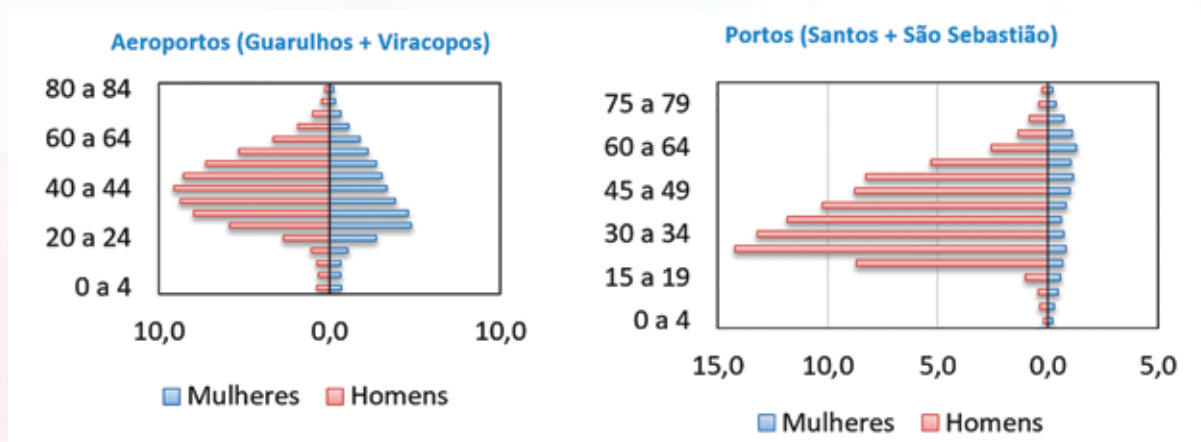
Através do acesso a estes registros, de forma desagregada, a partir do Projeto Migração Transfronteiriça no Brasil (MT Brasil) do International Centre for Migration Policy Development (ICMPD/União Europeia) e o Ministério da Justiça, foi possível acompanhar e atualizar as entradas e saídas de estrangeiros no país para o período 2000-2015. Assim, no Brasil tem sido possível explorar os dados de entradas e saídas de estrangeiros através dos postos de controle da Polícia Federal/Ministério da Justiça com as informações do Sistema de Tráfego Internacional (STI).

Para as informações do STI, a maior vantagem é poder identificar as entradas e as saídas de brasileiros e de estrangeiros nos postos de controle de fronteiras terrestres, portos e aeroportos segundo país de nascimento e tipos de visto. As informações disponíveis para esta base de dados dizem respeito a variáveis demográficas básicas (sexo e idade), além de dispor de informações sobre a característica do movimento, o local de entrada/saída e o país de origem do registrado. No caso do estado de São Paulo, os postos de movimentação são os aeroportos internacionais (Guarulhos, Viracopos e Congonhas) e os portos (Santos e São Sebastião). Esporadicamente, registram-se casos nas Delegacias da Polícia Federal – DPF.

No STI há apenas a informação de município de entrada/saída do país. Desse modo, não sabemos ao certo se os cadastrados, de fato, ficam no estado de São Paulo ou se estamos frente a uma migração internacional cujo destino final se encontra em estado diverso do de entrada. Esta fonte de dados permite avaliar a estrutura etária dos migrantes internacionais que entraram no país entre 2010-2015 (período selecionado para este estudo), a idade média ao movimento, nacionalidade, os principais fluxos de entrada e saída.

Iniciando pela análise da estrutura etária (Gráfico 7), as pirâmides referentes aos movimentos de entrada e por posto de controle, entre aeroportos e portos, revelam as entradas em São Paulo com predomínio de homens, em especial nos portos de Santos e São Sebastião.

Gráfico 7 – Estrutura etária por sexo de migrantes internacionais entrados a partir de postos de controle no Estado de São Paulo, 2010-2015.



Fonte – STI-Polícia Federal, Ministério da Justiça. MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/PUC Minas/Nepo-UNICAMP.

As entradas e saídas apresentam volumes bastante próximos, com um total em torno de 4,6 milhões de migrantes que entraram e outros 4,4 milhões que saíram por postos de controle do Estado de São Paulo no período 2010-2015.

Com relação ao país de nascimento, os Estados Unidos registraram em torno de 600 mil registros de entrada e outros de saída entre 2010-2015, ocupando a primeira posição. Seguem Argentina, Alemanha, Itália, China, Portugal.

Tanto para homens, como para mulheres migrantes, a idade média ao movimento de entrada varia entre 34 anos e 47 anos, com uma leve tendência ao rejuvenescimento e evidentes diferenciais por país de origem. Os migrantes com idades mais avançadas são os europeus e americanos. Os migrantes mais jovens nasceram em países da América Latina e Caribe. Estas evidências expressam perfis diferenciados de migrantes em São Paulo, informações que podem subsidiar ações e políticas para migrantes.

Tabela 13 – Entradas e Saídas de Migrantes Internacionais pelos postos de controle do Estado de São Paulo (exclui tripulantes, trânsito, transbordo, turista) segundo país de nascimento, 2010-2015

País de Nascimento	Movimentos	
	Entrada	Saída
Argentina	469.446	452.154
EUA	640.913	627.990
Chile	173.032	164.347
Alemanha	267.279	258.193
Itália	236.496	236.439
França	198.385	188.214
Espanha	208.325	201.202
Portugal	204.274	202.003
Colômbia	139.871	131.029
Peru	95.641	90.995
México	149.091	140.771
China	232.772	218.035
Uruguai	80.969	77.491
Bolívia	94.395	93.313
Japão	187.237	182.021
Reino Unido	116.803	110.045
Coréia do Sul	129.683	124.966
Venezuela	50.269	46.380
Paraguai	38.972	36.944
Outros	913.665	856.135
Total	4.627.518	4.438.667

Fonte – STI-Polícia Federal, Ministério da Justiça. MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/PUC Minas/Nepo-UNICAMP.

Analisando os vistos dos migrantes internacionais entradas e saídas no Estado de São Paulo, entre 2010-2015 (Tabela 14), aproximadamente a metade dos vistos foi registrado como Temporário II, que é o caso de viagens de negócio; 25% foram vistos Permanente, que corresponde aos casos em que o registrado já obteve visto permanente ou é cônjuge de brasileiro ou tem filhos.

Tabela 14 – Entradas e Saídas de Migrantes Internacionais (exclui tripulantes, trânsito, transbordo, turista) por tipo de visto. Estado de São Paulo, 2010-2015

Tipo de visto		Ano do movimento						Total
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Temporário II Viagem de negócios	Entradas	390.176	461.432	470.164	475.539	422.766	382.934	2.603.011
	Saídas	374.176	442.433	438.165	433.382	399.164	333.981	2.421.301
Permanente	Entradas	165.090	181.131	188.718	205.200	211.754	214.595	1.166.488
	Saídas	166.871	183.349	189.176	205.997	216.202	199.035	1.160.630
Temporário V Contrato de trabalho ou para migrantes do Mercosul: Acordo - Mercosul	Entradas	46.559	58.769	64.513	72.425	74.186	62.784	379.236
	Saídas	45.335	57.290	61.927	69.853	74.768	56.221	365.394
Estrangeiro requerente	Entradas	17.504	15.580	15.126	19.295	28.985	20.572	117.062
	Saídas	19.277	17.168	16.412	20.392	30.652	17.476	121.377
Temporário IV Estrangeiro estudante	Entradas	8.061	10.879	11.782	13.328	14.373	12.064	70.487
	Saídas	7.290	9.700	10.634	12.485	13.320	8.382	61.811
Dupla nacionalidade	Entradas	6.357	8.007	9.314	10.699	14.916	17.266	66.559
	Saídas	9.686	12.287	12.753	14.478	21.444	23.397	94.045
Diplomata	Entradas	8.514	6.865	6.562	6.871	6.766	5.939	41.517
	Saídas	8.104	6.882	6.144	6.606	6.884	5.770	40.390
Temporário I Viagem cultural/de estudos	Entradas	5.872	4.899	4.721	5.427	7.196	8.482	36.597
	Saídas	5.601	4.634	4.140	3.885	5.736	7.262	31.258
Temporário III Artista/desportista	Entradas	4.802	5.324	5.390	5.632	5.280	4.399	30.827
	Saídas	4.701	5.452	5.238	5.067	4.913	4.133	29.504

Fonte – STI-Polícia Federal, Ministério da Justiça. MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/PUC Minas/Nepo-UNICAMP.

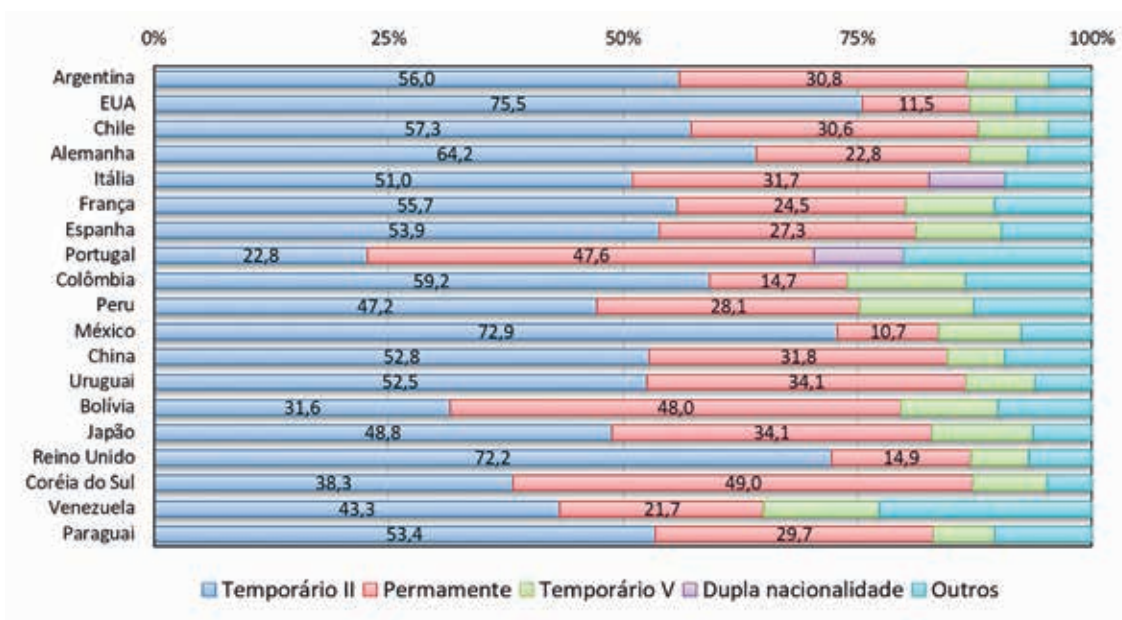
O visto Temporário V, para contrato de trabalho com empresa pública ou privada no Brasil, correspondeu a 8% do total de vistos de migrantes entrados em São Paulo no período. No caso do migrante ser proveniente de países-membros ou associados do Mercosul, a indicação Temporário V se refere, conforme indicado no STI, “nacional da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai, que esteja regular com base no Acordo sobre Residência para Nacionais dos estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile, e ainda não tenha solicitado a transformação em permanente”.

Nota-se que migrantes na categoria Estrangeiro Solicitante registrou, em torno de 117 mil entradas, o quarto maior volume de entradas de migrantes, respondendo por 2,5% dos migrantes entrados.

As entradas de migrantes em São Paulo com visto de estudante (Temporário IV) ficou em torno de 70 mil, entre 2010-2015, e Dupla nacionalidade, em torno de 66 mil entradas. As entradas de migrantes com vistos de Diplomata, Viagem cultural/de estudos (Temporário I) e artista/desportista (Temporário III), registraram cerca de 30 mil cada tipo, no período.

Os tipos de vistos de acordo com o país de nascimento de migrante entrados no Estado de São Paulo (Gráfico 8) possibilitam apreender a expressiva participação do Acordo do Mercosul no visto Temporário II para os países vizinhos (em torno de 30% a 50% dos vistos), mas também nesta categoria – porém como contrato com empresa, os Estados Unidos, com 75% dos vistos de seus migrantes entrados no Brasil nesta categoria, o México e Reino Unido, com 73%. Nos vistos permanentes predominam as maiores proporções de migrantes da Bolívia, Portugal e Coreia do Sul no total de suas entradas em São Paulo.

Gráfico 8 – Distribuição relativa (%) dos tipos de vistos de migrantes internacionais entrados (exclui tripulantes, trânsito, transbordo, turista). Estado de São Paulo, 2010-2015



Fonte – STI-Polícia Federal, Ministério da Justiça. MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/PUC Minas/Nepo-UNICAMP.

4.4.3. SINCRE - Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros: migrantes internacionais e sua localização espacial

No caso do SINCRE, o migrante com visto temporário ou permanente tem até trinta dias para fazer seu registro para a obtenção do Registro Nacional de Estrangeiros (RNE). Esta fonte se refere aos migrantes internacionais com registro ativo no Sistema Nacional de Cadastro e Registros de Estrangeiros. Ressalte-se que esta parcela de migrantes internacionais registrados no SINCRE constitui parte dos registros do STI. No caso do SINCRE, uma das principais potencialidades desta base de dados - com informações desagregadas a partir de 2000 e até 2015 - se refere às descrições dos amparos legais que definem o status de permanência desses estrangeiros no país e o local de entrada e de residência de migrantes com registro ativo no SINCRE. Embora consistam em registros de entrada para migrantes com vistos permanente e temporário, sem a indicação do tempo de permanência dos migrantes no país, possibilitam conhecer a origem dos fluxos migratórios, sua crescente diversidade e o município de residência.

Assim, os registros do SINCRE se referem a migrantes internacionais que se cadastram no Brasil, com visto, para obtenção de documento regularizado de permanência no país. As informações disponíveis para esta base de dados dizem respeito a algumas variáveis demográficas, além de dispor de informações sobre o município de residência, profissão, país e cidade de nascimento, tipo de visto concedido, amparo legal e ano de realização do registro.

A Tabela 15 traz o total de registros ativos no Estado de São Paulo, totalizando 212.747 migrantes internacionais cadastrados no SINCRE entre 2010-2015. Nota-se que entre os anos 2012 e 2013 se concentraram quase 50% dos registros. A maior parte dos vistos concedidos foi temporário (apenas em 2015, o número de vistos permanentes foi superior), em especial pelo acordo de residência do Mercosul, e da Migração haitiana.

Tabela 15 – Migrantes Internacionais com registro ativo por tipo de visto.
Estado de São Paulo, assisificação do visto, 2010-2015

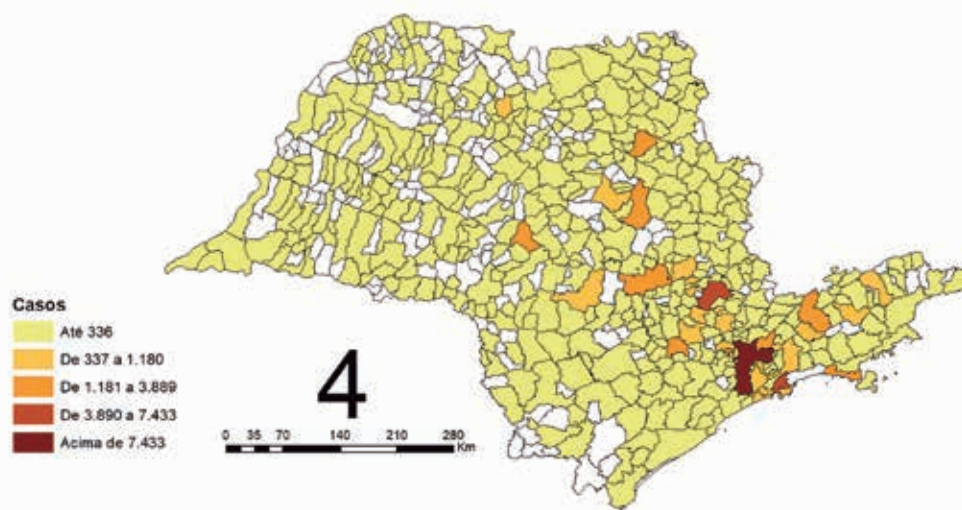
Ano	Número de registros		Classificação dos vistos (%)		
	Absoluto	Relativo (%)	Permanente	Temporário	Outros
2010	19.906	9,4	40,7	57,4	2,0
2011	34.337	16,1	34,1	65,6	0,3
2012	50.126	23,6	20,8	79,2	0,0
2013	48.017	22,6	17,9	82,1	0,0
2014	36.515	17,2	24,3	75,5	0,2
2015	23.846	11,2	55,9	41,5	2,7
Total	212.747	100,0	61.017 (28,7)	150.511 (70,7)	0,6

Fonte – SINCRE-Polícia Federal, Ministério da Justiça. MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/PUC Minas/Nepo-UNICAMP.

Quando se observa a distribuição espacial da residência declarada pelos migrantes internacionais com vistos concedidos (Mapa 3), a grande maioria se concentra na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), especialmente na capital São Paulo. Pouco mais de $\frac{3}{4}$ dos mais de 200 mil registros entre 2010 e 2015 são de migrantes residentes em São Paulo ou na RMSP. Excetuando-se a capital paulista, com cerca de 162.615 migrantes internacionais cadastrados entre 2010-2015, o interior registra 50.132 migrantes, dos quais cerca de 20 mil vistos foram concedidos para migrantes internacionais residentes em Campinas (7.433), Santos (5.322), Guarulhos (3.899) e Piracicaba (2.998). Além destes, outros municípios são: São José dos Campos, Caraguatatuba, Araraquara e Ribeirão Preto.

As informações mostram certa concentração da população migrante internacional em alguns municípios do Estado de São Paulo, marcados por processos atuais de reestruturação econômica com a presença de capitais transnacionais sejam na indústria, serviços ou na agricultura. De fato, ainda que a grande maioria dos migrantes resida na RMSP, a desagregação destes pelas principais nacionalidades (Tabela 16) nos mostra a presença migrante internacional no interior do Estado também.

Mapa 3 – Migrantes internacionais com registro ativo e residentes no
Estado de São Paulo por município, 2010-2015.



Fonte – SINCRE-Polícia Federal, Ministério da Justiça. MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/PUC Minas/Nepo-UNICAMP.

As principais nacionalidades que se dirigem para o interior do Estado de São Paulo são: Coréia do Sul (mais de 50%), China, Alemanha, Japão, Espanha, Argentina, França, Itália, Reino Unido e Portugal. De modo geral, migrantes dessas nacionalidades podem se enquadrar no mercado de trabalho com empregos altamente qualificados (como seria o caso dos países europeus e os asiáticos), mas também é evidente a presença de peruanos, angolanos, colombianos, sírios, haitianos. Dos mais de 200 mil registros de entradas, entre 2010-2015, no Estado de São Paulo cerca de 60 mil são de apenas duas nacionalidades (Bolívia e China), o que mostra que, além de concentração em algumas regiões, dentro destas há enorme heterogeneidade em termos de país de nascimento.

O Estado de São Paulo conta com entradas de migrantes internacionais de todas as partes do mundo, mas a maioria (quase $\frac{3}{4}$) é oriunda da América Latina e do Sudeste Asiático, mesmo que mantenha os fluxos históricos originários da Europa.

Tabela 16 – Migrantes internacionais com registro ativo segundo principais nacionalidades. Estado de São Paulo, Região Metropolitana e Interior, 2010-2015

País de origem	Grande região	Total de registros	Distribuição relativa (%) Município de residência		
			RMSP Capital	RMSP Outros	Interior Todos
Bolívia	América do Sul	51.715	86,0	9,8	4,3
China	Extremo Oriente	11.880	70,6	3,8	25,6
Peru	América do Sul	9.564	71,5	5,5	23,0
Colômbia	América do Sul	8.932	53,3	8,8	37,9
Haiti	América Central	8.920	67,7	14,2	18,1
Estados Unidos	América do Norte	8.728	64,6	4,1	31,3
Argentina	América do Sul	7.863	62,4	7,2	30,4
Portugal	Europa Mediterrânea	6.868	57,4	7,1	35,5
Japão	Extremo Oriente	6.512	56,9	5,7	37,3
Filipinas	Sudeste Asiático	6.488	72,8	0,4	26,8
Paraguai	América do Sul	5.963	75,7	7,5	16,8
Espanha	Europa Mediterrânea	5.889	63,2	6,1	30,7
Alemanha	Europa Central	5.675	52,2	7,3	40,4
França	Europa Central	5.619	72,3	3,8	23,9
Índia	Sudeste Asiático e Oceania	5.595	76,8	3,9	19,3
Itália	Europa Mediterrânea	5.058	65,1	5,5	29,3
Coreia do Sul	Extremo Oriente	4.634	43,9	1,5	54,6
Indonésia	Sudeste Asiático	3.979	88,3	0,3	11,5
Angola	África	2.555	53,9	7,1	39,0
Reino Unido	Europa do Norte	1.766	66,8	5,4	27,9
Síria	Oriente Médio	1.031	70,0	13,8	16,2

Notas – No caso da Alemanha, foram incluídos os registros com país de nascimento “Alemanha Oriental”.

Para o Reino Unido, somaram-se “Grã-Bretanha”, “País de Gales”, “Escócia” e “Irlanda do Norte”.

Fonte – SINCRE-Polícia Federal, Ministério da Justiça. MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/PUC Minas/Nepo-UNICAMP.

De acordo com os principais amparos legais que garantem a entrada e permanência de migrantes internacionais em São Paulo, a Tabela 17, indica que cerca de dois em cada três vistos se baseiam em apenas cinco amparos legais, especialmente visto temporário, em função de serem atividades específicas e com tempo delimitado.

Tabela 17 – Migrantes com registro ativo segundo amparo legal. Estado de São Paulo, 2010-2015

Amparo legal	Registros	
	Total	%
Acordo de residência – Mercosul e associados	61.458	27,8
Visto temporário – cientista, pesquisador, professor, técnico, etc.	44.211	20,0
Visto temporário ou permanente – reunião familiar	19.143	8,7
Visto temporário – estudante	17.955	8,1
Estrangeiro com cônjuge e/ou filho brasileiro	11.027	5,0
Visto temporário – reunião familiar	8.493	3,8
Visto permanente – exercício de atividade certa e fixação no território	7.068	3,2
Conversão de temporário em permanente (Acordo do Mercosul)	6.638	3,0
Dependente de titular beneficiado por RN-CNIg	4.322	2,0
Visto temporário – viagem cultural ou missão de estudos	4.009	1,8
Visto permanente – administrador, gerente, diretor, etc.	3.720	1,7
Dependente de titular beneficiado (Acordo do Mercosul)	3.076	1,4
Visto - Ministros de confissão religiosa	2.966	1,3
Visto permanente – investidor estrangeiro pessoa física	2.464	1,1
Situações especiais a serem avaliadas pelo CNIg	1.950	0,9
Emissão de CIE para diversos vistos	1.943	0,9
Visto para refugiados	1.592	0,7
Visto temporário – estrangeiro com trabalho no Brasil	1.390	0,6
Visto temporário – estrangeiro em empresa estrangeira (treinamento)	1.352	0,6
Outros amparos legais	16.463	7,4
TOTAL	221.240	100,00

Fonte – SINCRE-Polícia Federal, Ministério da Justiça. MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/PUC Minas/Nepo-UNICAMP.

Dos migrantes internacionais residentes no Estado de São Paulo, 27,8% se referem ao visto temporário pelo acordo de residência entre países do Mercosul e associados. Os demais se dividem em temporários para cientistas, pesquisadores, técnicos, professores ou estudantes e vistos permanentes com amparo legal de reunião familiar, casamento ou com filho brasileiro.

Embora a população migrante esteja documentada, isto não parece ser garantia para a inserção no mercado de trabalho formal. Os dados do SINCRE apresentam uma classificação própria de profissão, sem compatibilidade com a CBO, mas possibilitam identificar as diferentes inserções de migrantes no Estado de São Paulo. Para entender melhor o cenário paulista, a Tabela 18 apresenta a ocupação declarada no SINCRE⁷¹.

⁷¹ É de se ressaltar que as classificações advindas desta fonte de dados não apresenta definições conceituais e não são compatíveis com o Código Brasileiro de Ocupação (CBO). De todo modo, consideramos a utilização destas informações, mesmo que possam apresentar limitações, pois são as únicas que atualizam as tendências e características das migrações internacionais em anos recentes.

**Tabela 18 – Migrantes Internacionais com registro ativo segundo principais ocupações declaradas.
Estado de São Paulo, Região Metropolitana e Interior, 2010-2015**

Ocupação informada	Região Metropolitana de São Paulo				Interior		Total
	Capital		Outras				
	Volume	%	Volume	%	Volume	%	
Total	140.188	70,33	13.485	6,77	45.644	22,90	199.317
Decorador	38.384	88,1	3.997	9,2	1.172	2,7	43.553
Estudante	19.505	57,4	1.867	5,5	12.599	37,1	33.971
Oficial	19.228	77,5	13	0,1	5.559	22,4	24.800
Ocupação NC	13.968	67,8	1.696	8,2	4.950	24,0	20.614
Sem ocupação	7.009	71,4	1.082	11,0	1.721	17,5	9.812
Diretor/proprietário	5.568	67,8	526	6,4	2.117	25,8	8.211
Arquiteto	3.093	38,6	541	6,7	4.381	54,7	8.015
Vendedor, empregado	5.433	81,2	440	6,6	819	12,2	6.692
Dependente	4.872	77,4	413	6,6	1.013	16,1	6.298
Prenda doméstica	3.329	59,8	480	8,6	1.758	31,6	5.567
Menor de idade	3.631	76,4	431	9,1	689	14,5	4.751
Sacerdote	3.606	77,4	123	2,6	932	20,0	4.661
Médico	2.767	69,4	281	7,0	938	23,5	3.986
Professor	1.708	53,6	208	6,5	1.272	39,9	3.188
Economista	2.117	72,9	243	8,4	542	18,7	2.902
Pedreiro	1.612	61,4	314	12,0	698	26,6	2.624
Profissional liberal	968	38,6	230	9,2	1.312	52,3	2.510
Aposentado	581	34,9	97	5,8	987	59,3	1.665
Programador	997	60,0	202	12,2	462	27,8	1.661
Mecânico	459	32,4	155	10,9	803	56,7	1.417
Cozinheiro	830	63,5	114	8,7	363	27,8	1.307
Bolsista	523	47,0	32	2,9	557	50,1	1.112

Fonte – SINCRE-Polícia Federal, Ministério da Justiça. MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/PUC Minas/Nepo-UNICAMP.

Os resultados acima permitem notar que, tanto para a capital quanto para o Interior do estado, há uma participação expressiva de ocupações não-classificadas (em torno de 20 mil migrantes nesta categoria) e sem ocupação (quase 10 mil migrantes). A participação dos estudantes no volume de registros para cada país é também relevante, especialmente no município de São Paulo, com estudantes da França, Alemanha e Colômbia (todos com mais de 30% de registros).

Para a ocupação Decorador – que se refere a migrantes da Bolívia e latino-americanos, são 43 mil registros ativos, sendo 38 mil na cidade de São Paulo, indicando o nicho da costura.

No caso de migrantes haitianos no Município de São Paulo, quase a metade dos registros estavam na categoria sem ocupação.

Se considerarmos que ocupações não-classificadas podem ser um indício de trabalho informal, cerca de 10% dos migrantes da capital e do interior encontravam-se inseridos nesta categoria entre 2010-2015. Ademais, é preciso considerar que, até mesmo quando se tem a informação de profissão, seria

necessário verificar se estes trabalhadores estão com a carteira de trabalho assinada e contribuindo para a previdência. Ressalte-se que as categorias ocupacionais do registro do SINCRE não são compatíveis com o Código Brasileiro de Ocupação, dificultando as aproximações para o trabalho informal. O caso da classificação de migrantes nascidos na Bolívia na profissão de decorador parece indicar, justamente, na direção de um trabalho informal, em especial por esta profissão “decorador” segundo a CBO ser bem destoante das atividades do nicho étnico da costura, no qual essa Migração está inserida.

Avaliando as cidades com pelo menos mil registros de entrada de migrantes internacionais, nota-se um perfil das ocupações bastante heterogêneo. De um lado, nos municípios da RMSP (especialmente Carapicuíba, Guarulhos e São Paulo), aparecem os bolivianos decoradores, enquanto, de outro lado, os municípios do interior são os que mais concentram estudantes, sobretudo Bauru, São Carlos, Campinas e Piracicaba, cidades nas quais estão presentes a UNESP, a UNICAMP e PUCCamp).

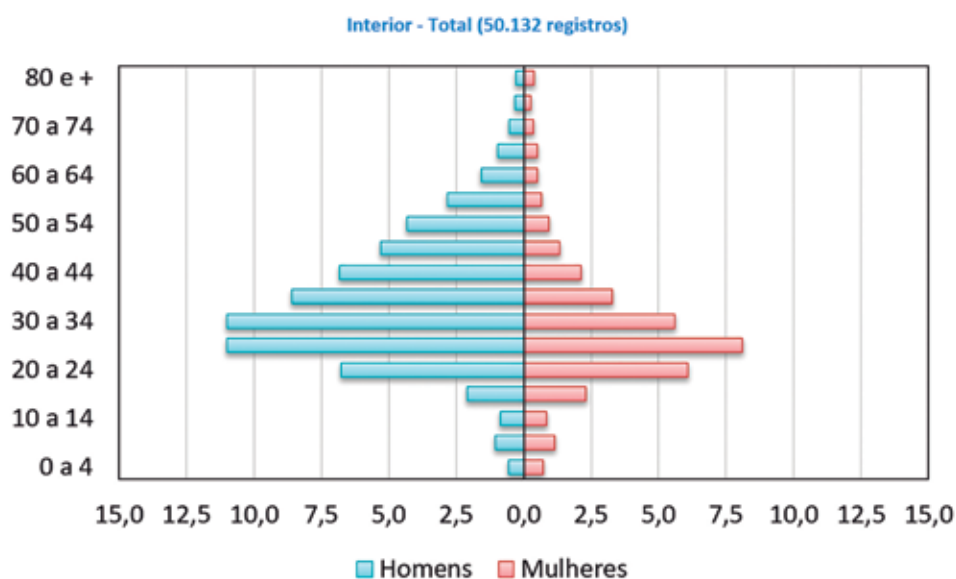
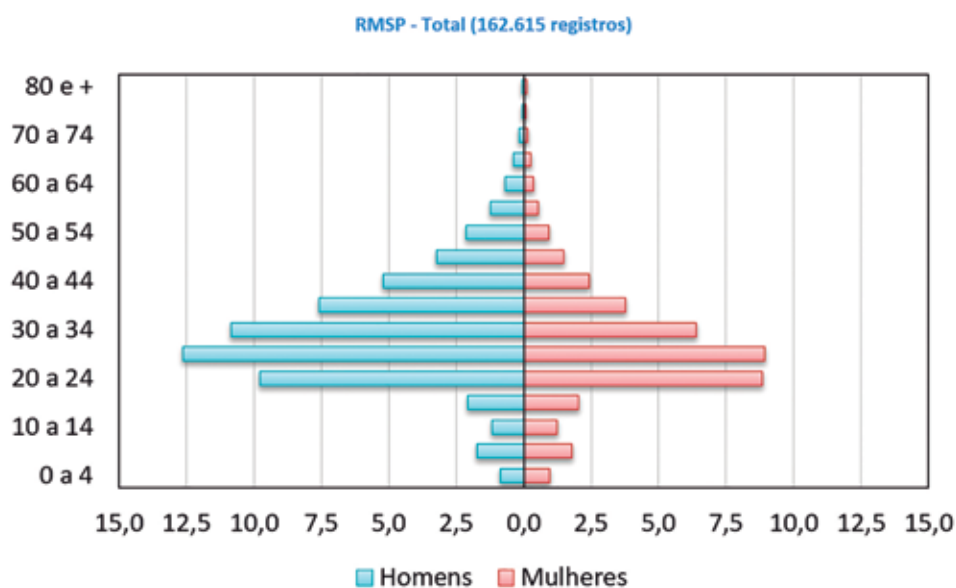
Nas cidades litorâneas (que é o caso de Santos e São Sebastião), a presença de oficiais é preponderante. Já a concentração de arquitetos (uma ocupação altamente qualificada) se dá em municípios de médio porte, como Piracicaba (24,6%), Sorocaba (23,2%) e São José dos Campos (19,6%). No que tange as ocupações não-classificadas, estas são mais expressivas em alguns municípios, como Jundiaí (28,2%), Santo André (20,8%), São José dos Campos (19,5%) e Barueri (18,3%). Por fim, migrantes internacionais que estão sem ocupação é uma parcela significativa dos registrados.

A distribuição espacial das principais ocupações mostra que os decoradores, os vendedores e os empregados estão concentrados na capital do estado, enquanto migrantes internacionais com ocupações não-classificadas e ocupadas como pedreiro têm participação expressiva no interior (entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{3}$). A mesma situação, mas com menor participação do interior (entre 15 e 20%), é verificável para os casos de migrantes sem ocupação. Com isto, percebemos que os potenciais locais nos quais a informalidade se manifesta com força é a capital do estado. Em segundo lugar, o interior como um todo também começa a abrigar trabalhadores migrantes informais, contudo, o interior tende a concentrar, em comparação à RMSP, tanto ocupações que demandem maior qualificação e experiência, quanto aposentados e empregadores/investidores.

Em relação à distribuição por idade e sexo das ocupações há a concentração de ocupações que têm potencial para abrigarem trabalhadores informais (decorador, não classificadas e sem ocupação) se dá nos grupos etários de adultos jovens (20 a 34 anos), sendo que já aparecem entre 15 a 19 anos migrantes internacionais registrados como decoradores. O percentual de estudantes entre 15 e 29 anos é também expressivo.

É possível, ainda, com as informações do SINCRE conhecer a estrutura etária dos migrantes com registro ativo residentes na RMSP e no Interior (Gráfico 9). Há um predomínio de migrantes homens, embora de maneira ligeiramente acentuada no Interior. Além disso, se nota que o perfil etário é predominantemente jovem, ainda que, no interior, haja uma participação relativa mais importante da população adulta (entre 40 e 59 anos). No caso das mulheres migrantes, seu perfil é também mais rejuvenescido na RMSP, com predomínio das idades entre 20-34 anos.

Gráfico 9 – Estrutura etária por sexo de migrantes internacionais com registro ativo. RMSP e Interior, 2010-2015



Fonte – SINCRE-Polícia Federal, Ministério da Justiça. MT-Brasil/Projeto MT Brasil-ICMPD/PUC Minas/Nepo-UNICAMP.

5. Pesquisa Exploratória de campo

A partir do conhecimento de aspectos importantes da Migração internacional recente para São Paulo com as diferentes fontes de dados apresentadas anteriormente, foi possível apreender elementos para serem retomados na pesquisa de campo. A pesquisa exploratória de campo complementarará e permitirá avançar nas análises dos dados secundários e primários, dela próprios derivados.

Assim, o mapeamento das informações segundo as fontes de dados que apresentamos nas seções anteriores permite apontar a heterogeneidade dos processos sociais migratórios, sua distribuição espacial, sua concentração, as diferentes nacionalidades e a necessidade do aprofundamento acerca da informalidade e migração internacional.

As primeiras conversas e entrevistas foram realizadas na cidade de São Paulo, tendo como roteiro o formulário do Anexo 1. O objetivo foi identificar e se aproximar dos setores da economia de inserção laboral de migrantes internacionais em São Paulo. Foram entrevistadas: uma mulher migrante do Peru, vendedora ambulante; um homem migrante de Angola, desempregado; um homem migrante do Equador, vendedor de artesanato; quatro mulheres do Haiti (2 vendedoras ambulantes, 1 desempregada, 1 serviço de limpeza em Hospital); dez homens do Haiti (6 desempregados, 3 na construção civil, 1 em fábrica). Foi, ainda, realizada uma entrevista em profundidade com uma família (homem, mulher e dois filhos) migrantes do Haiti em Jundiaí-SP. Essas conversas com migrantes do Haiti foram todas feitas em crioulo, o que permitiu melhor compreensão da situação de trabalho desses migrantes.

No caso destas conversa/entrevistas, somente a mulher migrante do Peru e o homem migrante do Equador não possuíam carteira de trabalho, ambos vendedores de rua. Contudo, daqueles que tinham trabalho e tinham carteira de trabalho (no total de 7 migrantes) somente 2 migrantes haitianos e 1 mulher haitiana apresentavam registro na carteira.

Notamos que para migrantes desempregados (6 homens e 1 mulher) a intenção é ainda permanecer no Brasil e ir tentando algum trabalho para viver. Somente 2 se preocupam com o registro na carteira. Outros ainda querem trazer a família para São Paulo. Dentre esses desempregados, somente 1 migrante haitiano havia chegado há 20 dias, os demais estavam entre 1 a 2 anos no país, indicando não se tratar das dificuldades de trabalho na chegada recente, mas da situação de crise do emprego e trabalho no Brasil.

Dos homens migrantes inseridos no trabalho da construção civil (4 migrantes do Haiti), o tempo de residência no Brasil variava de 05 anos a 18 meses e, aqui sim, esse maior tempo de residência no país denota a experiência da migração e redes. O tempo de residência é um forte elemento de seletividade migratória para a entrada e inserção no mercado de trabalho para haitianos.

Todos apresentavam carteira de trabalho e somente um tinha registro. Pretendem continuar no Brasil, pois ainda encontram onde trabalhar e as condições são favoráveis. Aqueles migrantes na construção civil

sem registro na carteira de trabalho encontravam-se como Diaristas: dois como ajudante de pedreiro e um como pedreiro. Todos preferem trabalhar com registro em carteira pelas garantias trabalhistas, mas isto não vem acontecendo; trabalham 8 horas por dia; nenhum tem contrato de trabalho; quando precisam ir ao médico, perdem o dia de trabalho; alegam não conhecer as normas de segurança do trabalho no Brasil. Um dos migrantes apontou que às vezes, o pagamento atrasa uma ou duas semanas, afetando a vida familiar e os seus planejamentos.

Os dois homens migrantes haitianos com registro em carteira de trabalho estão no Brasil entre 2 e 3 anos; um está na construção civil e outro em uma fábrica de brinquedo. Os dois percebem salários entre R\$ 1.100,00 e R\$ 1.700,00 e enviam em torno de R\$ 500,00 de remessas ao Haiti. O primeiro, migrante na construção civil, exerce a função de pedreiro, afirma que tem mais migrantes de seu país naquele trabalho, tem contrato de trabalho, há vigilantes no trabalho. Relata que os colegas brasileiros o discriminam e o patrão não interfere, considera discriminação o fato de possuir capacidade para receber uma promoção e só vê os brasileiros mudarem de categoria e ele não. O segundo migrante haitiano é ajudante de produção na fábrica de brinquedo, tem outros migrantes do Haiti no mesmo local de trabalho, tem contrato de trabalho, tem vigilantes no trabalho e ficam fiscalizando suas atividades, considera o salário baixo.

A conversa com o migrante equatoriano apontou que não é importante o registro em carteira, pois vende na rua os artesanatos que ele próprio faz; está no Brasil há 03 anos e quer continuar em São Paulo.

Com relação às mulheres migrantes entrevistadas, uma peruana e quatro haitianas, apenas uma tem emprego com registro na carteira de trabalho. Esta migrante haitiana está no Brasil há um ano e meio, trabalha no serviço de limpeza geral em um hospital, ganha R\$ 1.100,00, envia remessa para o Haiti, trabalha 8 horas por dia, não há conterrâneos neste local de trabalho; tem contrato de trabalho; não sabe sobre as normas de saúde e segurança do trabalho; já sofreu discriminação por ser migrante, negra e mulher no trabalho; relata que “as brasileiras, no meu trabalho, ficam rindo de mim, acho que elas não entendem direito o que eu falo, eu não gosto disso”.

As conversas com duas migrantes haitianas e uma peruana, que são vendedoras na rua, apontaram duas configurações. A primeira, no caso da peruana, que vende artesanatos peruanos que ela mesmo produz; não considera que se tivesse carteira assinada estaria melhor; sempre trabalhou sem carteira de trabalho no Brasil; trabalha entre 8 e 9 horas por dia; quer ficar no Brasil; às vezes sofre discriminação por ser migrante. A segunda configuração de “vendedora de rua” foi com migrantes haitianas, que vendem alimentos típicos da culinária do Haiti (banana da terra, por exemplo), bem como água, refrigerantes, iogurte para seus conterrâneos (estão mulheres migrantes estavam em frente à Missão Paz). Nas duas situações, trabalham em torno de 10 horas por dia; chegaram entre 8 meses e 15 meses; ganham comissão pela venda das mercadorias (este é um ponto importante – conhecer quem repassa as mercadorias); pretendem retornar para o Haiti assim que juntarem dinheiro para a passagem; só ficariam se tivessem emprego com carteira e registro.

A partir dessa primeira visita exploratória já foi possível visualizar a necessidade da inclusão de outras questões para a aproximação do nicho étnico e inserção laboral informal, as quais, posteriormente, fizeram parte do roteiro final das entrevistas; a saber:

- a) identificação da idade, sexo e escolaridade
- b) conhecer a trajetória ocupacional no Brasil
- c) se exerce mais de uma atividade laboral
- d) se na visão do/da migrante exerce as atividades mais penosas, difíceis e degradantes do que os seus colegas brasileiros ou de outra nacionalidade
- e) acrescentar dimensões do nicho étnico no mercado de trabalho (KUSHNIROVICH, 2010)
- f) acrescentar dimensões da vida privada do nicho étnico (KUSHNIROVICH, 2010):

- g) acrescentar dimensões para identificar os “sistemas de treinamento” (BAILEY, WALDINGER, 1991) existem nos nichos étnicos.

Assim, foi elaborado novo roteiro de entrevista, dividido em 4 módulos, apresentado no Anexo 2: Módulo 1 - Identificação e trajetória ocupacional; Módulo 2 – Sobre a ocupação atual; Módulo 3 – Condições de Trabalho; Módulo 4 - Vida social.

Foram realizadas mais 52 entrevistas/conversas entre novembro e dezembro de 2016. Como procedimento metodológico, relatamos a seguir como o campo da pesquisa foi se construindo.

Para entendermos o nicho étnico de inserção laboral de migrantes internacionais na cidade de São Paulo, iniciamos esta segunda rodada da pesquisa a partir da identificação das nacionalidades que os dados secundários nos indicaram como as mais recentes e presentes na cidade. Buscamos também identificar sua localização geográfica na “cidade dos migrantes”, uma vez que diferentes espacialidades da Migração internacional imprimem especificidades na relação com a sua inserção laboral informal no mercado de trabalho e o nicho étnico. No caso da Migração haitiana procuramos entender a inserção laboral de forma mais ampla, uma vez que o visto humanitário a eles conferido imprimiu dinâmica peculiar à inserção desses migrantes no mercado de trabalho formal, em um primeiro momento.

5.1 Migrantes Haitianos

Iniciamos a pesquisa exploratória focalizando a Migração haitiana. Foram realizadas 10 conversas/entrevistas com migrantes do Haiti na Missão Paz e na região da Baixada do Glicério, bairro da Liberdade. As conversas com os/as migrantes haitianos se deram essencialmente no espaço em que se concentra hoje, na cidade de São Paulo, a Migração haitiana. Junto do bairro de Guaianases, na zona Leste de São Paulo, a Baixada do Glicério é atualmente o lócus da presente haitiana na cidade, com claras manifestações de apropriação do espaço urbano no entorno da Igreja Nossa Senhora da Paz, ao lado da qual funciona a Missão Paz.

Essas manifestações remetem, diretamente, à paisagem social da origem, especificamente Porto Príncipe⁷². Já há em São Paulo as “madame Sara”, mulheres haitianas que preparam comida nas calçadas e as vendem ali mesmo; os jovens haitianos que consertam bicicletas; um amplo leque de pessoas que vendem produtos, roupas e calçados usados até equipamentos eletrônicos e seus periféricos. A comida, o comércio e a forma de trânsito no espaço urbano é rigorosamente análogo à vida em Porto Príncipe. Este é um ponto importante para entendermos a reprodução da informalidade e da inserção de homens e mulheres haitianas neste mercado de trabalho informal em São Paulo.

Das conversas com migrantes do Haiti destaca-se um número elevado de migrantes desempregados no final de 2016. Nestes casos, optou-se por relacionar as perguntas ao último trabalho realizado pelo migrante. Há predominância de trabalho na construção civil (como pedreiros ou ajudantes de pedreiro), com e sem carteira de trabalho assinada e manifestações de extrema precariedade do trabalho, não apenas em obras privadas como também públicas (como em linha de trem em Jundiaí, na linha 6 do Metrô em São Paulo e em obra do Minha Casa Minha Vida em Sorocaba). A metade dos migrantes que conversamos chegou no Brasil em 2014. Há um caso de migrante que chegou em 2011, dois em 2015 e também dois em 2016. Três migrantes recebem pagamento por dia, com valores que variam de R\$70,00 e R\$100,00 por dia, e de R\$7,20 por hora.

Os migrantes haitianos com quem conversamos demonstraram abertura ao entrevistador, especialmente depois da apresentação, da troca de algumas palavras em crioulo e de breve conversa sobre as cidades do Haiti – de onde provém os migrantes. Em muitos casos, foi preciso reforçar que não se tratou de

⁷² Esta etapa da pesquisa foi realizada por Luís Felipe Aires Magalhães que esteve no Haiti para completar seu trabalho de tese de doutorado.

“uma entrevista de emprego”, que não se estava recrutando trabalhadores migrantes, que o pesquisador não era um empresário à procura de mão de obra. Alguns migrantes negaram-se a conversar, no que se percebe uma associação clara: quanto mais longe do espaço do acolhimento da Missão Paz, mais costumeiras eram as negativas. Em uma entrevista foi necessário um intérprete, com a ajuda de outro migrante haitiano.

Há registros de mobilidades internas para outras cidades do Estado de São Paulo (como Sorocaba, Ribeirão Preto e Jundiaí), com recrutamentos operados na Missão Paz.

Há a chegada de migrantes do Haiti vindos de outros Estados do Brasil (Santa Catarina, Rio de Janeiro e Paraná). Neste último caso, o desemprego nestas regiões os remeteu a São Paulo, tornando o espaço da Missão Paz um destino não apenas àqueles que acabaram de chegar ao Brasil, mas também àqueles que já residem há mais tempo no país, e que agora se dirigem à São Paulo. Há, também, registro de passagem por outros países, como República Dominicana.

Os processos de recrutamento para migrantes do Haiti ocorrem principalmente no âmbito da Missão Paz, e nota-se, nas conversas, que as piores manifestações de trabalho precário (endividamento, salários atrasados, moradia no local de trabalho e trabalho em troca de comida) ocorrem justamente nas cidades do interior do Estado, especialmente Sorocaba e Jundiaí – e com recrutamentos operados na Missão Paz. Em alguns casos, foram identificados os “gatos”: recrutadores individuais que contratam trabalhadores migrantes, em particular sem contrato de trabalho, e que fornecem essa mão de obra a empresas. Há casos de quebra no acordo com a empresa, em que os trabalhadores perdem seu emprego e têm de ir à justiça para obtenção dos valores da rescisão – ocasião em que o “gato” desaparece.

Em uma quinta-feira, quando ocorrem mutirões de emprego na Missão Paz, pudemos acompanhar a situação de oferta de empregos. Neste dia, havia consideravelmente mais migrantes haitianos no espaço da Igreja, mas poucos empregadores interessados. Um deles foi justamente no horário de intervalo do almoço para recrutar, pois provavelmente já sabe que os empregadores, para poder recrutar na Missão Paz, têm que realizar um pequeno curso de direitos humanos e trabalhistas, e que precisam se comprometer a seguir essas normativas legais. Sem a anuência da Missão Paz, e sem ter de comprometer-se legalmente, o empregador estacionou sua camionete em frente às escadarias da Igreja Nossa Senhora da Paz e começou a chamar alguns migrantes. A dificuldade de comunicação e a grande quantidade de interessados, logo gerou uma pequena confusão. Após breves minutos, o empregador levou consigo 4 migrantes, sem passar pelos trâmites do recrutamento através da Missão Paz. Ficamos sabendo que a oferta era por trabalho na reforma de sua casa, a R\$70,00 por dia de trabalho.

A presença haitiana na Missão Paz motivou a criação, em 2012, de uma equipe dedicada ao recrutamento e acesso a trabalho, dentro de uma preocupação de conscientização tanto de empregador como do migrante a respeito dos direitos humanos e trabalhistas. Esses recrutamentos, nos quais muitas vezes o migrante é levado a outros Estados e ativa-se, com isso, a mobilidade interna da migração internacional, fez surgir um banco de dados sobre contratações, como revelado por funcionários da Missão Paz.

Migrantes do Haiti que estão atualmente trabalhando mencionam a importância das remessas enviadas aos familiares, e utilizadas, segundo as conversas, sobretudo para compra de alimentos, mas também para pagamento de aluguel, compra de medicamentos e ensino. Em um caso, o migrante esperava o pagamento da multa pela rescisão do contrato para poder liberar o corpo de seu pai, morto no Haiti, e realizar o funeral.

Alguns migrantes entrevistados solicitaram o número de telefone para continuar conversando. Há a necessidade de acompanhamento da situação laboral desses migrantes, uma vez que encontrar o emprego não garante as informações que o migrante necessita para encontrar e permanecer no emprego formal.

5.2 Nicho étnico da costura

As próximas conversas com migrantes foram selecionadas focalizando a questão do nicho étnico, considerando o aporte teórico do estudo. Conversamos com 10 trabalhadores migrantes do nicho étnico da costura, 8 bolivianos e 2 peruanos. As entrevistas aconteceram na Missão Paz, na Feira da Kantuta e no bairro do Brás.

No bairro do Brás pode-se notar a presença boliviana em toda a extensão da Rua Celso Garcia e proximidades, mas sobretudo na Rua Coimbra. Nesta, há inúmeros restaurantes, salões de beleza, casas de envio de remessas, lojas de roupas e casas de curandeiros, todos os estabelecimentos exclusivamente bolivianos. Cartazes nas portas destas lojas anunciam show de bandas peruanas, bolivianas e também mexicanas. Uma das bandas carrega o nome de “Los Fugitivos”.

Embora fruto de discriminação e segregação, a rua se abre à presença dos pesquisadores, aqui transformado em “estrangeiro”. No geral, as entrevistas com esses dois grupos migrantes foram mais fáceis, com migrantes mais abertos, cujas respostas são mais longas e expõem mais e melhor as condições de vida, trabalho e inserção sociocultural desses migrantes.

Sobre as entrevistas realizadas na Missão Paz, é importante destacar que todas as segundas e terças feiras o espaço oferece tratamento de acupuntura para trabalhadores que sofrem de dores no corpo em decorrência do trabalho na costura. Neste caso, as entrevistas foram feitas no momento de espera da consulta. Há migrantes que residem no Brasil há 20 anos, e outros que chegaram ainda em 2012 ao país. Trata-se de um fluxo com mais tempo de constituição, o que implica em uma rede de contratação diferente, como veremos.

O trabalho na costura é caracterizado por uma longa jornada de trabalho diária, com o pagamento mensal ou diário de acordo com o contrato de trabalho: formal ou informal. Para os trabalhadores que possuem registro em carteira de trabalho, o salário é pago mensalmente, com valores que oscilam entre 1 salário mínimo e R\$1.300,00. Por outro lado, para os trabalhadores que não têm registro na carteira de trabalho, o salário pode ser pago por dia, mas também, e esse é o caso principal, por peça. Há relatos de pagamento de R\$1,50 pela costura (camisas), R\$2,00 (peças maiores) e mesmo R\$ 0,25 (quando o trabalhador não costura a peça inteira, mas apenas uma parte dela, como a costura lateral das camisas, por exemplo).

O recrutamento ocorre através do contato feito por amigos, que falam das vantagens de se trabalhar no Brasil e compram, por fim, a passagem ao interessado. Esse já chega ao Brasil com a dívida da viagem e sem saber necessariamente costurar, há um treinamento aqui. À dívida da viagem soma-se o desconto no salário pela moradia, que se dá nas próprias oficinas de costura. Em geral, são prédios em que nos primeiros andares ocorre a costura e, nos andares de cima, os quartos. Em muitos casos, essas dívidas aprisionam, e há certa aceitação pelo fato de o patrão não poder “perder de vista” o trabalhador que ainda deve para ele. Há registro de parcelamento do valor pago por peça em 3 e 5 partes. No primeiro caso, as terças partes correspondem a moradia, comida e salário. No segundo caso, quatro partes são descontadas para pagamento da luz, da água, da comida e da moradia. Por fim, sobra 20%, que é o salário líquido que recebe o trabalhador. Há caso de migrante que trabalhou três anos em troca basicamente de comida.

A moradia é, portanto, um tema importante no estudo do nicho de trabalho da costura. Quando o migrante não mora na oficina, ele mora muito próximo a ela. Isso tem repercussões decisivas sobre a visibilidade, segregação e ocupação do espaço. O bairro do Brás, especialmente no entorno da Avenida Celso Garcia, é eminentemente boliviano – como o do Pari e do Bom Retiro, são peruanos. Na Rua Coimbra, há diversos outros serviços e nichos, como de restaurantes, casas de câmbio e de envio de remessas, salões de beleza e comércio ambulante. Todos essencialmente bolivianos.

O sistema de recrutamento opera, então, desde a origem, especialmente no caso boliviano. De modo que há relações de dominação no interior do grupo migrante, onde se observa nos bairros do Pari, Brás, Bom Retiro e Mooca situações diferenciadas para grupos migrantes: há bolivianos em situação de extrema

vulnerabilidade, como há bolivianos andando em carros de luxo. Algumas conversas indicaram ainda que algumas das oficinas são de propriedade de chineses.

As jornadas são de 12 a 16 horas por dia, para aqueles que não têm registro em carteira, e de 8 ou 9 para os que têm. Muitos preferem não ter o registro em carteira, pois como ganham por peça têm como receber salários maiores. Os descansos ocorrem entre o meio dia do sábado e a noite do domingo. As jornadas começam já entre as 05h e 06h da manhã. A migração ocorre diretamente de Lima ou La Paz para São Paulo.

Begnami (2014 p. 35) apresenta para o trabalho na costura em São Paulo essas características do sistema produtivo denominado sistema do suor, “que está fundamentado na subcontratação de serviços para pequenas células produtivas normalmente localizadas em residências e associadas à superexploração do trabalho, a jornadas exaustivas e a precárias condições de segurança e saúde”.

Leite et al (2017) em seu estudo sobre as novas formas de precariedade do trabalho na costura em São Paulo, destaca que “o conceito de precariedade refere-se, portanto, ao distanciamento em relação a esses direitos. Quanto mais o trabalho se afasta dessa estrutura salarial associada à estabilidade e aos direitos associados ao salário, mais ele é precário (p.53) [...] os baixos custos do trabalho passam pela acirrada competição entre as oficinas e a existência de um amplo mercado de produtos de confecção a baixos preços. É nesse contexto que, no caso do município de São Paulo, haverá um significativo crescimento das oficinas, das pequenas e microempresas, muitas das quais não regularizadas e empregando trabalhadores informais, entre eles muitos imigrantes indocumentados” (p.57).

5.3 Nicho étnico dos restaurantes

Neste nicho conversamos com funcionários migrantes de restaurantes étnicos, ou seja, restaurantes que preparam e servem comida típica do país de origem de seus proprietários. As entrevistas foram realizadas em restaurantes bolivianos, peruanos, africanos (camaronês e nigeriano).

Quanto às conversas com trabalhadores africanos, elas foram consideravelmente mais difíceis e respostas pouco profundas. Foi necessário explicar com exatidão a pesquisa, sobretudo para obter a anuência dos empregadores, dado que as entrevistas, em sua maioria, ocorreram nos próprios restaurantes, durante o intervalo para descanso dos trabalhadores.

O recrutamento se dá sempre no interior da rede migrante, salvo em um caso em que uma funcionária senegalesa trabalhava em um restaurante camaronês. Há diversos casos em que o histórico laboral do trabalhador do restaurante étnico inclui trabalhos em lan houses e locutórios, muito presentes na região em que se deram, predominantemente, as entrevistas: a região da República, em Campos Elíseos, Arouche e em torno às ruas da Aurora e Barão de Limeira.

Os restaurantes apresentam também a história e a cultura de seus países, sendo muito decorados. O restaurante Biyou’z, que é camaronês e se apresenta como afro, fica em local movimentado da Rua Barão de Limeira, e possui clientela não apenas africana como também brasileira.

Um dos entrevistados afirmou trabalhar mais e mais pesado que seus colegas brasileiros. No entanto, os funcionários são todos ou quase todos da mesma nacionalidade. Há predominância de registro na carteira de trabalho.

O empreendedorismo é citado de forma recorrente. Um dos migrantes entrevistados afirmou que abrir um negócio é a única alternativa de sobrevivência no Brasil. Seu caso pessoal confirma isso: era trabalhador em lan house e locutório e abriu sua própria empresa como restaurante. Há registro de experiência no ramo de restaurante ainda no país de origem. Há registros de ausência de equipamento de segurança ou de higiene, especialmente em casos em que o trabalhador atua na limpeza do estabelecimento.

5.4 Nicho étnico do comércio ambulante

Neste nicho pudemos conversar com migrantes de diferentes nacionalidades, desde bolivianos na Praça Kantura até senegaleses. O comércio ambulante se divide em mercadorias “importadas” de acessórios e eletrônicos até “mercadorias étnicas”.

Foram realizadas 8 entrevistas neste nicho étnico, marcado pela informalidade, com a presença de “bicos”, em especial aos finais de semana e fortes relações sociais somente com co-nacionais.

5.5 O Caderno de campo⁷³

A incursão a campo começou no dia 23 de Novembro de 2016 e finalizou no dia 22 de dezembro de 2016. Preliminarmente, interessou-nos começar pelos nichos econômicos que julgamos mais acessíveis, como os restaurantes étnicos da região do Largo do Arouche e os migrantes haitianos situados na Missão Paz e seu entorno, na baixada do Glicério.

A primeira ida aos restaurantes étnicos teve nas ruas Barão de Limeira e Aurora o principal destino. Ali, encontram-se restaurantes abertos por migrantes e refugiados de diversas nacionalidades e que vendem comida típica de seus países. A mistura de sabores, idiomas e temperos envolvem, sobretudo, peruanos, camaroneses e nigerianos. A região é caracterizada pelo contraste entre seus prédios antigos e suas lojas de motos modernas, acessórios e autopeças ali vendidas. No hiato deste contraste, abre-se espaço para comércio ambulante de migrantes nas calçadas e alguns restaurantes, dentro ou não de galerias.

Às 11h, como marcado anteriormente, entramos no Mercy Green, restaurante nigeriano situado na Rua Barão de Limeira, 33. Ali, temos nossa primeira entrevista, com um nigeriano de 37 anos que, apesar de residente no Brasil desde Fevereiro de 2008, exigiu responder às perguntas em inglês. Embora tenha carteira de trabalho desde sua chegada ao Brasil, ela nunca foi assinada. Os trabalhos realizados se inserem todos dentro de sua rede migratória: atendente em lan house e atendente em locutório. Atualmente, define-se como empresário, dono de sua própria lan house. Segundo ele, é difícil encontrar trabalho no Brasil que não seja abrindo o seu estabelecimento próprio. As conversas com migrantes africanos são bem difíceis de serem realizadas, sendo que o migrante diversas vezes reclamou alto sobre a conversa em seu idioma materno.

Ao lado do restaurante nigeriano, há outro, também étnico, o Biyou'z, restaurante camaronês, definido como afro, administrado por uma mulher. Em conversa por telefone com ela, marcamos a entrevista para os dias seguintes, com uma funcionária senegalesa do restaurante.

Fomos, depois, ao Rinconcito, restaurante peruano na Rua Aurora. No Rinconcito, somos orientados a conversar com o gerente. Todos os funcionários são peruanos, exceto a caixa e o próprio gerente, brasileiros.

A ida à Missão Paz traz a lembrança da semelhança com o Haiti, onde várias Madame Sara (senhoras que preparam e vendem comidas nas calçadas das ruas) ocupam as ruas do entorno da Missão Paz, na Baixada do Glicério. Soma-se a isso a enorme quantidade de jovens haitianos, homens e mulheres, conversando nas calçadas em frente às suas casas - no adensamento domiciliar excessivo que caracteriza essas moradias, a casa é quase inteiramente cama, sobrando a calçada como espaço de convivência.

Há, no pátio da Missão Paz, no mês de novembro de 2016, bem mais migrantes do vimos entre 2014/2015, quando a Migração haitiana tinha a importância da chegada pela fronteira. Naquele momento, os haitianos ainda não eram a maioria na população acolhida, mas sim os africanos, especialmente os angolanos e senegaleses. Agora, no entanto, as poucas oportunidades na fronteira e a crise econômica fizeram os

⁷³ Realizado por Luís Felipe Aires Magalhães e Camila Rodrigues da Silva

haitianos chegarem a São Paulo, em especial pelos espaços de acolhimento e de recrutamento para o trabalho.

Mais de 60 migrantes encontravam-se no pátio da Missão Paz, esperando uma oportunidade de trabalho que, caso ocorra, deveria ser apenas na quinta-feira (dia do feirão de emprego).

Conversamos durante mais de uma hora, com Pe. Paolo e José Carlos Pereira, na Missão Paz. Como parte desta conversa e da autorização para o trabalho nas dependências da Missão Paz, Padre Paolo e José Carlos falam-me que às segundas e terças feiras ocorrem as sessões de acupuntura com os trabalhadores migrantes da costura, bolivianos e peruanos sobretudo. A presença deles na Missão Paz nestes dias é um facilitador ao acesso a estes migrantes, pois na região em que se localizam as oficinas de costura (Brás, Pari e Bresser, principalmente) prevê-se, desde já, dificuldade na conversa, vide a longa jornada de trabalho e a precariedade do trabalho - praticamente impossível de ser acessado por um pesquisador.

Na Missão Paz também é possível conversar com migrantes da África. Os migrantes africanos estão inseridos nos nichos étnicos do trabalho como “ambulantes” e “trabalhadores de restaurantes étnicos”. A entrevista com o nigeriano na Barão de Limeira foi uma prévia da dificuldade em entrevistá-lo.

Neste período da tarde na Missão Paz, realizamos três entrevistas - duas com haitianos e uma com um angolano. As entrevistas com os haitianos são, a esta altura de envolvimento com esta Migração, mais fáceis do que eram há até pouco tempo. A ida ao Haiti, o conhecimento de algumas palavras em crioulo e, principalmente, a sensibilidade adquirida em reconhecer a abertura ou não a uma entrevista e até onde se ir em algumas perguntas, fazem com que o conjunto de dez entrevistas a se fazer com haitianos pareça, neste momento, bastante animador.

Próximo das 18h, já percebendo o esvaziamento do espaço da Missão Paz - com os migrantes e refugiados recolhendo-se ao interior dos espaços de acolhimento e os funcionários da Missão Paz retornando às suas casas - deixamos a Missão Paz e a Baixada do Glicério, subindo a Rua dos Estudantes rumo à estação do metrô da Liberdade. Neste trajeto, curto, há densidade da presença haitiana nas ruas do entorno, com a reprodução aqui de práticas sociais vigentes em Porto Príncipe, como a presença da Madame Sara, o comércio informal de rua e a aglomeração à frente das casas.

Ao anoitecer no Glicério, a caminho do metrô, vemos crianças e adolescentes que saem das escolas públicas da região, lojas que fecham enquanto outras abrem, migrantes que se reúnem do lado de fora de suas casas, e alguns haitianos que se avolumam em frente a um bar na esquina da Rua dos Estudantes com a Rua Dr. Tomaz de Lima para assistir a um jogo do Barcelona. A paixão que este povo tem pelo futebol segue viva em nosso país, e segue viva aqui no entorno da Missão Paz. Permanecemos alguns minutos assistindo o jogo junto a eles e percebemos certa insatisfação do dono do bar, com o grupo de haitianos que se aglomera em frente a seu bar e nada consome.

Atravessando a Rua Conselheiro Furtado, a paisagem social muda radicalmente: dos cortiços habitados por haitianos passa-se às lojas, restaurantes e mercados chineses, sul-coreanos e sobretudo japoneses. Tudo tão diferente e tão próximo.

Seguimos nos dias posteriores retornando à Missão Paz para as conversas com migrantes haitianos. Inicialmente, há de se registrar certa estranheza e curiosidade pela presença de pesquisadores que, munidos de pasta, prancheta e caneta, fomos frequentemente vistos como um provável empregador, e alguns migrantes se aproximam perguntando qual era a empresa. O esclarecimento da pesquisa, na maioria das vezes, opera como um convite à aceitação à participação na pesquisa. Não, é verdade, sem certa frustração por aquela não ser uma entrevista de emprego, ainda mais quando isto ocorria em uma quinta-feira de feirão de emprego na Missão Paz.

Em dias de feirão há, consideravelmente, mais migrantes haitianos no espaço da Igreja, mas, ultimamente, cada vez menos empregadores interessados. Nestes feirões, empregadores e migrantes participam,

no turno da manhã, de cursos, separadamente, sobre cidadania e direitos humanos e trabalhistas. Aos empregadores que concordam em seguir a legislação, o feirão retorna à tarde com a parte da contratação propriamente dita.

No que se refere ao espaço da Missão Paz, percebe-se que quanto mais próximo estava do espaço interno, mais facilmente se dava a concordância em participar da pesquisa. Nos espaços mais próximos da saída da Igreja Nossa Senhora da Paz ou mesmo fora dela, na Rua Glicério, a aceitação a participar da pesquisa foi mais difícil de se realizar. Em um dos dias de conversas, fomos procurado por um migrante haitiano que quer ser entrevistado. Ele é haitiano, mora no Brasil há cerca de um ano e meio, e quer terminar os seus estudos de psicologia aqui no país. Admira as pesquisas acadêmicas e se coloca à disposição para colaborar.

As conversas com latino-americanos forma no nicho de restaurantes com peruanos e trabalhadores de restaurantes étnicos, bem como bolivianos, trabalhadores da costura. As conversas com peruanos foram realizadas no restaurante Rinconcito Peruano, na Rua Guaianazes, e as entrevistas com bolivianos, na Missão Paz.

No Rinconcito, as histórias são muito semelhantes: peruanos que já estão no Brasil (ou o próprio dono do restaurante) convidam amigos e conhecidos para vir trabalhar aqui. Em geral, são trabalhadores que fizeram curso técnico ou superior de Gastronomia no Peru, e vêm para cá para trabalharem na cozinha do restaurante, que já tem seis unidades em São Paulo (três no centro e três em outras regiões). Outro ponto em comum é que a maioria deles mora nos arredores dos restaurantes do centro, em especial na Rua Guaianazes.

Como as conversas estavam agendadas para o horário que antecede o atendimento e o almoço dos funcionários, a recepção dos pesquisadores foi tranquila. Dois cozinheiros e uma atendente (que seria um cargo como de auxiliar de garçom, que só tira a louça suja da mesa e leva para cozinha) aceitaram compartilhar sua trajetória na pesquisa. Com 20 anos de idade, ela mora com a mãe em Campo Limpo, e leva duas horas para chegar ao trabalho (e outras duas para voltar) – ao contrário dos outros dois colegas, que moram a uma quadra do restaurante.

O cozinheiro mais experiente, que já está há três anos no restaurante, compartilhou o desejo de abrir seu próprio restaurante aqui no Brasil e deixar de ser empregado. O mais novo, porém, pensa em voltar ao país de origem daqui alguns anos. A mulher, que chegou há menos de um ano, ainda não sabe como vai planejar seu futuro. Todos reclamam do custo de vida aqui no Brasil (cuja referência é São Paulo), em especial do aluguel e do transporte; o salário deles varia entre um salário mínimo e R\$ 2.000,00 (para o cozinheiro mais experiente).

Do outro lado do centro, está a Missão Paz, que oferece, às tardes de segunda e terça-feira, tratamento a trabalhadores migrantes da costura, através de sessões de acupuntura. Essas sessões, pelo que pudemos perceber, duram pouco mais de 30 minutos, e, pelo menos com o grupo que conversamos, são muito bem avaliadas. As sessões ocorrem em consultório no segundo andar do prédio da Missão Paz, onde estão, também, a coordenação da Missão Paz e da revista Travessia. De imediato, chama a atenção a enorme disponibilidade e abertura dos trabalhadores da oficina que frequentam essas sessões de acupuntura - não só bolivianos como também peruanos. As respostas foram consideravelmente mais amplas, e revelaram aspectos mais íntimos de suas vidas, como a relação com os familiares, com os brasileiros e os problemas no trabalho. O domínio do português é claramente maior, sobretudo em razão do fato de estarmos tratando de um fluxo mais antigo e consolidado em São Paulo. Também isto estabelece uma relação mais próxima, de maior esclarecimento sobre os objetivos da pesquisa e o anonimato. Alguns dizem já ter participado de outras pesquisas acadêmicas.

No geral, neste primeiro dia de entrevista com trabalhadores da costura e também nos demais dias, as entrevistas com esses dois grupos migrantes (bolivianos e peruanos) foram mais fáceis, com migrantes mais abertos, cujas respostas são mais longas e expõem mais e melhor as condições de vida, trabalho e inserção sociocultural desses migrantes.

Para as conversas com o nicho étnico do comércio ambulante, conseguimos um contato com um migrante refugiado colombiano que trabalha como ambulante vendendo comida. Ligamos dois dias antes para agendar a conversa, e combinamos de nos encontrar na casa dele, no Sacomã, zona sul de São Paulo (SP), em um sobrado, onde moravam três famílias: ele, o filho de 12 anos e um sobrinho de 18; a dona da casa e seu marido; e um casal que alugava um dos quartos.

A entrevista aconteceu na sala da casa. Começou contando que chegou ao Brasil pelo Acre no dia 31 dezembro de 2014. Ele saiu da Colômbia tanto por condições econômicas quanto por estar sendo perseguido pelo narcotráfico; trabalhava em uma empresa de monitoramento de prédios. Ele seguiu contando sua trajetória como ambulante desde que chegou na capital paulista, de vendedor de água no Vale do Anhangabaú a vendedor de comida típica colombiana em feiras e eventos. Ele também vende camisetas estampadas pela internet para complementar a renda.

Quando chegou a São Paulo, ele ficou abrigado por seis meses no Centro de Referência e Atendimento para Migrantes, na Rua Japurá, na Bela Vista. De lá, foi para a Adus - Instituto de Reintegração do Refugiado, que fica na Avenida São João, também no centro da cidade. Ele contou que, logo que chegou, quando ainda morava no centro, não podia deixar o filho sozinho na pracinha próxima de sua casa porque o menino apanhava de outras crianças simplesmente por ser estrangeiro – mesmo sendo branco, loiro e com olhos claros. Migrantes de outros países nos deram relatos parecidos sobre seus filhos. Disse que só tinha um amigo colombiano, mas se relacionava com brasileiros e migrantes de outras nacionalidades. Seu plano é ficar no país por cinco anos e depois ir para outro país, mas não falou qual.

As conversas na Praça Kantuta, situada no bairro do Canindé, zona norte de São Paulo (SP) foram com bolivianos que trabalham tanto na costura quanto como ambulantes na feira. A Praça é o segundo ponto de encontro da comunidade boliviana, o primeiro é a Rua Coimbra, no Brás. Ali, acontece a feira semelhante todos os sábados. Outra é que grande parte dos ambulantes da feira trabalham na costura durante a semana -- em jornadas de trabalho que são de, pelo menos, 12 horas diárias --, e usam o fim de semana para gerar uma renda extra.

A feira ocupa toda a praça que também tem uma quadra de futebol. Lá, migrantes e seus filhos brasileiros jogam bola; outras pessoas assistem da tela que a cerca. Nas barracas vendem-se roupas, sapatos, comidas salgadas e doces, e artesanato. Em algumas paredes na rua, também há papeis afixados com divulgação de vagas de emprego, normalmente na costura. Há visitantes brasileiros, mas a maioria dos frequentadores é formada por bolivianos, tanto os que moram naquela mesma região quanto os que habitam o Brás.

Conversamos com dois bolivianos filhos de migrantes. Conversamos também com um artesão de 75 anos, que trabalha principalmente com peças de ligas de metal e também se define como praticante do xamanismo. A primeira vez que ele veio da Bolívia ao Brasil foi em 1957, com 14 anos. A última foi em 1996, quando decidiu ficar no país definitivamente. Ele afirma nunca ter tido carteira assinada –sempre foi autônomo. “Nunca precisei de carteira”, “Sempre me dediquei à arte e à cultura; música, palestra, teatro... Sempre faço eventos em clubes e feiras”.

Ainda nesta conversa, ele afirma que “os bolivianos odeiam suas próprias raízes” e que muitos têm preconceito com religiões indígenas. “Ele define o xamanismo como um “meio de ter independência espiritual, curar mazelas espirituais” e de alcançar “um poder individual, acima de todas as religiões”.

As barracas de comida típica na Kantuta fornecem, principalmente, frango, porco, diversas espécies de batatas e milho branco (choclo). Em uma das barracas conversemos com uma mulher de menos de 30 anos, que seria a proprietária e expliquei a pesquisa. Ela, que é brasileira e filha de bolivianos, foi muito solícita e indicou seu marido para a entrevista. O rapaz conversou abertamente e de bom grado. Contou que chegou ao Brasil solteiro, há cinco anos vive com os dois filhos, a sogra e a esposa, donas da barraca onde estamos, e que os três trabalham na oficina de costura que têm em sua própria casa, ali mesmo no Canindé. Ele não revela o nome das lojas para onde costuram, mas afirma que trabalham “horário

normal”, das 8h às 21h, de segunda à sexta. Os sábados são de folga, e o domingo, de trabalho na Kantuta. Ele tem vontade de voltar para a Bolívia, mas a esposa, brasileira, não quer.

Duas barracas ao lado desta, conversamos com um rapaz boliviano de pouco mais de 40 anos, dono da barraca de comida, que aparenta ser mais profissionalizada que a anterior. Trabalha só com comida atualmente (de vez em quando, pega uns freelancers de “peça-piloto”, que é um protótipo de uma peça que será reproduzida; esse trabalho é mais bem remunerado do que a reprodução de roupas).

Já viveu condições análogas a escravidão na costura assim que chegou ao Brasil, no início dos anos 2000. Assim como outros bolivianos, atraído por uma oferta de emprego “vantajosa” na costura. “Eu sabia o que acontecia com quem vinha ao Brasil, mas sabe quando você faz uma coisa pela tentação, sabendo que tem grande chance de dar errado? Eu aceitei, e não foi nada do que me prometeram”. No primeiro trabalho, que ele acertou ainda na Bolívia, pagaram metade do prometido, e ele ainda ficou endividado. Demorou três meses para receber o primeiro salário, não tinha carteira assinada. A situação melhorou um pouco no segundo trabalho, onde pelo menos pagaram o que prometeram, mas ainda sem carteira assinada, e durante extensas jornadas de trabalho. Em seguida, trabalhou formalizado em uma oficina, de coreanos, e sua jornada era de oito horas, com todas as condições do regime CLT. Na quarta e última oficina onde trabalhou, também de coreanos, conquistou uma boa reputação e, quando decidiu sair para se dedicar a empreender, ele continuou trabalhando como *freelancer* de costura apenas para complementar a renda.

Percebi, pela cronologia, que as oficinas de coreano começaram a registrar seus funcionários em carteira por volta de 2006, após muitas denúncias ao Ministério Público do Trabalho e ao Ministério Público Federal, algumas delas resultando na prisão de coreanos donos de oficina.

Ele conta que, nestes anos, casou e teve filhos, que já estão adolescentes, em fase de prestar vestibular. Agora, por conta da crise, ele preferiria voltar para a Bolívia, mas que nenhum de seus filhos nem sua esposa estão dispostos a deixar o Brasil.

Na Missão Paz conversamos com uma mulher peruana que vive há mais de década no Brasil. A costura faz parte da sua vida neste período: entre um trabalho e outro, significa uma certeza de dinheiro mesmo nos momentos mais difíceis. Mas não é uma relação agradável: mais que solução, a costura é, para ela, a única saída possível. Conta que foi um amigo que a contratou, ainda em Lima, no Peru. Ela não sabia costurar direito: vinha de uma família privilegiada, de modo que ela não precisava trabalhar desde a adolescência. Esse amigo a convenceu, mas quando chegou a São Paulo, sem conhecer a cidade, com dificuldades em relação ao idioma e ao convívio social, viu-se obrigada a trabalhar para pagar os custos da passagem a esse amigo.

Somente após três anos de trabalho ela conseguiu quitar essa dívida e ver-se livre da obrigação de trabalhar para o amigo, já convertido então em patrão. Ela saiu então da costura, e começou a vender comida típica peruana, no que obteve um sucesso rápido, abrindo um restaurante peruano no centro de São Paulo. Ela diz que isso tudo foi antes da “febre dos restaurantes peruanos”, fator que é estimulado nos acordos bilaterais entre Brasil e Peru através do reforço da cultura peruana⁷⁴. Diferente dos outros restaurantes, segundo ela, o seu contratava brasileiros e cumpria integralmente com os deveres trabalhistas. Com isso, a pressão da concorrência, que segundo ela não cumpria com esses deveres e empregava apenas trabalhadores peruanos, começou a prejudicar o seu restaurante. Ela faliu, perdeu suas economias e inclusive a sua casa - e foi despejada, tendo de viver na rua, com seu filho, à época pequeno.

Após alguns meses, ela vai morar na Ocupação Marrocos - antigo Cine Marrocos, e atual segunda maior ocupação vertical de São Paulo. Nesta ocupação, segundo ela conhece o lado mais cruel do esquecimento social, das dificuldades econômicas e da discriminação étnica e também social. Mesmo quando conseguia algum emprego temporário, quase sempre em costura, ela tinha dificuldades e sentia preconceito

⁷⁴ Baeninger e Mesquita (2015)

quando dizia onde morava. Eventualmente, trabalhou em lugares em que a empresa a buscava em casa, e ela nunca ficava em frente à Ocupação Marrocos, mesmo que fosse mais rápido e fácil. Desenvolveu depressão, alternava momentos trabalhando na costura e desempregada.

Nos últimos anos, a migrante peruana intensificou o trabalho na costura. Em razão da necessidade de ficar mais perto do filho, que passava por momentos ruins na escola e sofria seguidamente discriminação que terminava em brigas com os colegas de colégio, optou por trabalhar sem carteira, e morar na oficina, junto com o filho. Optou por não ter direitos, mas ter o “direito” de estar mais tempo com o filho. Também por essa escolha, poderia trabalhar mais horas e obter com isso maior remuneração. Optou, enfim, pela informalidade.

Esta migrante é a expressão de um fluxo que, por estar historicamente mais definido e ter construído já seus importantes espaços e mecanismos de expressão cultural e política, sabe melhor como funciona a sociedade de acolhimento. Falam mais, expõem mais. Já construíram a narrativa de si mesmos, sobre si mesmos. Não significa isso que não haja dúvidas, pelo contrário: vigora entre eles um enorme e pesado desconhecimento sobre seus direitos, que embora muitas vezes pareça resignação sobre sua situação, em essência é ausência de informações. Há redes de exploração dentro da própria comunidade em processos de recrutamento que ocorrem ainda em Lima ou La Paz, seja no destino, em que entregam sua vida a patrões compatriotas em precárias instalações têxteis, há pouca mediação com atores brasileiros. Nos casos em que essa comunidade interage com outra no âmbito de suas práticas laborais, essas outras são frequentemente migrantes, como revelam os peruanos e bolivianos que trabalham em oficinas e restaurantes de chineses e árabes.

Nos arredores da Missão Paz identificamos estabelecimentos de migrantes haitianos. Nenhum deles existia há mais de três anos. São resultado já da presença e do esforço que fazem para sustentar a si e a suas famílias. Salões de beleza, restaurantes e pequenas vendas improvisados dentro de galerias e estacionamentos; mercadinhos, agências de remessa de dinheiro e locutórios. De haitianos para haitianos. Pequenas bandeirinhas do Haiti dividem espaço com gravuras de paisagens do país e retratos de jogadores de futebol como Neymar, Messi e Cristiano Ronaldo. Vários migrantes haitianos não quiseram conversar conosco nesses estabelecimentos.

Conseguimos conversar, ainda na Missão Paz, com migrantes africanos, trabalhadores de restaurantes, recém-chegados ao Brasil. Também conversamos com um migrante latino (peruano) e, como hoje não é dia das sessões de acupuntura, buscamos saber a razão de sua presença. Ele está acompanhado de seu filho, uma criança de 6 anos com paralisia nas pernas. Seu filho é a razão de sua presença na Missão Paz: busca aconselhamento jurídico pois foi a um serviço da Associação de Apoio à Criança com Deficiência em São Paulo e não pôde ter seu filho atendido - segundo ele, pela criança não ser brasileira. A criança, brasileira, aguarda há meses atendimento, e o pai estava já certo de que a demora é em razão de preconceito.

Enquanto conversávamos, outro migrante peruano se aproxima. Ele é médico, seu último país de residência foi a Venezuela, de onde saiu por conta da enorme crise no país. Ao Brasil veio através do Programa Mais Médico - mas sua alocação foi cancelada tão logo chegou ao Brasil. Fazendo pequenos bicos em São Paulo e morando ainda na Missão Paz, ele busca emprego segundo sua qualificação. Descobre a cada dia a dificuldade de mostrar que além de braços, ele tem uma história, uma formação profissional. O único trabalho tido por ele como decente, embora muito distante de sua qualificação, foi preenchendo uma planilha de Excel em uma empresa de seguros de um senhor que conhecera na rua. Durante o trabalho, no qual almoçava e jantava, podia ausentar-se para distribuir currículo.

As entrevistas na Rua Coimbra traz uma nova paisagem, onde pessoas do Brasil inteiro vêm a esta região de São Paulo para comprar roupas, tecidos, óculos, relógios e tantas outras mercadorias para revender em suas cidades - ou mesmo em outras regiões de São Paulo. Mas se nota rapidamente a diversidade de nacionalidades em torno ao comércio, formal e informal, de mercadorias. Disso, destacam-se os históricos proprietários árabes de lojas de tecidos, lojas com costureiros bolivianos e peruanos, que

produzem as roupas vendidas por eles nos finais de semana e pela presença expressiva de ganeses, gambianos, tanzanís e, sobretudo, senegaleses. As calçadas estão inteiramente ocupadas por esses vendedores e há também grandes galerias em que outros vendedores, mais formalizados, vendem as mesmas mercadorias - estes em sua maioria aceitando pagamento em cartão.

Brasileiros passam segurando imensas sacolas de compras. Não são necessariamente para si, mas para a revenda, em suas cidades e em outros bairros de São Paulo. Passando a avenida Celso Garcia, no sentido da rua Coimbra, vamos prestando atenção nos migrantes vendedores e a como se dá a negociação sobre as mercadorias. Ao avistar o Templo de Salomão notamos que a predominância dos migrantes africanos vai dando lugar à predominância latino-americana: surgem, então, os primeiros estabelecimentos, aqui especialmente salões de beleza, de peruanos e bolivianos, as “peluquerías”. Na Rua Bresser, estes estabelecimentos dão lugar às lojas de tecido, pano e as sacarias, bem como alguns bares e serviços de cópia de documentos - voltados, estes, para o público migrante, com propagandas para a regularização da situação de permanência deles no Brasil.

Na Rua Coimbra, tudo muda radicalmente. Os estabelecimentos são pequenos, mas vários: bares, restaurantes, salões de beleza, mercadinhos, curandeiros, agências de remessas para o exterior, lojas de roupas e inúmeros vendedores nas calçadas, sobretudo de comida. Cartazes nas portas de estabelecimentos e muros anunciam show de bandas peruanas, bolivianas e a atração principal, do México. Os shows aconteceram na própria Rua Coimbra, e toda a sua divulgação é feita em espanhol.

Paramos em um restaurante boliviano. Empreendimento de bolivianos para bolivianos, o restaurante anuncia ser “criado para seguir el más alto padrón de higiene y calidad de los platos, preparados en la hora con mucho esmero, pra darle todo el sabor de la verdadera comida típica de Bolivia”. Dado que está aberto das 7h às 20h, o ponto é também local de encontro da comunidade boliviana. Por isso, é espaço de divulgação de outros empreendimentos bolivianos: seu panfleto convida para sintonizar a rádio “La Casa Vieja”, especialmente o programa “Vuelo Andino”. Abundam cartões da LAL - Viagens e Turismo. Outro panfleto divulga os serviços de “Doña Lidia - Realiza Trabajos Espirituales - Negocios, Casa, Auto, y se pasa misas. Abre Caminos. Ayuda en general”.

Com a autorização da gerente do restaurante, realizamos uma conversa com um funcionário do restaurante. Embora esteja no momento trabalhando em restaurante étnico, suas experiências laborais anteriores apresentam o trabalho anterior na costura. Relata como era seu trabalho na costura e como ele lhe trouxe dores no corpo, que ainda sente, mesmo anos depois. Fala-me das questões culturais, e de como gosta da Rua Coimbra aos sábados, quando tem mais movimento, mais comércio, mais gente de seu país.

A presença boliviana vai diminuindo à medida que nos aproximamos das estações de metrô do Bresser e do Brás.

As conversas na região do Paraíso, especialmente na Avenida Paulista e na rua 13 de Maio, foram com migrantes vendedores ambulantes, sobretudo peruanos, mas neste momento as conversas precisavam contemplar a presença senegalesa no comércio ambulante.

As entrevistas nos salões de beleza foram em dois salões bolivianos. A rede de salões de beleza (são três nesta região), chama-se “Peluquería Punto Viva Roly”.

Em outro salão de beleza, o proprietário boliviano, delega a uma funcionária que converse conosco. Outra entrevista em um salão de beleza foi com um cabelereiro venezuelano de 25 anos, que está sem documentação no Brasil e trabalha em um salão no começo da rua Coimbra. O rapaz, nascido em Caracas, conta que veio da cidade de Puerto Ordaz por conta da crise. Lá era taxista e trabalhava na livraria do pai. O salão onde trabalha é de um boliviano e também é a casa onde mora. Sem contrato de trabalho ou carteira assinada, ele recebe 50% do valor dos cortes de cabelo e colorações – em troca, não paga aluguel. Por isso, apesar de ter uma folga semanal, prefere trabalhar para aumentar sua renda, que chega a R\$ 1200 por mês.

Sua trajetória é bem diferente, pois a primeira cidade de destino após ultrapassar a fronteira foi Mogi das Cruzes (SP), onde trabalhou como agiota para um colombiano. Ele ganhava bem, mas como tinha que lidar com dinheiro vivo, escolhia sair pouco de casa por segurança e se sentia muito preso. Após dois meses e meio, ele desistiu do trabalho e virou caixa de uma casa de prostituição na mesma cidade. Lá, ganhava R\$ 10, moradia e comida. Ficou por cinco meses nesta função. Decidiu então ir para Bertiooga, onde conseguiu um emprego de cabelereiro e desenvolveu um ofício que era hobby na Venezuela. O problema é que era mal remunerado. Por isso, em 2016, decidiu ir para São Paulo. Ele revela que o objetivo dele é permanecer mais quatro anos no Brasil para se preparar para ir embora para os Estados Unidos, ou seja, aperfeiçoar-se profissionalmente, falar inglês e ter todos os documentos.

Ao final da Rua Coimbra, existe o Centro Integrado do Migrante. Em sua entrada, há bandeiras do Peru, Paraguai, Haiti, Bolívia, Japão, União Europeia e Estados Unidos. Há migrantes buscando os serviços oferecidos, como envio de dinheiro ao exterior, abertura de conta bancária, pagamento de boletos, empréstimos, compra de passagens aéreas e ofertas de emprego, além de assessoria jurídica e atendimento médico e odontológico. É onde se localiza também a Associação de Residentes Bolivianos, entidade que existe há mais de 46 anos em São Paulo e atualmente dedica-se, sobretudo, ao tratamento médico de migrantes bolivianos - segundo a Associação, a principal demanda da comunidade boliviana na cidade.

Nas paredes do Centro Integrado, inclusive dentro do banheiro masculino, há ofertas de curso de qualificação e de postos de trabalho, sobretudo na costura, "trabalho registrado". Conversamos com um migrante peruano, que espera para ser atendido em um stand de concessão de empréstimo pessoal. O fato de um migrante estar conversando conosco chama a atenção dos funcionários do Centro. Uma fiscal se aproxima e questiona que tipo de serviço estou oferecendo, sem identificação. Explicamos a pesquisa, no que a funcionária assente, gentilmente, com a utilização do espaço para tal finalidade.

As visitas exploratórias a campo permitiram também presenciar a comercialização de produtos vindos da Bolívia para um mercadinho. Quase uma semana de viagem, para trazer os alimentos e utensílios de seu país de origem. Confirmam que há produtos bolivianos que só podem ser encontrados aqui, neste mercado, e em nenhum outro lugar em São Paulo. Abundam, na Rua Coimbra e suas esquinas, as agências de envio de remessas ao exterior, com serviços específicos aos migrantes bolivianos.

No restaurante El Huaco conversamos com dois cozinheiros peruanos. Jovens e recém-formados em gastronomia no Peru, eles vieram ao Brasil com o intuito definido de trabalhar em restaurantes peruanos. Aqui no El Huaco consideram sua situação privilegiada em relação a maioria dos migrantes peruanos em São Paulo, que têm trabalhos precários e insalubres. Um dos cozinheiros mora no Brás, vizinho aos trabalhadores do Rinconcito o outro vive aqui mesmo no entorno da Fradique Coutinho.

Conversamos também com uma cabeleireira, que durante mais de uma década trabalhou na costura, é uma migrante boliviana que também é proprietária do negócio, mas não do imóvel, o qual pertence a outro boliviano, segundo ela. O valor do aluguel representa, segundo ela, um pesado custo em suas despesas, significando muitas vezes comida a menos para ela e seus dependentes. Perdeu já completamente o vínculo com os familiares na Bolívia, mas não a vontade de retornar, apenas por visita, para seu país de origem. Nos sábados, dia de maior movimento no salão, ela emprega um funcionário. Evita brasileiros, quem, segundo ela, trabalham pouco e querem ganhar muito. Atualmente, emprega um jovem venezuelano.

Para aumentar um pouquinho a renda, possui uma pequena vendinha de utilidades (produtos de beleza, caneta, caderno e doces) na entradinha de seu salão. Ela repete gostar muito da vida que tem atualmente, apesar das dificuldades e preconceito, uma constante, segundo ela - o termo "baixinho" é dito como palavra de discriminação contra ela.

As visitas exploratórias no Brás permitiu a conversa com um migrante de São Tomé e Príncipe. Embora tenha sido uma entrevista difícil, conversamos na Galeria Feira de Salomão, um espaço destinado a

vendedores, muitos dos quais também ambulantes, mas que por terem acessado certa documentação conseguem vender suas mercadorias neste espaço. As mercadorias são as mesmas que são vendidas na calçada, a preços um pouco superiores, em razão do maior conforto da galeria e da possibilidade de pagar com cartão nestes stands. O migrante veio ao Brasil há pouco mais de um ano, não para trabalhar ou em busca de uma vida melhor, mas sim por solicitação divina, segundo ele: a Igreja Mundial do Poder de Deus o apresentou uma missão no Brasil e por isso ele veio para cá. Faz questão de destacar que tinha uma vida confortável em São Tomé e Príncipe, e que veio ao Brasil ajudar outras pessoas. Participa diariamente das atividades da Igreja e no sábado distribui comidas e roupas à população de rua no Largo da Concórdia. Assim que terminar sua missão no Brasil, retornará a seu país e seguirá pelo mundo realizando outras missões. Perguntado sobre outras pessoas de seu país em São Paulo, ele me diz que conhece apenas mais um, que também mora no Brás.

Na mesma galeria, conversamos com um migrante de Gana, igualmente desconfiado, embora muito orgulhoso de suas mercadorias. A comunidade migrante ganesa em São Paulo é significativa, embora não tão grande quanto a senegalesa e a haitiana. Ele compra as mercadorias em feirões que acontecem no próprio Brás. Orgulha-se, também, de diferenciar-se dos demais vendedores e aceitar pagamento com cartão. No comprovante de pagamento do cartão de crédito encontramos como razão social da loja “Network Clothings”, que sugere ser o ganense apenas um revendedor de uma estrutura de produção e comercialização de roupas e outras mercadorias muito maior.

Impossível foi conversar com migrante vendedor ambulante de calçada, predominantemente senegaleses. Diferente de qualquer outro nicho, neste (vendedores ambulantes de calçada no Brás), estão os senegaleses recém-chegados, sem qualquer domínio do português. Tudo o que falam é o preço das mercadorias - muitas vezes gesticulado, e não falado. Foram mais de 30 recusas de entrevistas. Outra razão é que, mesmo em um contexto de domínio da língua, esse ambiente é exageradamente concorrencial: vendedores amontoam-se sem espaço de calçada entre um e outro, vendem as mesmas mercadorias, disputando clientes também apressados. Não há qualquer tempo a se dedicar a uma conversa nestas condições. Vimos que ao final da tarde um lanche é dado aos vendedores ambulantes senegaleses que se avolumam nas calçadas da Celso Garcia. Servido a um grande número e num mesmo horário, isto sugere que exista alguma prática associativa dentre eles para prover esse lanche (o que é pouco provável) ou uma relação de contratação ou subordinação que, mediante o trabalho na venda de mercadorias, há fornecimento de alimentos aos vendedores (o que parece mais provável). Quem distribui o lanche não é, registra-se, senegalês.

Nos grupos africanos, o tema do empreendedorismo e a verbalização de que “no Brasil é preciso ter seu próprio negócio para sobreviver” é muito forte.

A observação das práticas de compra e venda, da enorme circulação de trabalhadores migrantes carregando sacolas imensas de mercadorias saindo do Brás e através do metrô e de uma massa de pessoas de várias regiões do país, em ônibus e vans fretados, indicam a grande importância relativa ao Brás no circuito comercial não apenas de São Paulo. Mas pelo menos nessa região, a estratégia de pesquisa deve contemplar não apenas a aplicação dos questionários como também um amplo trabalho de observação, para decifrar, dentre tanto movimento, pressa e competição, o elemento que organiza as relações de fornecimento de trabalho em cada uma das diversas etapas da “vida” da mercadoria. Do recrutamento de trabalhadores para a oficina, ainda em Lima e La Paz, à venda final da mercadoria nos feirões, lojas e lonas ambulantes, há um só processo acumulativo, mundializado não apenas por que envolve trabalhadores de várias nacionalidades, mas sobretudo por que envolve essas nacionalidades desde sua origem, para prover a mão de obra barata, produtora e vendedora de mercadorias baratas, que são vendidas, ainda baratas, em outras regiões do Brasil.

Na região da Av. Paulista conversamos com um vendedor ambulante senegalês, ele mora há mais de dois anos no Brasil. Já trabalhou no interior do Rio Grande do Sul (Marau e Passo Fundo) em frigoríficos. Com o crescimento do desemprego nessa região, veio a São Paulo. Suas mercadorias

(óculos de sol) são vendidas em várias localidades, mas sempre no entorno da Av. Paulista. Diz que já teve toda a mercadoria apreendida pela fiscalização, razão pela qual evita andar com ela por São Paulo. Os óculos são comprados no Brás e guardados em sua casa. Segundo ele é importante saber o idioma, para poder vender suas mercadorias em outros lugares. Diz que nem todos os senegaleses compram pessoalmente suas mercadorias: muitos apenas vendem as mercadorias que lhes são entregues e recebem um pagamento ao final do dia, nesses casos não necessariamente falam o idioma, são os recém-chegados.

Em outro dia, voltamos a encontrar este migrante, ele estava na Praia Grande, litoral sul de São Paulo, vendendo suas mercadorias aos veranistas da cidade; os colegas da casa também fizeram isso, e que é comum dentre os senegaleses tal mobilidade.

Conversamos também com alguns refugiados sírios que já têm aberto restaurantes e bares étnicos no bairro de Santana. Nosso pré-levantamento havia identificado alguns empreendimentos sírios nas ruas do bairro, especialmente na Rua Dr. César, perto do terminal de Santana. Conversamos no restaurante Ali BaBar e na Casa Narguille, uma loja que serve café sírio e vende uma infinidade de produtos relacionados ao narguilé.

Na Casa Narguille, um jovem refugiado sírio logo se apresenta e a conversa rapidamente revela que ele também é uma referência da comunidade na região. Falou do terror da guerra em seu país. Mesmo sendo de Damasco, onde a guerra não tem sido tão devastadora como em Aleppo, ele teve de vir ao Brasil, embora ainda tenha parentes na Síria. No Brasil, trabalhou como veterinário especialista em corte de carne halal, segundo as normas do islamismo, em frigoríficos do Mato Grosso. Após um ano e meio neste trabalho, muda-se para São Paulo. Não envia remessas a seus familiares, pois não é por razões econômicas que veio ao Brasil.

No Ali Babar conversamos com outro refugiado sírio, que foi jogador de futebol na Síria, e que aqui em São Paulo inicialmente trabalhou em negócios de outros sírios mas, depois de poupar um pouco de dinheiro e receber empréstimos de outros sírios, abriu uma banca de revistas mais próxima do centro da cidade.

Essas visitas a campo revelam que, mais que qualquer outro grupo entrevistado até o momento, o grupo sírio conta com uma ampla rede, historicamente já estabelecida em São Paulo, que facilita o processo de chegada, acolhimento e inserção social e laboral.

Conversamos com um refugiado que era engenheiro na Síria, e veio com a família ao Brasil com o agravamento da guerra em seu país. No Brasil, seus primeiros empregos foram na mesma área em que atuava na Síria, ou seja, como engenheiro civil. Novamente, percebe-se a existência de laços étnicos mais fortes de ajuda mútua logo no estabelecimento do refugiado em São Paulo. O migrante percebeu, no entanto, na comida típica da Síria uma oportunidade de renda para si e sua família. Através de uma campanha de financiamento coletivo, obteve a quantia necessária para abrir seu restaurante. Conhecido na mídia pela campanha de financiamento, seu envolvimento cultural e presença em diversos projetos e programas de televisão, o migrante não tem nenhuma desconfiança sobre a conversa e responde com a prática de quem tem participado de muitas outras pesquisas acadêmicas. Conversamos também com seu filho, que trabalha no restaurante nos dias em que não está na escola.

Percebemos, nessa região, a enorme presença de refugiados sírios recém-chegados, e uma desconfiança característica, manifestada imediatamente com gestos que indicam “não sei falar o idioma”. Também é aqui que conhecemos e convivemos outros migrantes como os chineses, sul-coreanos, japoneses, senegaleses, haitianos, peruanos e bolivianos. Da região, partimos novamente ao bairro de Santana, em que uma entrevista marcada com um refugiado sírio funcionário do Ali Babar. O entrevistado é um jovem, que se define como o melhor cozinheiro de comida árabe de São Paulo - a quem são feitos, segundo ele, muitos convites para trabalhar em outros lugares. Ele repete também a importância de se retribuir com a ajuda prestada assim que o refugiado sírio chega à São Paulo.

■ Visitas a campo

Para o conjunto da pesquisa exploratória de campo consideramos as 19 entrevistas realizadas na fase de pré-teste e as outras 52 entrevistas realizadas na pesquisa exploratória com migrantes nos nichos étnicos da costura, restaurante, salão de beleza, comércio ambulante geral, comércio ambulante étnico (Quadro 3)

Quadro 3. Entrevistas realizadas segundo país de nascimento do entrevistado

País de Nascimento	Número de Entrevistados(as)
Haiti	27
Colômbia	1
St Tomé e Príncipe	1
Nigéria	1
Gana	1
Venezuela	1
Equador	1
Iraque	1
Guiné	1
Senegal	2
Angola	2
Síria	5
Peru	8
Bolívia	19
TOTAL	71

Fonte: OIT (2017). Pesquisa de Campo em São Paulo.

As análises segundo a ocupação laboral dos migrantes e sua inserção no mercado formal e informal de trabalho, sua trajetória migratória e ocupacional, as condições no trabalho, salário, dentre outras possibilitaram a seguinte categorização das ocupações (Quadro 4) dos migrantes entrevistados neste estudo de acordo com:

1. Ocupações da estrutura do mercado de trabalho brasileiro (formal e informal)
2. Ocupações do nicho econômico para migrantes
3. Ocupações do nicho étnico

Quadro 4. Categorização das Ocupações dos Migrantes entrevistados

1. Ocupações da estrutura do mercado de trabalho brasileiro (formal e informal)	2. Ocupações nicho econômico para migrantes	3. Ocupações do nicho étnico
Ambulante (geral)	pedreiro	Ambulante – mercadorias étnicas
Serviços gerais (limpeza/manutenção/reposição de mercadorias)	Ajudante de pedreiro	Venda de comida étnica
Professor de Inglês - autônomo	Serviços da construção civil (pintor/marceneiro)	Ajudante de cozinha/ajudante de garçon/copeira em restaurante étnico
Engenheiro		Cozinheiro em restaurante étnico
“Bico”		Cozinheiro/entregador/garçon em restaurante de outra etnia
		Proprietário de loja/comércio/restaurante étnico
		Cabeleireiro salão étnico
		Cabeleireiro salão de brasileiro
		Vendedor/garçon/atendente em estabelecimento étnico
		Atendimento Lan house/locutório
		Frigoríficos
		Costura

Fonte: OIT (2017). Pesquisa de Campo em São Paulo.

As análises advindas dos formulários de pesquisa aplicados nas 71 entrevistas com migrantes na cidade de São Paulo permitiu a elaboração do ‘Diagnóstico das Condições Sociolaborais de Migrantes Internacionais na cidade de São Paulo’, a partir da categorização das ocupações. Este Diagnóstico traz a sistematização de todas as perguntas que constaram no formulário de entrevista, de modo, a ir construindo os resultados que possibilitem alcançar os objetivos em consonância com os pressupostos teóricos, bem como indicar elementos que contribuam para análises e considerações acerca dos resultados da pesquisa.

6. Diagnóstico das Condições Sócio-laborais de Migrantes Internacionais na cidade de São Paulo

6.1. Perfil dos Entrevistados

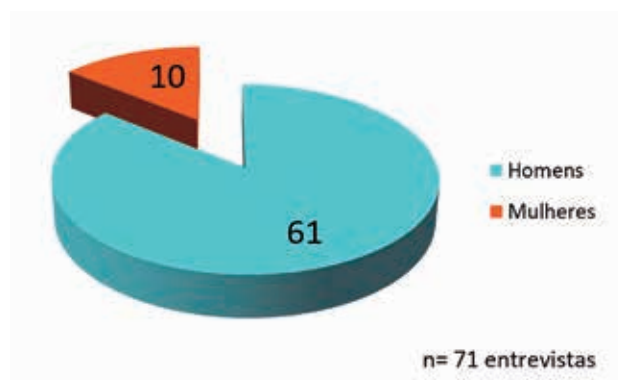
Entrevista No.	País de Nascimento	sexo	idade	ano de chegada	Ocupação Atual	Carteira de trabalho	
1	Colômbia	homem	47	2014	Conta própria/ambulante	tem	não assinada
2	St Tomé e Príncipe	homem	38	2013	dono de loja	tem	não assinada
3	Nigéria	homem	37	2008	conta própria	tem	não assinada
4	Gana	homem	26	2014	ambulante e prof. de inglês	tem	não assinada
5	Venezuela	homem	25	2015	cabeleireiro	não tem	
6	Equador	homem	24	2013	ambulante/artesanato	não tem	
7	Iraque	homem	29	2009	dono de bar árabe	tem	não assinada
8	Guiné	homem	30	2016	limpeza-rest.japonês	tem	assinada
9	Senegal	homem	26	2015	ambulante	tem	não assinada
10	Senegal	mulher	28	2013	cozinheira	tem	assinada
11	Angola	homem	23	2014	desempregado	tem	
12	Angola	homem	30	2016	limpeza restaurante	tem	assinada
13	Síria	homem	27	2014	garçon bar sírio	tem	assinada
14	Síria	homem	43	2013	dono de restaurante	tem	assinada
15	Síria	homem	15	2013	ajudante rest. familiar	não tem	
16	Síria	mulher	36	2013	comercializa comida árabe	não tem	
17	Síria	homem	28	2014	faz pão em rest. árabe	tem	assinada
18	Peru	homem	24	2016	cozinheiro rest. peruano	tem	assinada
19	Peru	homem	33	2015	cozinheiro rest. peruano	tem	assinada
20	Peru	homem	26	2012	cozinheiro rest. peruano	tem	assinada
21	Peru	homem	24	2014	cozinheiro rest. peruano	tem	assinada
22	Peru	mulher	22	2016	ajudante de garçon em rest.peruano	tem	assinada
23	Peru	mulher	44	2002	autônoma /vend. Comida peruana	não tem	
24	Peru	mulher	24	2006	vendedora ambulante	não tem	
25	Peru	homem	32	2012	faz "bico"	não tem	
26	Bolívia	homem	35	2002	costura-empresa brasileiro	tem	assinada
27	Bolívia	homem	37	2012	cabeleireiro	não tem	
28	Bolívia	mulher	35	2004	costura-autônoma	não tem	
29	Bolívia	homem	39	1996	costura-empresa coreana	tem	assinada
30	Bolívia	homem	25	2011	costura-empresa de parentes	não tem	
31	Bolívia	homem	75	1996	autônomo/artista	não tem	

32	Bolívia	homem	27	2008	atendente/empresa da família	não tem	
33	Bolívia	homem	41	2000	autônomo/barraca comida família	não tem	
34	Bolívia	homem	35	2002	garçon e balconista-rest.boliviano	tem	assinada
35	Bolívia	homem	22	2015	cabeleireiro	não tem	
36	Bolívia	mulher	39	2009	cabeleireiro	não tem	
37	Bolívia	mulher	17	2011	cabeleireiro	não tem	
38	Bolívia	homem	40	2016	empresa de seguro	não tem	
39	Bolívia	homem	20	2015	cabeleireiro	não tem	
40	Bolívia	mulher	50	1996	ambulante	não tem	
41	Bolívia	homem	19	2002	vendedor	não tem	
42	Bolívia	homem	27	2005	costura-empresa brasileiro	não tem	
43	Bolívia	homem	31	2006	costura em casa e vende+ambulante+costura dono coreano	não tem	
44	Bolívia	homem	24	2012	copeira	não tem	
45	Haiti	homem	18	2016	desempregado	tem	
46	Haiti	homem	23	2016	desempregado	tem	
47	Haiti	homem	24	2016	desempregado	tem	
48	Haiti	homem	25	2014	desempregado	tem	
49	Haiti	homem	30	2016	desempregado	tem	
50	Haiti	mulher	28	2014	desempregado	tem	
51	Haiti	homem	22	2010	pedreiro	tem	não assinada
52	Haiti	homem	24	2014	ajudante de pedreiro	tem	não assinada
53	Haiti	homem	27	2015	ajudante de pedreiro	tem	não assinada
54	Haiti	homem	22	2013	pedreiro	tem	assinada
55	Haiti	homem	25	2014	ajudante de produção	tem	assinada
56	Haiti	homem	25	2014	serviços geral- limpeza	tem	assinada
57	Haiti	homem	23	2016	ambulante	tem	não assinada
58	Haiti	homem	24	2015	ambulante	tem	não assinada
59	Haiti	homem	22	2016	desempregado	tem	
60	Haiti	homem	30	2016	desempregado	tem	
61	Haiti	homem	31	2014	desempregado	tem	
62	Haiti	homem	31	2014	desempregado	tem	
63	Haiti	homem	28	2015	operador hortifrutigranjeiro	tem	assinada
64	Haiti	homem	52	2016	desempregado	tem	
65	Haiti	homem	36	2014	desempregado	tem	
66	Haiti	homem	30	2015	desempregado	tem	
67	Haiti	homem	33	2011	ajudante de produção	tem	assinada
68	Haiti	homem	43	2014	ajudante de obras	tem	assinada
69	Haiti	homem	28	2014	desempregado	tem	
70	Haiti	homem	37	2016	desempregado	tem	
71	Haiti	homem	43	2016	desempregado	tem	

Fonte: OIT (2017). Pesquisa de Campo em São Paulo.

6.2. Sexo

Homens	61
Mulheres	10



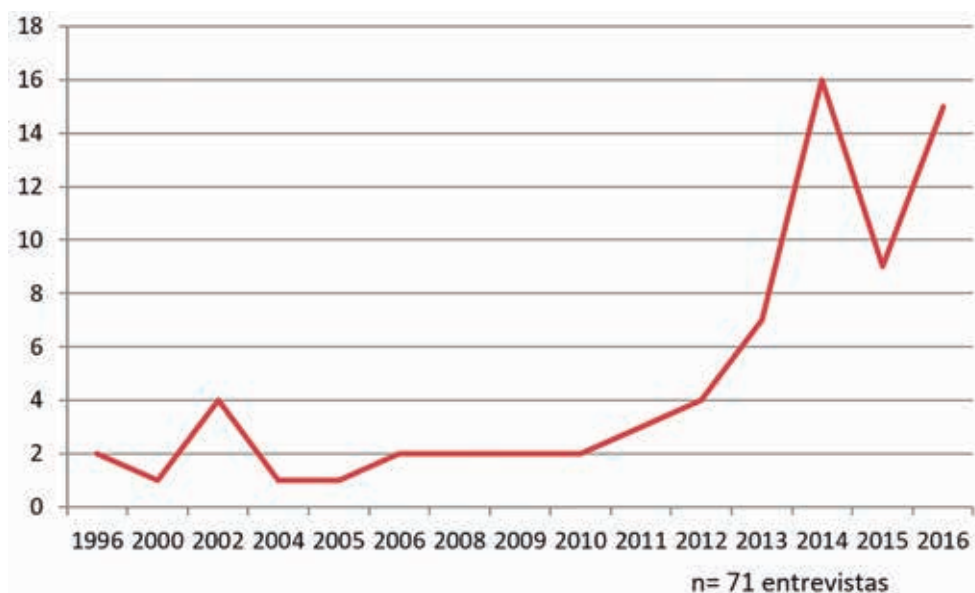
Fonte: OIT (2017). Pesquisa de Campo em São Paulo.

6.3. Ano de chegada

Ano de chegada	Migrantes
1996	2
2000	1
2002	4
2004	1
2005	1
2006	2
2008	2
2009	2
2010	2
2011	3
2012	4
2013	7
2014	16
2015	9
2016	15

Fonte: OIT (2017). Pesquisa de Campo em São Paulo.

Distribuição dos entrevistados migrantes por ano de chegada



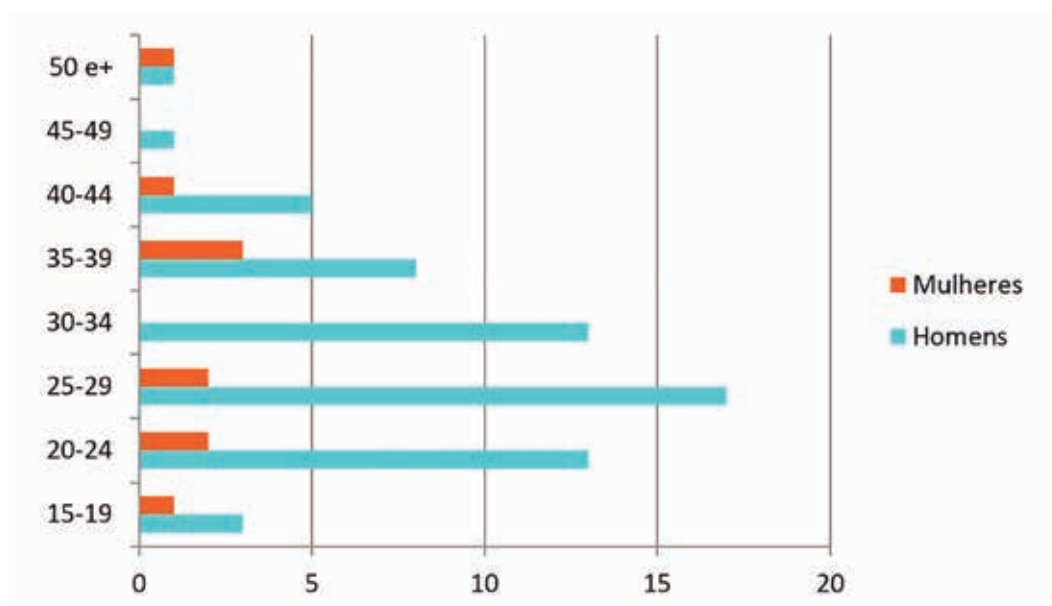
Fonte: OIT (2017). Pesquisa de Campo em São Paulo.

6.4. Idade

Idade	Homens	Mulheres
15-19	3	1
20-24	13	2
25-29	17	2
30-34	13	0
35-39	8	3
40-44	5	1
45-49	1	0
50 e+	1	1
Total	61	10

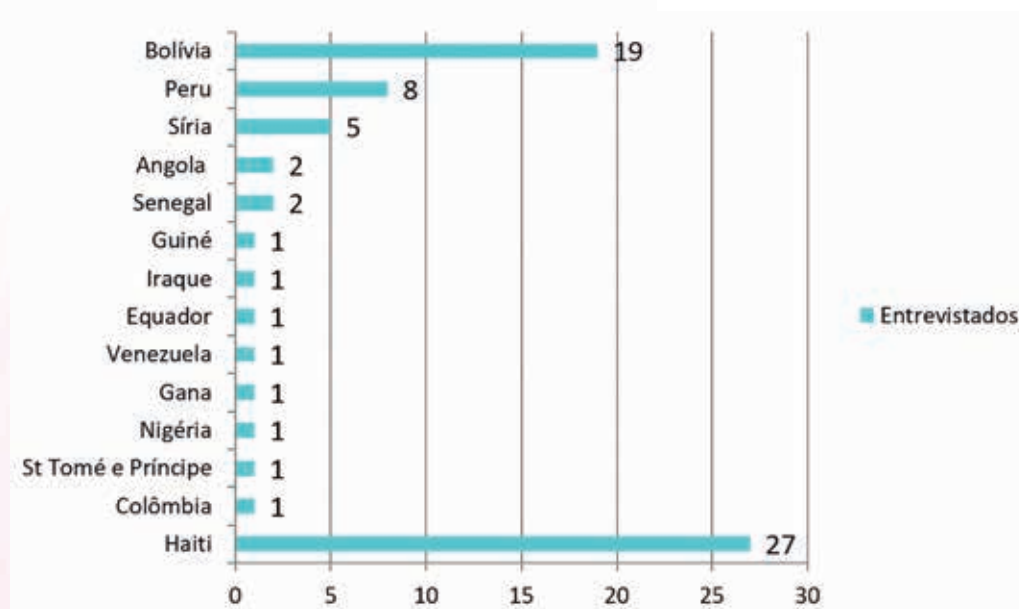
Fonte: OIT (2017). Pesquisa de Campo em São Paulo.

Distribuição dos entrevistados migrantes por sexo e idade



Fonte: OIT (2017). Pesquisa de Campo em São Paulo.

6.5. Distribuição dos Migrantes por Nacionalidade



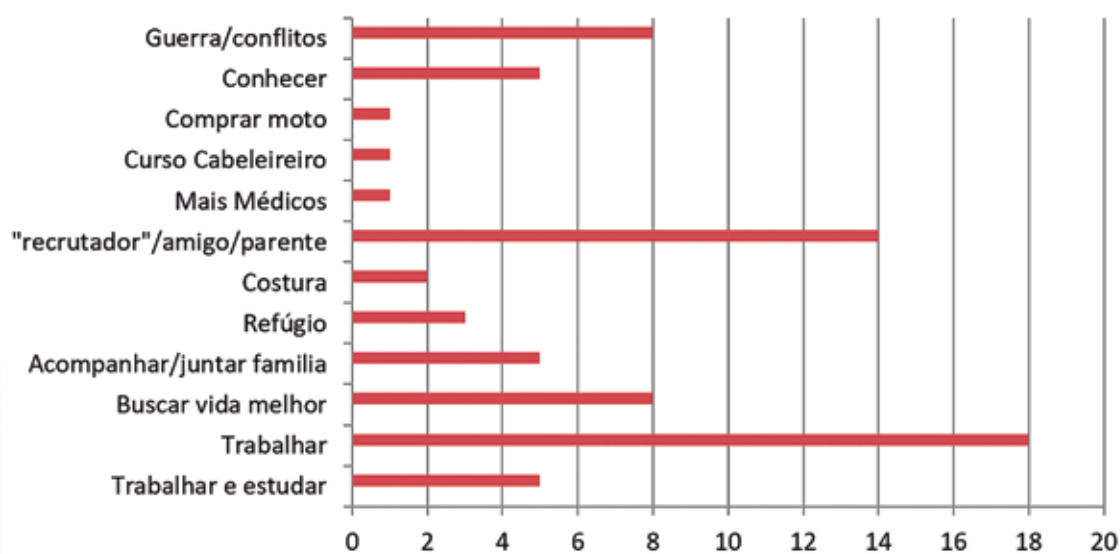
Fonte: OIT (2017). Pesquisa de Campo em São Paulo.

6.6. Motivo para vinda ao Brasil segundo país de nascimento

Motivo	Trabalhar e estudar	Trabalhar	Buscar vida melhor	Acompanhar/juntar Família	Refúgio	Costura	"recrutador" amigo/parente	Programa Mais Médicos	Curso Cabeleireira	Comprar moto	Conhecer	Guerra Conflitos	Total Entrevistas
Haiti	5	12	5	5									27
Bolívia		3				2	8	1	1	1	3		19
Peru			2				5				1		8
Síria												5	5
Angola												2	2
Senegal		2											2
Nigéria											1		1
St Tomé e Príncipe							1						1
Guiné					1								1
Colômbia					1								1
Gana					1								1
Venezuela			1										1
Iraque												1	1
Equador		1											1
TOTAL	5	18	8	5	3	2	14	1	1	1	5	8	71

Fonte: OIT (2017). Pesquisa de Campo em São Paulo.

■ Motivos da Migração



Fonte: OIT (2017). Pesquisa de Campo em São Paulo.

6.7. Registro em Carteira

Não tem	14
Tem e assinada	19
Tem e não assinada	20
Tem e desempregado	16
Tem e nunca trabalhou	2
Total	71

Fonte: OIT (2017). Pesquisa de Campo em São Paulo.

■ Distribuição das entrevistas de acordo com o registro na carteira



Fonte: OIT (2017). Pesquisa de Campo em São Paulo.

6.8. Registro ou não em carteira segundo nacionalidade

Carteira de Trabalho	Tem Carteira				Não tem	Total
	Nunca trabalhou	Não está assinada	Está desempregado	Está assinada		
Haiti	2	4	16	5		27
Bolívia		5		5	9	19
Peru		3		3	2	8
Síria				3	2	5
Angola		1		1		2
Senegal		1		1		2
Nigéria		1				1
St Tomé e Príncipe		1				1
Guiné				1		1
Colômbia		1				1
Gana		1				1
Venezuela		1				1
Iraque		1				1
Equador					1	1
TOTAL	2	20	16	19	14	71

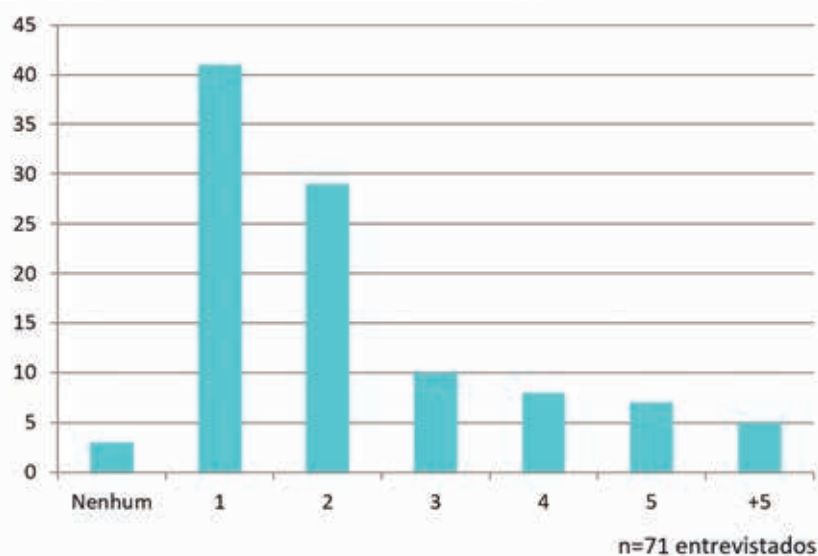
Fonte: OIT (2017). Pesquisa de Campo em São Paulo.

6.9. Número de empregos no Brasil

Número de empregos no Brasil	Nenhum	1	2	3	4	5	+5	Entrevistados
Haiti	3	18	3	2			1	27
Bolívia		3	8	3	1	1	3	19
Peru		3	2		1	1	1	8
Síria		4	1					5
Angola		1	1					2
Senegal			1	1				2
Nigéria			1					1
St Tomé e Príncipe			1					1
Guiné		1						1
Colômbia		1						1
Gana			1					1
Venezuela					1			1
Iraque			1					1
Equador		1						1
TOTAL	3	32	20	6	3	2	5	71

Fonte: OIT (2017). Pesquisa de Campo em São Paulo.

Distribuição do número de empregos nas trajetórias ocupacionais dos migrantes entrevistados



Fonte: OIT (2017). Pesquisa de Campo em São Paulo.

6.10. Ocupação no país anterior e Ocupação atual no Brasil

Ocupação antes da emigração e Ocupação atual em São Paulo					
	Ocupações no país de origem	Ocupações atuais no Brasil		Ocupações no país de origem	Ocupações atuais no Brasil
Haiti	Informática	Desempregado	Peru	Mecânico	Cozinheiro
	Eletricista	Ajudante de produção		Sem ocupação	"bico"/ambulante
	Marceneiro	Ambulante		Comércio	balconista
					Ajudante de garçon rest. Peruano
	Pedreiro	Serviços gerais (limpeza)	Síria	Cozinheira	Dono restaurante/bar
	Vendedor Autônomo	Pedreiro		Estudante	ajudante cozinha
	Hotel	Ajudante de pedreiro		Dono de lojas	faz e vende comida
	Construção Civil		Angola	Escritório de Engenharia	
	Comerciante e pedreiro			Professor Inglês	
	Professor Universitário		Senegal	casa de câmbio	garçon
Bolívia	Supervisor de empresa			garçon	limpeza
	Restaurante		Colômbia	Navio pesqueiro	ambulante
	Garçon/copeiro	Costura		estudante gastronomia	Cozinheiro
	Ajudante de pedreiro	Cabeleireiro	St Tomé e Príncipe	empresa de segurança	venda de comida
	Estudante	Copeira	Nigéria	Dono restaurante	ambulante
	Comércio prod.alimentício	Ambulante/autônomo		Laboratório Químico	Lan House
	Cabeleireira	Informática	Gana	comércio	ambulante
	Médico	Cozinheira		Taxista e balconista	cabeleireiro
			Venezuela		
	Vendas salão de beleza	Garçon/balconista rest. boliviano			
	Costureira	artista/ambulante	Iraque	estudante gastronomia	ajudante bar árabe
	Artes/cultura			administrador	limpeza
	Indústria de leite		Equador	comércio	Ambulante
	Motorista				
	Educador				

Fonte: OIT (2017). Pesquisa de Campo em São Paulo.

6.11. Trajetórias Migratórias e Ocupacionais

Entrevistas	País de nascimento	migração/ocupação	Migração/ocupação	Migração/ocupação	Migração/ocupação	Migração/ocupação
Trajetória 1	Haiti marceneiro	Santa Catarina ajudante de pedreiro- registro em carteira	São Paulo desempregado			
Trajetória 2	Haiti estudante	Rep.Dominicana pedreiro	Porto Feliz/Sorocaba Ajudante de obras – registro em carteira			
Trajetória 3	Haiti Vendedor/autônomo	São Paulo Pedreiro – registro em carteira	São Paulo Ajudante eletricista – registro em carteira	São Paulo Ajudante de produção- registro em carteira		
Trajetória 4	Haiti Hotelaria	São Paulo Manutenção- registro em carteira	São Paulo desempregado			
Trajetória 5	Haiti Construção Civil	Ribeirão Preto Ajudante de obra – registro em carteira	São Paulo Ajudante de pedreiro – registro em carteira	São Paulo Desempregado		
Trajetória 6	Haiti Comerciante e pedreiro	São Paulo Pedreiro – sem registro em carteira	São Paulo Desemprego			
Trajetória 7	Haiti Professor de História e Francês-Universidade	São Paulo Operador de Hortifrutigranjeiro -registro em carteira				
Trajetória 8	Haiti Pedreiro	Curitiba-PR Marceneiro - registro em carteira	Rio de Janeiro Auxiliar produção em câmara fria - registro em carteira	São Paulo Pedreiro - registro em carteira	São Paulo Desempregado	
Trajetória 9	Haiti estudante	Rep.Domenicana pedreiro	São Paulo Pedreiro - registro em carteira	São Paulo Pedreiro - registro em carteira	São Paulo Pedreiro - registro em carteira	São Paulo Desempregado
Trajetória 10	Haiti Supervisor de empresa	São Paulo Entregador de comida africana-sem registro em carteira	São Paulo Desempregado			
Trajetória 11	Haiti Restaurante em Hotel	São Paulo Ajudante de pedreiro – sem registro em carteira	São Paulo Desempregado			
Trajetória 12	Bolívia garçon/copeiro	São Paulo Costura – sem registro em carteira	São Paulo Ambulante- sem registro em carteira	São Paulo Copeiro restaurante boliviano –sem registro em carteira		
Trajetória 13	Bolívia estudante	São Paulo Ambulante – sem registro em carteira				

Trajetória 14	Bolívia estudante	São Paulo Ambulante – sem registro em carteira	São Paulo Costura – patrão + brasileiro - sem registro em carteira	Costura – patrão coreano - sem registro em carteira		
Trajetória 15	Bolívia estudante	São Paulo Recepcionista loja de tecido + com registro em carteira	Vendedor da oficina (final de semana)-sem registro em carteira			
Trajetória 16	Bolívia Comércio alimentício	São Paulo Costura + sem registro em carteira	Ambulante-sem registro em carteira			
Trajetória 17	Bolívia Cabeleireiro	São Paulo Costura – sem registro em carteira	São Paulo Cabeleireiro- sem registro em carteira			
Trajetória 18	Bolívia Médico	Venezuela Médico	São Paulo Informática/bico– sem registro em carteira			
Trajetória 19	Bolívia Vendas em Salão de Beleza	São Paulo Costura/oficina da família-sem registro em carteira	São Paulo Cabeleireira- sem registro em carteira			
Trajetória 20	Bolívia Cabeleireira e costureira	São Paulo Costura – dono boliviano - sem registro em carteira	São Paulo Cabeleireira sem registro em carteira			
Trajetória 21	Bolívia estudante	São Paulo Costura – empresa do primo	São Paulo Cabeleireira			
Trajetória 22	Bolívia estudante	São Paulo Costura – com registro em carteira	São Paulo Garçon/balconista rest. Boliviano –sem registro em carteira			
Trajetória 23	Bolívia Costureiro	São Paulo Costureiro – oficina boliviano Sem registro em carteira	São Paulo Oficina boliviano – sem registro em carteira	São Paulo- Oficina coreano – COM registro em carteira	São Paulo- Oficina coreano– COM	+ autônoma Barraca de comida Kantuta – sem registro em carteira
Trajetória 24	Bolívia Ajudante de pedreiro	São Paulo Costura- oficina boliviano – com registro em carteira	São Paulo Costura – oficina da família boliviana Sem registro em carteira	São Paulo Balconista barraca da família na Kantuta – sem registro em carteira		

Trajetória 25	Bolívia Artista/cultura	São Paulo Artista/ autônomo + Xamã Sem registro em carteira		
Trajetória 26	Bolívia Emprego na indústria de leite	São Paulo Costura – empresa parentes – sem registro em carteira		
Trajetória 27	Bolívia Motorista	São Paulo Costura/autônomo – sem registro em carteira		
Trajetória 28	Bolívia Não trabalhava (mulher)	São Paulo – Costura-empresa brasileira – sem registro em carteira	São Paulo Cozinheira Casa de família (mora lá) – sem registro em carteira	
Trajetória 29	Bolívia Educador	São Paulo Costura- casa de família-terceirizado– sem registro em carteira	São Paulo Encarregado de vendas restaurante boliviano – sem registro em carteira	São Paulo Vendedor de passagem para a Bolívia + cabeleireiro –sem registro em carteira
Trajetória 30	Bolívia Estudante	São Paulo Costura-empresa coreana-sem registro em carteira	São Paulo Tecelão- com registro em carteira	Bragança Paulista Estofamento – com registro em carteira
Trajetória 31	Peru Mecânico	São Paulo Costura-oficina familiar-dono boliviano –sem registro em carteira	São Paulo Empresa de papel- sem registro em carteira	São Paulo Faz bico- sem registro em carteira
Trajetória 32	Peru Sem ocupação	São Paulo Vendedora de bijuteria –loja 25 de março- sem registro em carteira	São Paulo Produz e vende comida peruana –dona de restaurante – sem registro em carteira	São Paulo Balconista – dono brasileiro – com registro em carteira
Trajetória 33	Peru Comércio	São Paulo Ajudante de garçon- restaurante peruano- com registro em carteira		
Trajetória 34	Peru Cozinheiro	São Paulo Cozinheiro-com registro em carteira		
Trajetória 35	Peru Cozinheiro	São Paulo Cozinheiro-sem registro em carteira		
Trajetória 36	Peru Cozinheiro (formado em gastronomia)	São Paulo Cozinheiro-sem registro em carteira		
Trajetória 37	Peru Cozinheiro	São Paulo Cozinheiro-com registro em carteira		

Trajetória 38	Síria vendedor loja de roupas	São Paulo Garçon bar árabe- Sem registro em carteira	São Paulo Garçon bar árabe-com registro em carteira			
Trajetória 39	Síria Dona de 3 lojas de roupas infantil e 1 escritório de engenharia	São Paulo Vendedor de roupas na feira da Madrugada- sem registro em carteira	São Paulo Engenheiro – com registro em carteira	São Paulo Dono de restaurante – autônomo – com registro em carteira		
Trajetória 40	Síria estudante	São Paulo Ajudante restaurante da família- sem registro em carteira				
Trajetória 41	Síria Professor de Inglês	São Paulo Faz e vende comida árabe- autônomo- sem registro na carteira				
Trajetória 42	Síria estudante	São Paulo Faz pão em Restaurante árabe – autônomo sem registro em carteira				
Trajetória 43	Angola Casa de câmbio	São Paulo Garçon –rest. Brasileiro – com registro em carteira				
Trajetória 44	Senegal Navio pesqueiro	Passo Fundo- RS Empresa de Alimentos – BR Foods – com registro em carteira	Porto Alegre – RS Pedreiro – com registro em carteira	São Paulo Ambulante- sem registro em carteira		
Trajetória 45	Senegal Estudante de gastronomia	Fortaleza-Ce Ajudante de cozinheiro – sem registro em carteira	São Paulo Cozinheiro- restaurante afro-camarônês- com registro em carteira			
Trajetória 46	Colômbia Assessor empresa de seguros	Rio Branco – Acre desempregado	São Paulo Ambulante – vendedor de água (sem registro em carteira)	São Paulo Pintor-autônomo – sem registro em carteira	São Paulo – atendimento em Lan House –sem registro em carteira	São Paulo vendedor de comida colombiana- ambulante-sem registro em carteira + estampa camiseta e vende na internet
Trajetória 47	St Tomé e Príncipe restaurante	São Paulo Ambulante –loja Sem registro em carteira				
Trajetória 48	Nigéria Analista em Laboratório Químico	São Paulo Atendente de Lan House –sem registro em carteira	São Paulo Dono locutório – sem registro em carteira			
Trajetória 49	Gana comércio	São Paulo Comércio e ambulante – com registro em carteira + Professor de Inglês				

Trajatória 50	Venezuela Taxista e comércio da família	Mogi das Cruzes- agiota	Mogi das Cruzes Caixa de casa noturna –sem registro em carteira	Bertioga Cabeleireiro salão de brasileiro- sem registro em carteira	São Paulo Cabeleireiro salão de boliviano- sem registro em carteira
Trajatória 51	Iraque estudante	Rondonópolis- frigorífica corte halal- supervisor veterinário – sem registro em carteira	São Paulo Dono bar árabe – sem registro em carteira		
Trajatória 52	Guiné administrador	São Paulo Limpeza restaurante japonês			

Fonte: OIT (2017). Pesquisa de Campo em São Paulo.

6.12. Tempo na ocupação

Ocupação	Migrantes que estiveram nessa ocupação	Tempo na ocupação	Carteira	Salário (intervalo)
1. Ocupações da estrutura do mercado de trabalho brasileiro (formal e informal)				
Ambulante (geral)	7	15 dias -2 meses	5 não tem 2 tem - sem registro	R\$ 500,00- R\$ 2.000,00
Serviços gerais (limpeza/manutenção/reposição de mercadorias em estabelecimento de brasileiros)	2	1 mês	2 tem - sem registro	R\$ 1.000,00- R\$ 1.100,00
Professor de Inglês - autônomo	1	18 meses	1 não tem	Por hora
Engenheiro	1	10 meses	1 com registro em carteira	R\$ 2.900,00
"Bico" (serviços gerais)	1	36 meses	1 sem registro em carteira	Não respondeu
2. Ocupações nicho econômico para migrantes				
Pedreiro	8	1 mês-56 meses	4 com registro 2 tem, sem registro 2 não tem	R\$ 1.100,00- R\$ 1.700,00
Ajudante de pedreiro	12	1 mês-24 meses	12 Não tem	R\$ 1.100,00
Serviços da construção civil (pintor/marceneiro)	2	1 mês	1 tem, sem registro na carteira	R\$ 760,00- R\$ 1.200,00
3. Ocupações do nicho étnico				
Ambulante – mercadorias étnicas	5	24 meses-120 meses	3 tem, sem registro 2 não tem	R\$ 1.500,00- R\$ 3.000,00
Venda de comida étnica	4	12 meses-144 meses		R\$ 1.000,00
Ajudante de cozinha/ajudante de garçon/copeira em restaurante étnico	5	2 meses-36 meses		R\$ 730,00- R\$ 1.300,00
Cozinheiro em restaurante étnico	6	2 meses – 40 meses		R\$ 1.000,00- R\$ 2.500,00
Cozinheiro/entregador/garçon em restaurante de outra etnia	3	1 mês- 8 meses	3 Não tem	R\$ 800,00- R\$ 1.300,00
Proprietário de loja/comércio/restaurante étnico	7	7 meses-108 meses		R\$ 1.300,00- R\$ 5.000,00

Cabeleireiro salão étnico	4	8 meses-84 meses	4 não tem	R\$ 900,00- R\$ 2.000,00
Cabeleireiro salão de brasileiro	1	8 meses	1 não tem	R\$ 1.500,00
Vendedor/garçon/atendente em estabelecimento étnico	8	6 meses-109 meses	8 não tem	R\$ 1000,00-
Atendimento Lan house/locutório	2	12 meses-48 meses	2 não tem	R\$ 700,00- R\$ 1.500,00
Frigoríficos	3	12 meses-48 meses	3 tem, com registro	R\$ 1.100,00 R\$ 5.000,00
Costura	21			
Dono boliviano	9	2 meses-60 meses	Não tem	R\$ 400,00- R\$ 3.000,00
Dono Brasileiro	3	7 meses –108 meses	Tem, com registro	R\$ 1.200,00- R\$ 3.400,00
Dono Coreano	4	18 meses -84 meses	Tem, com registro	R\$ 780,00 – R\$ 1.500,00
Autônomo/terceirizado	5	60 meses-240 meses	Não tem	R\$ 3.000,00 – R\$ 5.000,00
Desempregados	16	1 mês- 12 meses		

Fonte: OIT (2017). Pesquisa de Campo em São Paulo.

6.13. Horas trabalhadas na Ocupação atual

Ocupações	Horas trabalhadas por dia	Tempo Casa-trabalho	Número atividades	Tem RNE	Mesma Nacionalidade na ocupação	Como encontrou emprego	Fazia no seu país	Treinamento	Chama amigos para trabalhar nessa ocupação
1.Ocupações da estrutura do mercado de trabalho brasileiro (formal e informal)									
Ambulante (geral)	8h-13h	30'-1h	1	sim	4 sim	Amigo/ irmão	não	não	não
Serviços gerais (limpeza/manutenção/reposição de mercadorias)	8h-12h	10'-2h	1	sim	3 sim 1 não	Amigo/ Irmão/ Missão Paz	3 não 1 sim	Sim, mesma nacionalidade	3 sim 1 não
Professor de Inglês - autônomo	9h	10'-1h	2	sim	1 não	Bairro boliviano	não	-	não
Engenheiro	8h	30'	1	sim	1 não	sozinho	sim	-	não
"Bico"	8h	1h	3	sim	1 não	sozinho	não	-	não

2.Ocupações nicho econômico para migrantes									
Pedreiro	8h-10h	30'-1h30 Missao Paz	1	sim	sim	amigo	Sim Rep. Domenicana	Rep. Domenicana	não
Ajudante de pedreiro	7h-9h	30'-1h Morava na obra	1	sim	sim	Amigos Recados Missão Paz sozinho	Curso Haiti Rep. Domenicana	não	não
Serviços da construção civil (pintor/marceneiro)	8h-12h	10'-2h	1	sim	sim	amigo	não	não	não
3.Ocupações do nicho étnico									
Ambulante – mercadorias étnicas	8h-12h	1h	1-2	sim	sim	amigo	não	não	não
Venda de comida étnica/autonomo	8h-9h	1h -faz em casa	1	sim	sim	Cliente ONG Migraflitx	sim	-	sim
Ajudante de cozinha/ ajudante de garçon/copeira em restaurante étnico	8h-10h	30'-1h	1-2	sim	sim	Irmão Família Amigo ONG	Sim-latinos Não-haitianos e sírios	sim	sim
Cozinheiro em restaurante étnico	8h-12h	5'-30'	1	sim	sim	Irmão Família Amigo Conhecia o dono	sim	Peru Curso gastronomia	Sim, peruanos Não, sírios
Cozinheiro/entregador/ garçon/vendedor em restaurante de outra etnia	8h-9h	15'-1h30'	1	sim	Migrantes, mas não dá mesma nac.	Amigo outra nac. amigo	Sim, latinos e não,africanos	Curso gastronomia	Sim, mas eles não tem visto
Proprietário de loja/ comércio/restaurante étnico	10h-14h	Mora no local	2	sim	sim	Contato na Bolívia- empreendedor- sírios	Amigos sozinho	Na Bolívia Curso aqui	não
Cabeleireiro salão étnico	10h-12h30	15' Mora no local	2	Sim não	sim	Amigos sozinho	sim	Curso lá	Sim não
Cabeleireiro salão de brasileiro	12h	20'	1	sim	não	amigo	sim	Curso lá	não
Vendedor/garçon/ atendente/copeira em estabelecimento étnico	8h-20h	5'-30' Mora no local	1-3	sim	sim	Parente Cliente ONG Adus	não	Família amigo	não
Atendimento Lan house/locutório	5h	1h	2	sim	sim	sozinho	não	não	não
Frigoríficos	11h	1h	1	sim	sim	Missão Paz	não	empregador	sim
Costura									
Dono boliviano	9h-12h	5' -Na oficina	1	Sim	Sim	Amigo na Bolívia	Não	Parente	Não

Dono boliviano e empregado peruano	9h-18h	30'	2	sim	sim	Amigo boliviano	não	aqui	sim
Dono brasileiro	9h-10h	30'	2	vencida	sim	Amigo boliviano	não	aqui	sim
Dono coreano	10h	20'	1	sim	sim	Entrevista/amigo	não	Amigo boliviano	não
Terceirizado/autônomo	12h-17h	Trabalho em casa 20'	2	sim	sim	Família	sim	parentes	sim

Fonte: OIT (2017). Pesquisa de Campo em São Paulo.

6.14. Contrato de trabalho

Ocupações da estrutura do mercado de trabalho brasileiro (formal e informal)	Ambulante (geral) 4 entrevistas	Serviços gerais (limpeza/manutenção/reposição de mercadorias) 3 entrevistas	Professor de Inglês/informática – autônomo 2 entrevistas	Engenheiro 1		
O que foi prometido no emprego tem sido cumprido	4 sim	3 sim	NA	sim		
Tem contrato de trabalho	2 sim 2 não					
Se não, Como é feito o contrato	Acordo 50%		acordo			
Ocupações nicho econômico para migrantes	Pedreiro 2 entrevistas	Ajudante de pedreiro/ajudante de obras/ajudante de produção 3	Serviços da construção civil 2 entrevistas			
O que foi prometido no emprego tem sido cumprido	sim	sim	sim			
Tem contrato de trabalho	sim	não	não			
Se não, Como é feito o contrato		Acordo/por dia	Acordo/por dia			
Ocupações nicho étnico	Ambulante mercadorias étnicas 4 entrevistas	Venda de comida étnica/vendedor/autônomo 5 entrevistas	Ajudante de cozinha/ajudante de garçon/copeira em restaurante étnico 7 entrevistas	Cozinheiro em restaurante étnico 5 entrevistas	Costura 7 entrevistas	Cabeleireiro salão étnico 5 entrevistas
O que foi prometido no emprego tem sido cumprido	4 sim	3 sim	7 sim	5 sim	7 sim	5 sim
Tem contrato de trabalho	4 não	4 não	5 sim; 2 não	4 sim, 1 não	7 não	1 sim, 4 não
Se não, Como é feito o contrato	“na confiança” 50% verbal	Por dia “trato com a família” “palavra”	Acordo verbal Acordo “na confiança”	Acordo verbal	Por dia Por peça verbal	50% verbal

Fonte: OIT (2017). Pesquisa de Campo em São Paulo.

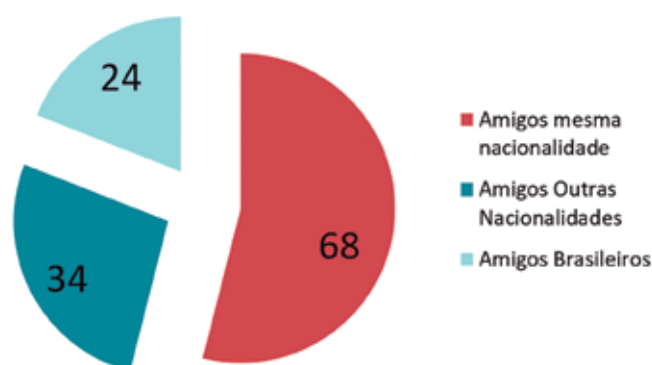
6.15. Vida social

Ocupações	Número de entrevistas	Amigos da mesma nacionalidade	Outras nacionalidades	Amigos brasileiros	TV do país Internet noticiário	Língua falada em casa	Língua falada no trabalho	Religião-Mesma do país de origem?	Preconceito
1.Ocupações da estrutura do mercado de trabalho brasileiro (formal e informal)									
Ambulante (geral)	4	4 sim 0 não	0 sim 4 não	0 sim 4 não	4 sim 0 não	materna	Materna/port	4 sim 0 não	Sim Negro/índio
Serviços gerais (limpeza/manutenção/reposição de mercadorias)	3	3 sim 0 não	2 sim 1 não	1 sim 2 não	3 sim 0 não	materna	Materna/port	3 sim 0 não	Sim Religião estrangeiro
Professor de Inglês - autônomo	2	1 sim 1 não	1 sim 1 não	1 sim 1 não	2 sim	materna	Materna/port/inglês	3 sim 0 não	Sim estrangeiro
Engenheiro	1	1 sim	0 sim 1 não	0 sim 1 não	1 sim	materna	Português/inglês	1 sim 0 não	não
2.Ocupações nicho econômico para migrantes									
Pedreiro	2	2 sim 0 não	0 sim 2 não	0 sim 2 não	2 sim 0 não	materna	Materna/port	2 sim 0 não	Sim
Ajudante de pedreiro	3	3 sim 0 não	2 sim 1 não	1 sim 2 não	3 sim 0 não	materna	Materna/port	3 sim 0 não	Sim
Serviços da construção civil (pintor/marceneiro)	2	2 sim 0 não	1 sim 1 não	1 sim 1 não	2 sim 0 não	materna	Materna/port	2 sim 0 não	Sim
3.Ocupações do nicho étnico									
Ambulante – mercadorias étnicas	4	4 sim 0 não	0 sim 4 não	1 sim 3 não	4 sim 0 não	materna	Materna/port	4 sim 0 não	Sim Índio Negro estrangeiro
Venda de comida étnica/autônomo	2	2 sim 0 não	2 sim 0 não	0 sim 2 não	2 sim 0 não	materna	Materna/port	2 sim 0 não	Sim Índio Estrangeiro
Ajudante de cozinha/ajudante de garçon/copeira em restaurante étnico	7	7 sim 0 não	6 sim 1 não	5 sim 2 não	7 sim 0 não	materna	Materna/port	2 sim 0 não	Sim Índio Estrangeiro Religião negro
Cozinheiro em restaurante étnico	5	5 sim 0 não	4 sim 1 não	4 sim 1 não	5 sim 0 não	materna	Materna/port	5 sim 0 não	Sim
Cozinheiro/entregador/garçon/vendedor em restaurante de outra etnia	1	1 sim 0 não	0 sim 1 não	0 sim 1 não	1 sim 0 não	materna	Materna	1 sim 0 não	Sim

Proprietário de loja/ comércio/restaurante étnico	3	3 sim 0 não	3 sim 0 não	1 sim 2 não	3 sim	materna	Materna/port	3 sim 0 não	Não
Cabeleireiro salão étnico	5	5 sim 0 não	3 sim 2 não	2 sim 3 não	5 sim	materna	Materna	5 sim 0 não	Sim estrangeiro
Cabeleireiro salão de brasileiro	1	1 sim 0 não	0 sim 1 não	0 sim 1 não	1 sim	materna	Materna/port	1 sim 0 não	Sim
Vendedor/garçon/ atendente/copeira em estabelecimento étnico	3	3 sim 0 não	0 sim 3 não	0 sim 3 não	3 sim	materna	Materna/port	3 sim 0 não	Sim estrangeiro
Atendimento Lan house/ locutório	2	2 sim 0 não	2 sim 0 não	0 sim 2 não	2 sim	materna	Materna/ Pouco portugues	2 sim 0 não	Sim Estrangeiro Negro
Frigoríficos	1	1 sim 0 não	0 sim 1 não	0 sim 1 não	1 sim	materna	Materna/port	1 sim 0 não	Sim estrangeiro
Costura	7	7 sim 0 não	6 sim 1 não	7 sim 0 não	7 sim	materna	Materna/port	7 sim 0 não	Sim estrangeiro
Artista étnico	1	1 sim 0 não	0 sim 1 não	0 sim 1 não	1 sim	materna	Materna/port	1 sim 0 não	Sim estrangeiro
Desempregado	12	9 sim 3 não	1 sim 11 não	0 sim 12 não	12 sim	materna		12 sim	sim Negro Estrangeiro desempregado
TOTAL	71	68	34	24	71			71	

Fonte: OIT (2017). Pesquisa de Campo em São Paulo.

Rede de amizade de migrantes internacionais



Fonte: OIT (2017). Pesquisa de Campo em São Paulo.

6.16. Comparação das variáveis segundo classificação das Ocupações dos Migrantes entrevistados

Categorização das Ocupações	Ocupações mercado trabalho brasileiro	Ocupações Nicho econômico para migrantes	Ocupações do nicho étnico	Desempregados
Número de Entrevistas	10	7	32	12
Tempo na ocupação	15 dias-36 meses	1 mês-56 meses	1 mês-240 meses	
Salário	R\$ 500,00-R\$ 2.900,00	R\$ 760,00-R\$ 1.200,00	R\$ 400,00-R\$ 5.000,00	
Horas Trabalhadas	8h-13h	7h-12h	8h-17h	
Mesma Nacionalidade na Ocupação atual	0 sim	7 sim	32 sim	
	10 não	0 não	0 não	
Mesma ocupação do país anterior	7 sim	5 sim	25 sim	
	3 não	2 não	7 não	
Treinamento	0 sim	2 sim	23 sim	
	10 não	5 não	9 não	
Contrato de Trabalho	7 sim	2 sim	6 sim	
	3 não	5 não	26 não	
Amigos de mesma nacionalidade	7 sim	7 Sim	20 sim	
	3 não	0 não	3 não	
Amigos de outras nacionalidades	3 sim	3 sim	26 sim	
	7 não	4 não	6 não	
Amigos brasileiros	2 sim	2 sim	20 sim	
	5 não	5 não	12 não	

Fonte: OIT (2017). Pesquisa de Campo em São Paulo.

7. Considerações advindas do estudo

Os resultados deste estudo corroboram as análises da OIT (2016 p. 19), para países latino-americanos, onde

“las condiciones laborales de la mayoría de los trabajadores y trabajadoras migrantes en los países de destino están lejos de poder ser caracterizadas como ‘trabajo decente’. En efecto, ellos tienen una presencia mayor, en comparación con los trabajadores y trabajadoras nacionales, en la economía informal, reciben usualmente menores salarios y tienden a estar expuestos a jornadas laborales más extensas y, en términos generales, condiciones más precarias, desprotegidas e inseguras de trabajo. Esta situación se complementa con un menor acceso a los sistemas de seguridad social, que en muchos casos están directamente vinculados a la inexistencia de contratos laborales formales, los que a su vez presuponen la irregularidad migratoria, o incluso se pueden ver excluidos de políticas de protección social para personas que están fuera del mercado formal de trabajo (...) Esta situación de precariedad laboral se retroalimenta por la mayor presencia de trabajadores y trabajadoras migrantes en actividades que también cuentan con mayores niveles de informalidad. Entre ellos se encuentran el trabajo por cuenta propia, el trabajo doméstico y la industria de la construcción, con niveles de informalidad superiores al 70% (FORLAC, 2013). La participación de los trabajadores/as migrantes en las actividades que presentan los niveles de informalidad más altos, sumada a la existencia de obstáculos, jurídicos y de hecho, para regularizar la situación migratoria, constituye un factor para reforzar el círculo de la informalidad, desprotección laboral, y por ende, exclusión social (...) la presencia en los países de la región de altos niveles de economía informal genera un condicionamiento estructural incluso para los y las migrantes que pueden regularizar su situación. Esto evidencia una vez más la necesidad de políticas migratorias integrales que contemplen su articulación coherente con los objetivos legítimos de políticas de empleo y seguridad social, así como con otras metas en materia de inclusión social, lucha contra la explotación y la trata de personas, acceso a la justicia, a los servicios sanitarios, entre otras”.

A partir dessas análises e do mapeamento das fontes de dados e da pesquisa exploratória de campo no município de São Paulo, este estudo permite apresenta as conclusões e recomendações, abaixo listadas, que possibilitem a migrantes a transição para o trabalho formal.

Conclusões

- 1) Considerar e conhecer o contexto internacional das migrações internacionais e o papel do Brasil no cenário mundial, como um país periférico e que tenderá a receber migrantes da periferia do capitalismo⁷⁵;

⁷⁵ Basso (2003)

- 2) Explorar diferentes fontes de dados para o conhecimento atualizado destes novos fluxos migratórios internacionais e a inserção de migrantes na informalidade;
- 3) A partir dos censos demográficos e PNADs é possível conhecer a inserção ocupacional de diferentes grupos migrantes e sua presença no mercado formal ou informal de trabalho. Este mapeamento é de suma importância para que – juntamente com outras fontes de dados – se possa aprofundar e identificar o lugar das novas imigrações e informalidade e a composição sociodemográfica desses migrantes;
- 4) As informações da RAIS permitem conhecer o mercado de trabalho formal do migrante. Isto é extremamente importante para se entender os migrantes que estão fora deste mercado formal. Com os dados da RAIS foi possível apreender que o nível de escolaridade é fator determinante para o acesso ao mercado formal de trabalho no Brasil;
- 5) A importância da disponibilidade da base do SINCRE-Polícia Federal, em função de suas potencialidades, dentre as quais:
 - a) Traçar o perfil da Migração por idade para políticas e públicos alvos específicos;
 - b) identificar a nacionalidade dos novos contingentes migrantes e sua composição populacional;
 - c) conhecer a distribuição geográfica da Migração a cada ano, sua dinâmica espacial, os novos espaços da migração para se planejar ações e políticas para a inserção laboral dessa migração no mercado de trabalho;
 - d) identificar a inserção laboral de migrantes dos novos fluxos e seus nichos étnicos, a fim de se conhecer tanto a inserção laboral no nicho étnico quanto avaliar as atividades em trabalhos precários e a informalidade;
 - e) acompanhar a ocupação atual no momento do registro, onde as ocupações não classificadas e sem ocupação podem indicar sinais de informalidade na inserção laboral de tais migrantes;
 - f) Captar o volume, as nacionalidades e as composições sociodemográficas da Migração nas diferentes ocupações no setor formal e informal de trabalho.
- 6) As fontes de informações e a pesquisa exploratória inicial puderam elucidar que o não acesso ao mercado formal de trabalho é retrato da sobreposição de carências sociais, tanto advindas das desigualdades sociais dos países de origem dos migrantes quanto das do país de destino, para parte expressiva de contingentes de migrantes internacionais em São Paulo;
- 7) A não existência de contrato de trabalho já pressupõe a não formalização do mesmo, o que conduz o trabalhador migrante a pertencer sempre a uma mesma rede de trabalhos informais;
- 8) A questão da moradia é determinante também para a inserção no mercado de trabalho formal ou informal, pois a dependência de morar no local do trabalho gera também “o aprisionamento” do migrante em sua rede migratória;
- 9) A informalidade do trabalho migrante também está vinculado ao “mercado global de trabalho migrante”, onde é forte a relação de migrante trabalhar para migrante;
- 10) Em algumas situações foi escolhida pelo migrante optar por não ter o registro em carteira para que não haja mais descontos em seu recebimento e também por considerar que se trata de uma situação transitória a permanência em São Paulo. A relação projeto migratório-informalidade é um elemento importante para o acesso a mecanismos da informalidade do trabalho. Em outros casos, o trabalho informal, sem os descontos da previdência, garante que valor correspondente seja enviado como remessas;
- 11) A importância de compreender o nicho étnico também como local da formalização da inserção laboral. Embora predomine a solidariedade étnica (Bonacich, 1973) e as formas de inserção laboral informal, o nicho étnico propicia a inserção formal, mas é necessário que por ele transitem as informações

acerca do trabalho formal e os direitos que isto os garante: como auxílio doença, afastamento por acidentes de trabalho, licença-maternidade, etc.;

- 12) É preciso identificar as relações sociais e de poder nos nichos étnicos para romper com as formas precárias de trabalho;
- 13) As trajetórias migratórias e ocupacionais parecem indicar que uma vez adentrado pelo mercado formal de trabalho, em especial migrantes com maior escolaridade - e por isso que entra no mercado formal -, tende a buscar trabalho em ocupações também formalizadas. Trajetórias com registro em carteira tendeu a apontar relativa “ascensão” nas ocupações seguintes ou a ir direto ao desemprego nas situações mais extremas, como no caso de muitos haitianos que ainda persistem na espera do trabalho formal na Missão Paz;
- 14) No caso da migração haitiana o trabalho formal – e contar com um salário fixo mensal – é a garantia de que o compromisso moral da remessa será cumprido;
- 15) A competição da produção nos nichos étnicos e entre co-étnicos acentua a informalidade;
- 16) A inserção em nichos étnicos garante maior permanência nas atividades laborais, tanto para trabalhadores migrantes empregados informalmente quanto para os terceirizados e por conta própria;
- 17) Se de um lado nicho étnico traz uma forte solidariedade étnica, por outro lado, traz a conformação de pouco contato com a população brasileira. Isto reforça as relações de poder no grupo étnico, ampliando a informalidade no mercado de trabalho. Portanto, é a partir da permeabilidade das fronteiras do nicho étnico que será possível a migrantes ter acesso a informações sobre diferentes setores da economia brasileira e sua oportunidade de inserção laboral;
- 18) A formalização do trabalho como garantia de acesso a direitos sociais.

Recomendações

As recomendações gerais da OIT neste estudo, no que se refere ao trabalhador imigrante no município de São Paulo, se baseiam no:

.Fortalecimento Institucional por meio da adoção de acordos no marco dos Convênios da OIT e Nações Unidas;

.Formalização de Acordos Bilaterais entre países emissores e receptores; Fortalecimento dos acordos sub-regionais que prevejam os mercados de trabalho integrados como uma dimensão necessária como dimensão necessária para busca de acordos multilaterais ou sub-regionais;

.Formulação de políticas migratórias que fomentem a formalização da população migrante além de promover a regularização migratória;

.Sindicalização dos trabalhadores migrante;

.Promoção do acesso à formação profissional para migrantes, incluindo no conteúdo parte destinada a cidadania, com informação sobre seus direitos e como denunciar, caso eles estejam sendo lesados;

.Adequação do sistema de inspeção laboral por parte das instituições nacionais de trabalho. Campanha de divulgação sobre direitos trabalhistas para os imigrantes - nas regiões da cidade onde há maior concentração de unidades econômicas que contratam esta população.

.Facilitação do acesso à documentação e agilização dos procedimentos para a regularização dos imigrantes;

.Apoio jurídico aos trabalhadores, na promoção à regularização migratória, formalização e combate à exploração laboral;

.Estabelecimento de parcerias entre os órgãos governamentais e as entidades da sociedade civil que atuam junto aos migrantes como, CAMI (Centro de Apoio ao Imigrante), Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC) e Missão Paz, dentre outras, buscando fortalecer o trabalho dessas entidades que já têm uma expertise no atendimento, além de uma enorme quantidade de informações sobre os problemas enfrentados e sobre as unidades econômicas que contratam informalmente; Promoção de ação para formalização de empresas ou unidades econômicas em locais de grande concentração de trabalho informal.

As análises advindas deste estudo possibilitam complementar tais recomendações a partir da:

- 1) Ampliação da parceria da OIT com o Ministério da Justiça, Polícia Federal, Ministério do Trabalho, CONARE para o acompanhamento contínuo da entrada de novos contingentes migrantes;
- 2) Conhecimento do contexto nacional das migrações internacionais e sua dinâmica com o mercado de trabalho para a compreensão de dinâmicas migratórias locais, sua diversidade e heterogeneidade;
- 3) Acompanhamento e estudo das autorizações de trabalho no Brasil (CNIg/MT), pois a partir do Amparo Legal para a concessão do visto é possível compreender a diversidade e composição de fluxos, em especial, o amparo legal com o visto a partir do Acordo de Residência do Mercosul e o incremento da Migração latino-americana, com vistos temporários e fronteiriços;
- 4) Utilização das informações do CAGED e da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS para avaliar a inserção laboral dos migrantes no setor formal e estabelecer indicadores que permitam conhecer a vulnerabilidade laboral dos migrantes segundo nacionalidade, ocupação, sexo, raça e outras variáveis captadas pelos sistemas;
- 5) Compreensão das trajetórias laborais: sistematizar e analisar o banco de dados da Missão Paz que conta com a trajetória migratória e laboral dos migrantes internacionais nos anos recentes;
- 6) Identificação da presença dos “recrutadores”, no Brasil denomina “gatos”, já presente nas migrações internas e que constituem o universo laboral para diferentes inserções ocupacionais, especialmente, nos nichos étnicos;
- 7) O pagamento ditado pela “flexibilidade” da produção na costura por peça ou por dia, como na construção civil, conduz à informalização, que está presente no processo global da produção. É preciso montar mecanismos que aponte como registrar em carteira nestas condições;
- 8) Romper com a noção de que “não precisa de carteira para trabalhar” quando se é autônomo contribuirá para ampliar a inclusão de expressivos contingentes ao acesso a direitos sociais;
- 9) No nicho étnico da costura, “se tornar independente” envolve a noção de empreendedorismo. Nestes casos, pudemos acompanhar pela trajetória dos migrantes a passagem por empregos com carteira assinada. Contudo, ao se tornar independente já não mais possui registro na carteira.
- 10) Se o trabalhador migrante está na informalidade, tende a buscar outros trabalhos informais, justamente pela rede e nicho étnico que aciona. Difícil romper este círculo sem políticas e ações que ampliem a escolaridade, as redes de acesso, os contatos com brasileiros e as informações para migrantes nessa condição;
- 11) A questão de gênero enfatiza-se no trabalho informal domiciliar; no caso do nicho da costura, precisa ser considerada na sensibilização da formalização do trabalho;
- 12) Apresentar nos diferentes nichos étnicos a possibilidade de que a contribuição para a previdência social pode constar de carteira de trabalho pelo próprio migrante como autônomo, como prestador de serviços, como micro empreendedor individual ou como contribuição individual, garantindo

os direitos sociais. O CAMI, dentre outras instituições, tem dado este apoio aos migrantes, e consideramos que para a formalização se concretizar é preciso conhecer a composição dos nichos étnicos, sua cadeia global de produção e de reprodução social desses contingentes migrantes;

- 13) Investir na escolarização e qualificação do trabalhador migrante. Como no caso de brasileiros, o nível educacional é um divisor de quem terá o acesso ao mercado formal e ao mercado de trabalho informal. Mesmo no nicho étnico estão presentes migrantes formalizados e informalizados no mercado de trabalho, no caso desses últimos suas atividades são menos qualificadas e correspondem a migrantes com baixa escolaridade. Além do domínio da língua, escolaridade e qualificação profissional são determinantes para a inserção laboral de migrantes no trabalho formal;
- 14) Ressalte-se, ainda a atuação do Sistema Nacional de Empregos (SINE) como um canal de disponibilização de curriculum e de vagas de emprego para migrantes no país.

Assim, o estudo permitiu identificar trajetórias laborais de migrantes internacionais que, por vezes, transitam entre a economia formal e informal. Nesse sentido, a Recomendação 204 da OIT permite que a “cidade dos imigrantes” garanta direitos fundamentais aos seus trabalhadores migrantes, almejando o desenvolvimento inclusivo e o trabalho decente para todos.



Referências Bibliográficas

- AMORIM, B.; CORSEUIL, C. H. Análise da dinâmica do emprego setorial de 2014 a 2015. Nota Técnica nº 23. Brasília, IPEA, 2016.
- ARAÚJO, A. M. C.; LOMBARDI, M. R. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 452-477, 2013.
- ARIZA, M.; GANDINI, L. El análisis comparativo cualitativo como estratégia metodológica. In: ARIZA, M.; VELASCO, L. (Coordenadoras) Métodos cualitativos y su aplicación empírica. Por los caminos de la investigación sobre migración internacional. Instituto de Investigaciones Sociales, El Colegio de la Frontera Norte, Mexico, UNAM, p. 497-538, 2012.
- ASSIS, G. De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros nos Estados Unidos. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2004.
- ASSIS, G. O.; SASAKI, E. M. Novas migrações de e para o Brasil: um balanço da produção bibliográfica. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 25., 2001, Caxambu. Anais..., Caxambu: ANPOCS, 2001.
- AVILA, C. F. D. O Brasil diante da dinâmica migratória intra-regional vigente na América Latina e Caribe: Tendências, perspectivas e oportunidades em uma nova era. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 50, n. 2, p. 118-128, 2007.
- BAENINGER, R. Migrações Internacionais no século 21: desafios para uma agenda de pesquisa. VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, Lima, Peru, agosto, 2014
- BAENINGER, R. O Brasil na rota das migrações latino-americanas. In: Baeninger, R. (Org.) Migração boliviana no Brasil. Campinas: NEPO/UNICAMP; Fapesp; CNPq; UNFPA, 2012. p. 9-18.
- BAENINGER, R.(org) Migração boliviana no Brasil. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2012.
- BAENINGER, R.; PERES, R. SOS Português: Migração haitiana em São Paulo. 39º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu – MG, outubro de 2015.
- BAENINGER, R.; PERES, R., FERNANDES, D.; SILVA, S.; ASSIS, G.; CASTRO, M.C.; COTINGUIBA, M. (org) Migração Haitiana no Brasil. NEPO/UNICAMP/Unfpa/Fapesp/CNPq, Paco Editorial, 2016.
- BAILEY, Thomas & WALDINGER, Roger. Primary, Secondary and Enclave Labor Markets: a training systems approach". American Sociological Review, v. 56, n. 4, p.432-445, agosto de 1991.

- BARBOSA FILHO, F. H.; MOURA, R. L. Evolução Recente da Informalidade no Brasil: Uma Análise Segundo Características da Oferta e Demanda de Trabalho. Texto para Discussão nº 17. São Paulo, IBRE/FGV, 2012.
- BARRIENTOS, S.W. The Role of Labour Contractors in Global Production Networks The Journal of Development Studies, 2013 Vol. 49, No. 8, 1058-1071, <http://dx.doi.org/10.1080/00220388.2013.780040>
- BASSEGIO, Luiz. "A imigração latino – americana para o Brasil: o caso dos bolivianos em São Paulo". In: Cadernos do CEAS, nº 214, 2004: 51 – 59.
- BIGNAMI, Renato. Trabalho escravo na indústria da moda : o sistema do suor como expressão do tráfico de pessoas. Revista de direito do trabalho, São Paulo, SP, v. 40, n. 158, p. 35-59, jul./ago. 2014.
- BONACICH, Edna. "The other side of ethnic entrepreneurship: a dialogue with Waldinger, Aldrich, Ward and associates". International Migration Review, V. 27, n. 3, outono de 1993.
- BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Brasileiros no mundo: estimativas. Disponível em: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/>. Acesso: junho de 2016.
- BUECHELER, S. Sweating it in Brazilian garment industry: bolivian workers and global economic force in São Paulo. São Paulo: CEM, 2003.
- BUECHLER, Simone. Sweating it in the Brazilian Garment Industry: Bolivian workers and global economic forces in São Paulo. Nova Iorque: Metropolitan Studies, New York University, 2003. [paper disponível no Centro de Estudos Migratórios – CEM de São Paulo, no qual havia indicação de publicação futura na revista "Latin American Perspectives", 2004].
- CACCIAMALI, M. C. Desgaste na legislação laboral e ajustamento do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90. In: POSTHUMA, A. C. (Org.) Abertura comercial e ajuste no mercado de trabalho no Brasil. São Paulo: Ed. 34, 1999. p. 207-332.
- CALEGARI, M.; BAENINGER, R. From Syria to Brazil. Forced Migration Review. Refugee Studies Centre, Oxford, 2014.
- CAMPOS, M.B.; BORGES. G.M.; SILVA; L.G.C. Estimativas de migração internacional no Brasil: reversão do saldo migratório internacional negativo. XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Águas de Lindóia – SP, novembro de 2012.
- CARVALHO, J.A.M. de. O saldo dos fluxos migratórios internacionais no Brasil na década de 80: uma tentativa de estimação. In: PATARRA, N.L. (coord). Migrações Internacionais Herança XX Agenda XXI. Campinas, FNUAP, p. 217-226. 1996.
- CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World: New York: The Guilford Press, 2009.
- CHAMMARTIN, G. M. F. Las Migraciones Laborales Internacionales: Visión, trabajo y propuestas de la Organización Internacional del Trabajo. Revista Trabajo, Ciudad de México, v. 8, n. 11, p. 5-60, 2014.
- COSTA, L. Subcontratação e informalidade na construção civil, no Brasil e França. Cadernos CRH, vol. 24 no. 62. Salvador, maio/agosto 2011.
- COSTA, M. S. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. Caderno CRH, Salvador, v. 23, n. 58, p. 171-190, 2010.
- CRUZ-MOREIRA. "Industrial upgrading nas cadeias produtivas globais: reflexões a partir das indústrias têxtil e do vestuário". Tese do doutorado, Escola Politécnica de São Paulo, 2003.

- CYMBALISTA, R. XAVIER, I. "A Comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões territorialidade"
- CZAIKA, Mathias; DE HAAS, Hein. The effectiveness of immigration policies. *Population and Development Review*, v. 39, n. 3, p. 487-508, 2013.
- FERNANDES, D.; RIBEIRO, J.C. Migração laboral no Brasil: problemáticas e perspectivas. *Cadernos Obmigra*, vol. 1, nº. 1, Brasília, p. 15-37, 2015.
- FERNANDES, Duval (Coord.). Projeto "Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral". Belo Horizonte: TEM/IOM-OIM/PUC Minas/GEDEP, 2014.
- FILGUEIRAS, L. A. M.; DRUCK, G.; AMARAL, M. F. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, n. 41, p. 211-229, 2004.
- FREIRE, Carlos. Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Departamento de Sociologia - FFLCH/USP, 2008.
- FREITAS, Patrícia Tavares. Imigração e Experiência Social: o circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Campinas: Departamento de Sociologia - IFCH/Unicamp, 2009.
- GARCIA, R.A. Estimativas dos Emigrantes Internacionais do Brasil do período 1995/20002. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu- MG – Brasil, setembro de 2010.
- GARRIDO, A.A, OLMOS, J.C.C.ECONOMÍA ÉTNICA Teorías, conceptos y nuevos avances. *REVISTA INTERNACIONAL DE SOCIOLOGÍA (RIS)* VOL. LXIV, Nº 45, SEPTIEMBRE-DICIEMBRE, 117-143, 2006 ISSN: 0034-971
- GESTÃO DO DESEMPENHO DA INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: REFORMAS RECENTES E SUBSÍDIOS PARA SEU APROFUNDAMENTO Roberto Rocha C. Pires* mercado de trabalho | 48 | ago. 2011 ipea
- GREEN, N. Ready-to-Wear and Ready-to-Work: A Century of Industry and Immigrants in Paris and New York. Duke University Press, 1997
- GUARNIZO, L., PORTES, A.; HALLER, W. Assimilation and transnationalism: determinants of transnational political action among contemporary migrants. *American Journal of Sociology*, 108 (6): 1211-1248, 2003
- HAKKERT, R. Fontes de dados demográficos. Série Textos Didáticos, vol. 3. ABEP, Belo Horizonte, 1996.
- HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança social. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- HOBBSBAWM, Eric J. A era das revoluções. Paz e terra, 2006.
- HOBBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IBGE. Censo Demográfico, 2010.
- INFANTE, R. América Latina. Crecimiento, cambio estructural y formalización. 2000-2015.OIT (impresso), 2017.
- KADLUBA, Ruth Camacho. A imigração na cidade de São Paulo – integração dos imigrantes na cidade como forma de combate à pobreza – URB AL Rede 10. São Paulo: Secretaria Especial para Participação e Parceria, Instituto Uniemp – Fórum Permanente das Relações Universidade /Empresa e Comunidade Européia, 2007.

- KON, A. A distribuição do trabalho informal no Brasil em uma perspectiva de gênero. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. Anais..., Belo Horizonte: ABEP, 2008.
- KON, A. Diversidades nas condições de informalidade do trabalho brasileiro. In: ECONOTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32., 2004, João Pessoa. Anais..., Brasília: ANPEC, 2004.
- KON, A. Segmentação e informalidade do trabalho nas empresas, em uma perspectiva de gênero. Mulher e Trabalho, Porto Alegre, v. 6, p. 41-57, 2006.
- KONTIC, B. Aprendizado e Metrôpole: a reestruturação produtiva da indústria do vestuário em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.
- KONTIC, B. Redes produtivas e aprendizado na indústria do vestuário de São Paulo. Anais do II Encontro da ABER, São Paulo, 2002.
- KREIN, J. D.; PRONI, M. W. Economia informal: aspectos conceituais e teóricos. Série Trabalho Decente no Brasil – Documento de Trabalho 4. Brasília, OIT, 2010.
- KUSHNIROVICH, N. Ethnic niches and immigrants' integration. In International Journal of Sociology and Social Policy 30(7/8):412-426 · July 2010
- LEITE, M. Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo. Revista Trabalho, Educação e Saúde. vol. 2, nº. 1, mar, 2004.
- LEITE, M.; SILVA, S.; GUIMARÃES, P. O Trabalho na confecção em São Paulo: as novas formas de precariedade. Caderno CRH, Salvador, v.30, n.79, jan/abril 2017.
- LINDBECK, A.; SNOWER, D.J., The Insider-Outsider Theory: A Survey (July 2002). IZA Discussion Paper No. 534.
- MACHADO DA SILVA, L. A. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). Caderno CRH, Salvador, n. 37, p. 81-109, 2002.
- MAGUID, A. Desafios metodológicos e sistemas de informação no Mercosul. In: PATARRA N.L. Emigração e Migração Internacional no Brasil Contemporâneo. FNUAP, 1995.
- MAGUID, A. Los movimientos migratorios: determinantes e consecuencias. Dissertação de Mestrado em Demografia Social. Universidad Nacional de Luján, 1994.
- MELO, H. P.; TELES, J. L. Serviços e informalidade: o comércio ambulante no Rio de Janeiro. Texto para Discussão nº 773. Rio de Janeiro, IPEA, 2000.
- MOROKAVASIC - MULLER, Mirjana. The underside of fashion: immigrants in the parisian garment industry. Los Angeles: Universidade da Califórnia, 1990.
- OIT. Derechos de los Trabajadores y Trabajadoras Migrantes: lagunas y desafíos en matéria de protección en 5 países de américa latina y el caribe, 2016.
- OIT. La migración laboral en América Latina y el Caribe: diagnóstico, estrategia y líneas de trabajo de la OIT en la región. [OIT Américas – Informes técnicos 2016/2] Lima: OIT, 2016.
- OIT. Tendencias de la inspección del trabajo frente a la formalización: experiencias de América Latina y el Caribe. Lima: OIT, 2015.
- OIT-IPEA. Trabalho decente e juventude: juventude e trabalho informal no Brasil. Brasília: OIT; IPEA, 2015.

- OLIVEIRA, A.T. Um panorama da migração internacional a partir do Censo Demográfico 2010. Revista Inter. Mobilidade Humana. Brasília, Ano XXI, nº40, p. 195-210. Jan/jun, 2013.
- PATARRA, N. "Migrações internacionais e integração econômica no cone Sul: notas para discussão" In: SALES, T.; SALLES, M. do R. R. (orgs). Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior. São Carlos: EdUFSCar, Editora Sumaré, 2002.
- PATARRA, N. L Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo volumes, fluxos, significados e políticas. São Paulo em perspectiva, v. 19, n. 3, p. 23-33, jul./set. 2005, formato PDF.
- PATARRA, N. L Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo volumes, fluxos, significados e políticas. São Paulo em perspectiva, v. 19, n. 3, p. 23-33, jul./set. 2005, formato PDF.
- PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.21, n.60, fev./2006.
- PATARRA, N. L.; FERNANDES, D. Brasil: país de Migração? Revista Internacional de Língua Portuguesa, Lisboa, n. 24 (dossiê "Migrações"), p. 65-98, 2011.
- PATARRA, N.L. Emigração e Migração Internacional no Brasil Contemporâneo. FNUAP, 1995
- POCHMANN, M. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais. Estudos Avançados, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 41-52, 2009.
- RAMOS, L. A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001. Texto para Discussão nº 914. Rio de Janeiro, IPEA, 2002.
- RAMOS, L.; BRITTO, M. O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais. Texto para Discussão nº 1011. Rio de Janeiro, IPEA, 2004.
- SANTOS, G. P. G. Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990. Pró-Posições, Campinas, v. 19, n. 2, p. 151-161, 2008.
- SANTOS, G. P. G. Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de
- SASSEN, S. J. Cities in a world economy. Sage Publications, 2011.
- SASSEN, S. The mobility of labor and capital: A study in international investment and labor flow. Cambridge University Press, 1990.
- SASSEN, S. Una sociología de la globalización. Katz Editores, 2007.
- SILVA, C. F. da (2008) Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecção em São Paulo dissertação de mestrado, departamento de sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 141 p.
- SILVA, S. Latino-americanos em São Paulo: aspectos de sua reprodução social e perspectivas. In: XXII Encontro Anual da ANPOCS, 1998. Caxambu: Anais, 1998.
- SILVA, S. Costurando sonhos: trajetória de um grupo de migrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1997.
- SILVA, S. Faces da latinidade: Hispano-americanos em São Paulo. In: Textos NEPO 55, Campinas/ UNICAMP, 2008.
- SILVA, S. Hispano-americanos em São Paulo. In: Travessia Revista do Migrante, ano XII, n. 33, 1999.

- SOUCHAUD, S. A Migração boliviana em São Paulo. In: H. Póvoa Neto, A. P. Ferreira, et al (Ed.). Deslocamentos e reconstruções da experiência migrante. Rio de Janeiro: NIEM-UFRJ / Garamond, 2010a.
- THEODORO, M. As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil. In: JACCOUD, L. Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo. Brasília: IPEA, 2005. p. 91-126.
- WALDINGER, R. (1991) Le développement des entreprises ethniques à New York in G. Abou Sada, B. Courault, Z. Zeroulou Eds., L'immigration au tournant, Paris, L'Harmattan, p.227-236.
- WALDINGER, R. (1993) The Ethnic Enclave Debate Revisited. International Journal of Urban and Regional Research 17.
- WALDINGER, R. (1994) The Making of an Immigrant Niche, International Migration Review, 28 (1), New York, p.3-30.
- WALDINGER, R. Networks and Niches: The Continuing Significance of Ethnic Connections” .In Glenn Loury, Tariq Modood and Steven Teles, Race, Ethnicity and Social Mobility in the US and UK, New York: Cambridge University Press, 2003, pp. 343-362
- XAVIER, Iara Rolnik. Projeto Migratório e Espaço – os migrantes bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Campinas: Núcleo de Estudos da População (NEPO), Unicamp, 2010.



Anexo 1

Pesquisa Exploratória – Roteiro do pré-teste do formulário da pesquisa

Módulo 1 – para todos/todas Migrantes

1.1. Nacionalidade: _____

1.2. Quanto tempo está no Brasil: _____

1.3. Aonde trabalha? _____

Se só faz “bico” continuar a entrevista no Módulo 3 e Módulo 4

Se estiver desempregado, faz a pergunta 1.3.1 e encerra a entrevista

1.3.1. Quais são seus planos quanto a permanecer ou não no Brasil?

1.4. Tem carteira de trabalho? _____

1.5. Tem registro do emprego na carteira de trabalho? _____

Se tem registro Módulo 2 e 4

Se não tem registro Módulo 3 e 4

Módulo 2 – Para Migrantes que tem emprego registrado na carteira de trabalho

2.1. Se tem registro na carteira, qual é o seu trabalho?

2.2. Qual é o seu salário? _____

2.3. Envia remessa? _____ Quanto? _____

2.4. Há mais pessoas da sua nacionalidade neste seu local de trabalho? _____

2.5. Quantas horas você trabalha por dia? _____

2.6. Quais são seus planos quanto a permanecer ou não no Brasil?

Módulo 3 – Para Migrantes que não tem registro na carteira de trabalho

3.1. Se não tem registro na carteira, como é a forma de contrato de trabalho, como o patrão paga por seu serviço? _____

3.2. Qual é seu emprego? _____

3.3. O que te motivou a vir para o Brasil buscar emprego? _____

3.4. Você considera que se tivesse registro na carteira de trabalho estaria com um emprego melhor?

- 3.5. Você prefere estar com ou sem registro na carteira? _____ Por que? _____
- 3.6. Você sempre trabalhou sem registro na carteira aqui no Brasil? _____
- 3.7. Quantas horas você trabalha por dia? _____
- 3.8. Há mais pessoas da sua nacionalidade neste seu local de trabalho? _____
- 3.9. Quais são seus planos quanto a permanecer ou não no Brasil? _____

Módulo 4 – Para todos/todas Migrantes que responderam Módulo 2 ou 3: condições de trabalho

- 4.1. O que foi prometido para seu emprego, tem sido cumprido (condições de trabalho, descontos, valor do salário)? () sim () não () n/s () n/r
- 4.2. Alguém foi te buscar no seu país para este emprego que você tem aqui?
() sim () não () n/s () n/r
- Se sim, quem? _____
- 4.3. Você tem contrato de trabalho? () sim () não () n/s () n/r
- 4.4. Você recebe o salário que foi combinado? () sim () não () n/s () n/r
- 4.5. O seu salário tem sido pago com o fornecimento de mercadorias? () sim () não () n/s () n/r
- 4.6. Há descontos de alimentação, moradia ou empréstimos em seu salário?
() sim () não () n/s () n/r
- 4.7. Se há descontos, você recebe pelo menos 30% do valor contratado em dinheiro?
() sim () não () n/s () n/r () n/a
- 4.8. Você tem equipe especial de proteção individual para o seu trabalho?
() sim () não () n/s () n/r () n/a
- Precisaria? () sim () não () n/s () n/r
- 4.9. Você está endividado por adiantamentos ou empréstimos do seu empregador?
() sim () não () n/s () n/r
- 4.9.1. Tem conseguido pagar? () sim () não () n/s () n/r () n/a
- 4.9.2. Como o seu empregador reage a esta dívida? _____
- 4.9.3. Você já quis sair deste emprego e seu empregador não deixou por causa da dívida?
() sim () não () n/s () n/r

- 4.10. Há vigilantes no seu trabalho? () sim () não () n/s () n/r
Ficam fiscalizando suas atividades no trabalho? () sim () não () n/s () n/r (n/a)
- 4.11. Alguma vez você teve algum documento retido com o empregador (carteira de trabalho, passaporte, RNE)? () sim () não () n/s () n/r
Se, sim foi neste trabalho atual? () sim () não () n/s () n/r
- 4.12. Você tem folga semanal no seu trabalho? () sim () não () n/s () n/r
- 4.13. Você tem dispensa para ir ao médico, se precisa?
() sim () não () n/s () n/r () n/a
- 4.14. Você mora no mesmo local de trabalho? () sim () não () n/s () n/r
Se morar, já quis ir morar em outro lugar, mas se fosse perderia o emprego?
() sim () não () n/s () n/r () n/a
- 4.15. Seus filhos trabalham com você neste emprego?
() sim () não () n/s () n/r () n/a
- 4.16. Você já sofreu discriminação no seu emprego por ser migrante?
() sim () não () n/s () n/r
- 4.17. Você já sofreu discriminação no seu emprego por ser negro?
() sim () não () n/s () n/r () n/a
- 4.18. Você já sofreu discriminação no seu emprego por ser migrante mulher?
() sim () não () n/s () n/r () n/a
- 4.19. Você já sofreu discriminação no seu emprego por sua religião?
() sim () não () n/s () n/r () n/a
- 4.20. Você considera que seu trabalho lhe impõe maus-tratos ou sofrimento?
() sim () não () n/s () n/r () n/a
De que tipo? _____
- 4.21. Você considera que seu trabalho lhe impõe condições penosas ou insalubres de trabalho?
() sim () não () n/s () n/r () n/a
De que tipo? _____
- 4.22. Você considera que seu trabalho lhe impõe riscos de vida? () sim () não () n/s () n/r () n/a
De que tipo? _____
- 4.23. Você considera que seu trabalho cumpre com as normas de segurança ao trabalhador?
() sim () não () n/s () n/r () n/a
Se não, porque? _____
- 4.24. Se quiser, por favor, pode fazer seus comentários quanto ao seu trabalho.

Módulo 1 – Identificação e trajetória ocupacional

- [illegible]

Módulo 2 – Sobre a ocupação atual

- 2.1. Envia remessa? _____ Quanto? (valor médio) _____
- 2.2. Quantas horas você trabalha por dia? _____
- 2.3. Seu local de trabalho é longe da sua casa? _____
- 2.4. Você exerce mais de uma atividade ? _____ quais? _____
Como concilia? _____
- 2.5. Essas atividades também são feitas por pessoas da mesma nacionalidade sua? _____

- 2.6. Como você conseguiu encontrar trabalho nessas ocupações? _____ quem te ajudou? _____
- 2.7. O trabalho que você faz hoje no Brasil você já fazia no seu país? _____ aprendeu lá ou aqui? _____
- 2.8. Com quem aprendeu? _____ tem um treinamento? _____

- 2.9. Você chama seus parentes ou amigos que estão no seu país para vir para o Brasil trabalhar nesta atividade? _____
- 2.10. E chama conhecidos de seu país ou de outros países, que moram aqui no Brasil, para trabalharem nesta mesma atividade que você? _____
- 2.11. Você tem o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE)? _____
- 2.12. Você fala português no seu emprego? _____
- 2.13. Na sua opinião, você exerce as atividades em seu trabalho mais penosas, difíceis e degradantes do que os seus colegas brasileiros ou de outra nacionalidade? _____

- 2.14. Quais são seus planos quanto a permanecer ou não no Brasil? _____

Observações:

Módulo 3 – Condições de trabalho

- 3.1. O que foi prometido para seu emprego, tem sido cumprido (condições de trabalho, descontos, valor do salário)? _____
- 3.2. Você tem contrato de trabalho? _____
- 3.3. Se não tem contrato de trabalho, como é feito? _____
- 3.4. Você recebe o salário que foi combinado? _____
- 3.5. O seu salário tem sido pago com o fornecimento de mercadorias? _____
- 3.6. Há descontos de alimentação, moradia ou empréstimos em seu salário? _____
- 3.7. Se há descontos, você recebe pelo menos 30% do valor contratado em dinheiro? _____
- 3.8. Você tem equipe especial de proteção individual para o seu trabalho? _____ Precisa?
- 3.9. Você está endividado por adiantamentos ou empréstimos do seu empregador? _____
Tem conseguido pagar? _____
Como o seu empregador reage a esta dívida? _____
Você já quis sair deste emprego e seu empregador não deixou por causa da dívida? _____
- 3.10. Há vigilantes no seu trabalho? _____ Ficam fiscalizando suas atividades no trabalho? _____
- 3.11. Alguma vez você teve algum documento retido com o empregador (carteira de trabalho, passaporte, RNE)? _____
Se, sim foi neste trabalho atual? _____
- 3.12. Você tem folga semanal no seu trabalho? _____
- 3.13. Você tem dispensa para ir ao médico, se precisa? _____
- 3.14. Você mora no mesmo local de trabalho? _____ Se morar, já quis ir morar em outro lugar, mas se fosse perderia o emprego? _____
- 3.15. Seus filhos trabalham com você neste emprego? _____
- 3.16. Alguma vez já sofreu discriminação no seu emprego por ser migrante, por sua raça/cor, por ser mulher, por sua religião? _____ por ser _____
- 3.17. Você considera que seu trabalho lhe impõe maus-tratos ou sofrimento ou condições penosas, insalubres ou ainda riscos de vida? _____
Por quê? _____
- 3.18. Você considera que seu trabalho cumpre com as normas de segurando ao trabalhador? _____
Se não, porque? _____

Observações

Módulo 4 – Vida social

- 4.1. Você tem amigos de mesma nacionalidade? _____ tem de outras nacionalidades, qual? _____ e brasileiros? _____
- 4.2. Assiste programas de TV ou vê na internet notícias de seu país? _____ com que frequência? _____
- 4.3. Vê noticiários na sua língua nativa? _____
- 4.4. Qual língua conversa na sua casa ou onde mora? _____
- 4.5. Você conversa em português com pessoas de sua nacionalidade? _____
- 4.6. A sua religião aqui no Brasil é a mesma de pessoas de sua nacionalidade? _____ qual religião? _____
- 4.7. Aonde você costuma encontrar pessoas/amigos de sua nacionalidade? _____
- 4.8. Conversa em sua língua materna em seu trabalho? _____
- 4.9. Em quais empregos tem mais pessoas de sua nacionalidade? _____
- 4.10. Qual é para você a maior dificuldade que você encontra em termos de trabalho? _____

- 4.11. E a maior dificuldade para viver no Brasil? _____

